

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

ELISANDRA BENEDITA SZUBRIS

**NOMES DE ORIGEM INDÍGENA EM FORMAÇÕES NOMINAIS DE CIDADES DE
MATO GROSSO: PERSPECTIVAÇÕES DE SENTIDOS**

CÁCERES-MT

2022

ELISANDRA BENEDITA SZUBRIS

**NOMES DE ORIGEM INDÍGENA EM FORMAÇÕES NOMINAIS DE CIDADES DE
MATO GROSSO: PERSPECTIVAÇÕES DE SENTIDOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Taisir Mahmudo Karim.

CÁCERES-MT

2022

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

S996n SZUBRIS, Elisandra Benedita.
Nomes de Origem Indígena em Formações Nominais de Cidades de Mato Grosso: Perspectivações de Sentidos / Elisandra Benedita Szubris - Cáceres, 2022.
159 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.
Orientador: Taisir Mahmudo Karim

1. Formação Nominal. 2. Articulação. 3. Perspectiva de Sentidos. 4. Nomes Indígenas. I. Elisandra Benedita Szubris. II. Nomes de Origem Indígena em Formações Nominais de Cidades de Mato Grosso: Perspectivações de Sentidos: .
CDU 81'37:911.375(817.2)

ELISANDRA BENEDITA SZUBRIS

**NOMES DE ORIGEM INDÍGENA EM FORMAÇÕES NOMINAIS DE CIDADES DE
MATO GROSSO: PERSPECTIVAÇÕES DE SENTIDOS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Orientador – PPGL/UNEMAT

Prof. (a) Dr.(a) Neuza B. da Silva Zattar
Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
Avaliador(a) Externo(a) – UFMG

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva
Avaliador Externo - UESB

APROVADA EM: 24/03/2022.

*Para Ana Maria e Albrecht, meus pais, minha
origem.*

*Para Vera, Elisangela, Wilhelm e Danilo, meus
irmãos e melhores amigos.*

Para Benjamin e Ailin, meus doces sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo! Ó Altíssimo: tu que “mudaste o meu pranto em dança, a minha veste de lamento em veste de alegria, para que meu coração cante louvores a ti e não se cale. Senhor, meu Deus, eu te darei graças para sempre.” (Salmos 30:11-12).

À minha família, pelo amor que me nutre e pela fé que me sustenta. Por ser a raiz firme que não me deixa cair. Por ela, eu cheguei na estação mais bela, na época de florir.

À Universidade do Estado de Mato Grosso e ao PPGL-UNEMAT, toda a minha gratidão a esta instituição, aos professores e servidores, em especial ao querido professor Dr. Albano Dalla Pria, pela orientação do trabalho de qualificação fora de área e ao secretário do curso Douglas Nodari, por todo suporte e atenção dispensada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de incentivo à pesquisa.

Ao querido professor Dr. Taisir Mahmudo Karim, pela orientação deste trabalho, pela confiança, pelo acolhimento no grupo de pesquisa *Significar Mato Grosso* e, sobretudo, por ser uma figura que me faz acreditar na transformação social através do ensino e da pesquisa.

À querida professora Dra. Neuza Zattar, por ser a minha primeira referência no universo acadêmico. A minha admiração ultrapassa o espaço da universidade. Obrigada pelo aceite para participar da avaliação deste trabalho.

Ao genial professor Dr. Luiz Francisco Dias, por suas construções e reflexões teóricas que me instigaram a desenvolver este trabalho inspirada pelo seu modo de olhar para a Semântica da Enunciação.

Aos queridos professores Dr. Marcos Luiz Cumpri e Dr. Adilson Ventura, pelo aceite para a avaliação deste trabalho e pelas contribuições agregadas.

Em nome de Giseli Veronêz da Silva, agradeço aos integrantes do grupo de pesquisa *Significar Mato Grosso*, pelo convívio, parcerias nos estudos e pelas publicações que constituíram referências para este trabalho.

Aos amigos Lucas Alvares, Karine Pedroza, Thalita Sampaio, Leila Castro, Mara Lúcia e Lygia Lima, por ressignificarem as palavras *parceria* e *amizade* em minha história.

Ao amigo Edilando Barros, por me presentear com palavras de fé, música e poesia.

Aos colegas da turma 2018 do PPGL-UNEMAT.

A concretização deste trabalho seria impossível sem esta rede de apoio!

Muito obrigada!

Se há uma palavra na língua, é porque há um interesse social para a sua existência. Esse interesse social traduz o que chamamos de referencial histórico. E se há uma necessidade social que determina a existência de uma palavra, há as possibilidades dessa palavra ser pertinente nos nossos enunciados[...]
(DIAS, 2021, p. 14 no prelo).

RESUMO

Este trabalho, que se concentra na área de *Estudo de Processos Linguísticos*, na linha de pesquisa *Estudo dos Processos de Significação* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), busca compreender como os nomes de origem indígena se articulam e significam nas formações nominais de cidades/municípios de Mato Grosso oficializadas no século XX. Para o desenvolvimento desta proposta, filiamos-nos ao aporte teórico e metodológico desenvolvido por Dias (2016, 2018a, 2018b), na perspectiva da Semântica da Enunciação. Essa orientação teórica nos oportuniza abordar as razões enunciativas das articulações contraídas pelas formações nominais nos acontecimentos de linguagem que criam esses nomes. A perspectiva de acontecimento de linguagem vincula-se ao aporte teórico da Semântica do Acontecimento, desenvolvido por Guimarães (2005a, 2018), para discorrer sobre a constituição do espaço de enunciação no Brasil. Para as análises foram selecionadas 40 formações nominais que articulam nomes de origem indígena em suas composições levando em consideração os distintos modos de formação: nomes com unidades simples, nomes compostos e nomes híbridos, e duas formações nominais que se apresentaram no processo de nomeação e renomeação do município de São José do Xingu. Tomamos como material analítico um conjunto de recortes de textos historiográficos coletados de bibliografia impressas e digitais e recortes de textos oficiais contemplados em diários, ofícios e mapas. Como procedimento de análise, mobilizamos a organização de enunciados dispostos em redes enunciativas (DIAS, 2018a), tomadas como rede de sentidos, que podem demonstrar a heterogeneidade das relações históricas e sociais que afetam a enunciação desses nomes. Como resultado, mostramos que a significação dos nomes indígenas nas formações nominais é mobilizada por perspectivas de sentidos que se dispersam entre os domínios dos referenciais históricos e das pertinências enunciativas.

Palavras-chave: Formação Nominal; Articulação; Perspectiva de sentidos; Nomes indígenas.

ABSTRACT

This work, which focuses on the area of Study of Linguistic Processes, in the research line Study of Meaning Processes of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Linguistics at Mato Grosso State University (UNEMAT), seeks to understand how names of indigenous origin articulate and mean in formations names of cities/municipalities in Mato Grosso made official in the 20th century. For the development of this proposal, we join the theoretical and methodological approach developed by Dias (2016, 2018a, 2018b), in the semantics of enunciation. This theoretical orientation gives us the opportunity to approach the enunciative reasons of the articulations contracted by the nominal formations in the language events that create these names. The perspective of language event is linked to the theoretical contribution of Guimarães (2005a, 2018), in which we also associate to discuss the constitution of the space of enunciation in Brazil. For the analyses, 40 nominal formations were selected that articulate names of indigenous origin in their compositions, considering the different forms of formation: names with simple units, compound names and hybrid names and two nominal formations that appeared in the process of naming and renaming the municipality of São José do Xingu. We used as analytical material a set of excerpts from historiographical texts collected from printed and digital bibliography and excerpts from official texts included in diaries, letters and maps. As an analysis procedure, we mobilized the organization of statements organized in enunciative networks (DIAS, 2018a), taken as a network of meanings, which can demonstrate the heterogeneity of historical and social relations that affect enunciation. As a result, it is intended to demonstrate that the meaning of indigenous names in nominal formations is mobilized by perspectives of meanings that are dispersed between the domains of historical references and enunciative pertinence.

Keywords: Nominal Formation; Articulation; Perspective of senses; Indigenous names.

RÉSUMÉ

Ce travail s'inscrit dans le domaine de l'étude des processus linguistiques. Il est de la ligne de recherche intitulée Étude des Processus de Signification du programme de troisième cycle *Stricto Sensu* en linguistique de l'Université d'État de Mato Grosso (UNEMAT). Il cherche à comprendre comment les noms d'origine indigène sont articulés et signifiés dans les formations nominales des villes/municipalités de Mato Grosso officialisées au XX^{ème} siècle. Pour le développement de cette proposition de recherche, nous nous affilions à la contribution théorico-méthodologique développée par Dias (2016, 2018a, 2018b), s'inscrivant dans la perspective de la sémantique de l'énonciation. Cette orientation théorique nous permet d'aborder, sur le plan énonciatif, les causes des articulations contractées par les formations nominales dans les événements langagiers qui créent ces noms. La perspective de l'événement langagier est liée à l'apport théorique de la Sémantique de l'Événement, développée par Guimarães (2005a, 2018), pour discuter de la constitution de l'espace de l'énonciation au Brésil. Pour les analyses, nous avons sélectionné quarante formations nominales qui articulent des noms d'origine indigène dans leurs compositions en tenant compte des modes de formation distincts : noms à unités simples, noms composés et noms hybrides, et deux formations nominales qui se sont présentées dans le processus de nomination et de changement de nom de la municipalité de São José de Xingu. Nous avons pris comme matériel d'analyse, un ensemble d'extraits de textes historiographiques collectés à partir de la bibliographie imprimée et numérisée, des extraits de textes officiels consultés dans des journaux intimes, des lettres et des cartes. Comme procédure d'analyse, nous avons mobilisé l'organisation des énoncés disposés en *réseaux énonciatifs* (DIAS, 2018a), pris comme un réseau de significations, qui peut démontrer l'hétérogénéité des relations historiques et sociales qui affectent l'énonciation de ces noms. En conséquence, nous montrons que la signification des noms indigènes dans les formations nominales est mobilisée par des perspectives de sens qui sont dispersées entre les domaines des référentiels historiques et des pertinences énonciatives.

Mots-clés : Formation nominale ; Articulation ; Perspective de sens ; Noms indigènes.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COOPERCOL – Cooperativa 31 de Março

FN – Formações Nominais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA – Instituto Socioambiental

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das formações nominais.....	64-70
Quadro 2 – Como produzir/analisar uma rede enunciativa.....	73-74
Quadro 3 – Perspectivações- Araguaia/Araguainha.....	86
Quadro 4 – Perspectivações – outros nomes hídricos.....	89-92
Quadro 5 – Perspectivações – nomes da natureza.....	95-97
Quadro 6 – Perspectivações – homenagens e dispersão.....	104-105
Quadro 7 – Articulações intranominais em nomes próprios de cidades – perspectiva de quantidade.....	112
Quadro 8 – Articulações intranominais em nomes próprios de cidades – perspectiva de origem.....	113
Quadro 9 – A perspectivação do adjetivo alto.....	114
Quadro 10 – A perspectivação do adjetivo nova.....	114
Quadro 11 – A perspectivação dos pontos cardeais.....	115
Quadro 12 – A perspectivação de nomes religiosos.....	116-117
Quadro 13 – Rede enunciativa: origem do município.....	122-123
Quadro 14 – Constituição da formação nominal Povoado do Bang Bang	125
Quadro 15 – Rede enunciativa: Fazenda Bang Bang/Povoado do Bang Bang.....	128
Quadro 16 – Rede enunciativa São José do Bang Bang.....	129-130
Quadro 17 – Rede enunciativa São José do Xingu.....	131-132
Quadro 18 – Identificações enunciativas.....	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Croqui da área pretendida pelos índios Txukahamãe (1980)	138
Mapa 2 – Povos Indígenas no Parque Indígena do Xingu.....	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

LÍNGUAS INDÍGENAS E LÍNGUA PORTUGUESA: HISTORICIZAR E SIGNIFICAR.....	22
1.1 Primeiro momento: a relação entre falantes e línguas na constituição histórica da língua geral e a consolidação do português no Brasil.....	23
1.2 Segundo momento: “Privilegiar” as línguas indígenas	29
1.2.1 Políticas de padronização de nomes geográficos do Brasil: em defesa do nacionalismo.....	29
1.2.2 Políticas de colonização em MT: a Marcha para o Oeste.....	33

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO AO ACONTECIMENTO: MODOS DE CONCEBER A SIGNIFICAÇÃO.....	37
2.1 Nome e referência na filosofia: o embate entre duas teses.....	37
2.2 Nome e referência na filosofia da linguagem: o logicismo e a intencionalidade.....	39
2.3 Nome e referência na lexicologia: os estudos toponímicos.....	42
2.4 Nome e referência nos estudos semântico-enunciativos.....	46
2.4.1 A historicidade do sujeito.....	46
2.4.2 O acontecimento de linguagem.....	49
2.4.3 Semântica da enunciação: uma disciplina do funcionamento da língua e da linguagem.....	52
2.5 Formas linguísticas e relações linguísticas: em defesa da enunciação.....	54
2.5.1 A nominalidade.....	55
2.5.2 As dimensões articulatórias na Semântica da Enunciação.....	61

CAPÍTULO III

O ESTABELECIMENTO DO CORPUS E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE.....	64
---	-----------

CAPÍTULO IV

NOMEAÇÃO E FORMAÇÃO NOMINAL: PERSPECTIVAS DE SENTIDO.....	75
--	-----------

4.1 A significação das formas na enunciação.....	75
4.2 Referenciais históricos e perspectivas de sentido.....	83
4.2.1 Rios mato-grossenses: afluentes de significação.....	83
4.3 Nomes da fauna, flora e elevações em planícies.....	95
4.4 Homenagens e dispersões.....	104
4.5 Síntese dos modos de articulação em formações nominais de cidades.....	111

CAPÍTULO V

NOME DE CIDADES: IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA.....	120
5.1 Do Bang-Bang ao Xingu: sentidos em convergência e em descontinuidade.....	121
5.2 A identificação social em enunciados.....	133
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
 REFERÊNCIAS	148
 ANEXOS.....	154

INTRODUÇÃO

[...]Ao invés de perguntar pela natureza das coisas na relação com o homem, ou pela economia linguística na interação entre os homens, perguntamos pela natureza do dizer humano, na constituição da ordem das coisas.

(DIAS, 2018a, p. 254).

Particularmente, temos desenvolvido a nossa trajetória de estudos dado o interesse pela significação dos nomes próprios, olhando para a nomeação como uma questão semântica, concebida no funcionamento da enunciação. Assim, a epígrafe que abre este expediente vem ao encontro do nosso interesse, apontando o ordenamento teórico que fundamenta a nossa perspectiva de significação.

Podemos dizer que a epígrafe apresenta, no mínimo, três perspectivas que condensam um extenso percurso o qual o homem tem trilhado para compreender a relação das palavras com o mundo: as duas primeiras nos dizem sobre a linguagem percebida pelo caráter utilitário, que ora assume o papel de representar e trazer à tona a “essência” das coisas, pois ela diz sobre “a natureza das coisas”, ora para que o homem se aproprie dela para interagir e agir sobre as coisas; já a terceira apresenta um reordenamento, em que a linguagem é central e, nesse movimento, é possível observar “o homem exercitando a linguagem” (DIAS, 2018a, p. 21), através das formas de significar, esta é a perspectiva que norteará o ordenamento de nosso trabalho.

O nosso encontro com o objeto “nomes próprios” foi selado com o desenvolvimento de nossa dissertação de mestrado, defendida no ano de 2014, intitulada *Cáceres e Região: nomes que fazem história*, sob orientação da professora e pesquisadora Dra. Neuza Zattar. Nessa proposta, nos dispomos a observar o processo de nomeação de cidades que formaram a região da Grande Cáceres, no século XX, tendo em vista as diferentes determinações sócio-históricas da época em que se deram os nomes. As análises em torno desses nomes se deram sob três aspectos: a) o funcionamento morfossintático, considerando que o nome próprio é, na sociedade, uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas constituem o nome; b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações; c) o memorável no acontecimento dos nomes de cidades, pensando o funcionamento do conjunto

de enunciações já realizadas. Na oportunidade, também apresentamos breves considerações sobre o processo de identificação do sujeito migrante nas novas terras desmembradas de Cáceres e como a população passa a ser designada através da categoria dos gentílicos. Como resultado, expomos que o trabalho com a linguagem possibilitou interpretar os gestos de incursão dos migrantes e as relações do governo do Estado de Mato Grosso nos acontecimentos de linguagem que criaram os nomes. Nessa linha, a significação desses nomes pode ser apreendida nos processos que indicaram a relação entre a memória e as novas histórias que se presentificam para essas localidades.

Após esse trabalho, seguimos explorando outras possibilidades de análise e, nesse percurso, constituímos o projeto, que hoje se materializa neste texto, com o objetivo de observar como os nomes de origem indígena integram as formações nominais de cidades/municípios fundadas em Mato Grosso, no século XX. A motivação para o trabalho veio, a priori, pela observação de que os nomes indígenas têm um lugar de destaque nos estudos etimológicos, que buscam a origem e o significado dos nomes, contribuindo para um saber sobre a constituição morfológica e o seu processo de evolução; mas que apenas o saber sobre o léxico não é suficiente para que observemos o funcionamento desses nomes na língua em uso.

Essa constatação foi reforçada a partir da leitura de um pronunciamento que encontramos na obra *O tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio (1987), que diz que o trabalho de etimologização das palavras de origem indígena desempenha um importante papel linguístico e social de fornecer, aos não falantes de línguas indígenas, os significados dos nomes dos lugares de nascimento que tomaram em sua formação nomes de origem indígena. Esse pronunciamento tem como cenário, o século XX, em que se constituíram leis de padronização geográfica do Brasil:

A administração pública, em dificuldade com a confusão oriunda do emprego dos mesmos nomes para mais de uma localidade, dentro ou fora de uma mesma circunscrição territorial, recorre ao vocabulário indígena como o mais seguro meio de as mais bem distinguir ou assinalar, voltando-se, muita vez, às denominações de outrora, como um recurso às necessidades de hoje. Ademais, sempre e mais digno de nós, ao empregarmos uma linguagem estranha para designar os lugares do nosso nascimento e da nossa habitação, **entendermos-lhe o sentido verdadeiro ou o real significado. Só assim será menos bárbara, se me permitem a expressão, a geografia do nosso país.** (Idem, p. 185) [Grifo nosso].

É interessante observar, nessa citação, que o trabalho de etimologização das palavras se coloca como utilitário para o conhecimento dos nomes decorrentes de uma **linguagem estranha**¹, busca-se o **sentido verdadeiro** ou o **real significado**. A nossa colocação se dá de modo distinto, pois pela abordagem enunciativa, podemos dizer que na nomeação, a significação do nome pode funcionar, sobretudo, pelo distanciamento de sua etimologia, pelos sentidos contraídos na enunciação desses nomes, sendo que a constituição de suas formas também pode ser afetada por esses sentidos.

Vejamos um dizer sobre a criação do nome da cidade mato-grossense Canarana:

[...]pensei na flora amazônica e pedi que me fizesse imediatamente uma relação dos nomes de **plantas típicas da região**...gostei de nomes como buriti, açaí, etc. Mas, de repente, um me chamou atenção: **Canarana**: Que é isso? – é um famoso capim da Amazônia, aliás o mais famoso. **Gostei do nome, pois lembrava Canaã, a Terra Prometida**. Toda aquela aventura já tinha um nome: **Projeto Canarana**...²[Grifo Nosso].

Nesse dizer, podemos observar que o nome “Canarana” não significa na nomeação apenas por um processo descritivo do espaço (conter canarana), mas por um processo que expõe um fundo designativo perspectivado na enunciação do colonizador (lembrava Canaã). Essa observação nos motivou a investigar outros nomes de origem indígena que são dados às cidades em Mato Grosso, no século XX, procurando responder a seguinte questão: Como os nomes de origem indígena significam tendo em vista o movimento de filiação de sentidos aos referenciais históricos e às pertinências enunciativas que sustentam esses nomes na atualidade do dizer?

O recorte (Mato Grosso/século XX) nos permite observar o estabelecimento de uma diversidade de referenciais que convergem sentidos para as nomeações, dado o processo de colonização do estado e das políticas territoriais e linguísticas que se desenvolveram nesse período. Assim, tornou-se um desafio para nós refletirmos sobre a significação dos nomes de origem indígena nas formações nominais de cidades diante de um quadro heterogêneo de referenciais e articulações que se marcam nas construções nominais.

Para procurar responder a nossa questão de pesquisa, analisamos, no primeiro momento, enunciados recortados de diferentes textos: bibliografias históricas e oficiais e textos eletrônicos, que dizem sobre a constituição dos nomes nos processos fundacionais das

¹ Utiliza-se o negrito para dar destaque às expressões pertinentes em nosso estudo.

² Relato da fundação de Canarana, Pasto Norberto. Uma cruz na terra nova. In: FERREIRA, J.C, SILVA, J.M e. **Cidades de Mato Grosso**: origem e significado de seus nomes. Cuiabá, 1988. p.43-44.

localidades e, no segundo momento, apresentamos o processo de nomeação de uma cidade para observar como a identificação social dos nomes dados agregam sentidos socialmente pertinentes para a população local. Para tanto, nos orientamos pelo caminho que procura observar as articulações formativas dos nomes com vista à concepção de “domínio de mobilização”, que se constitui como “as articulações de sentido socialmente configuradas que determinam as formas expressivas na constituição de uma unidade significativa”. (DIAS, 2018a, p.17).

Desse modo, o primeiro capítulo LÍNGUAS INDÍGENAS E LÍNGUA PORTUGUESA: HISTORICIZAR E SIGNIFICAR busca compreender as orientações de sentidos que se configuraram para os aspectos “território e língua” num percurso em que se enuncia as transformações desses dois aspectos, ao longo da história do Brasil. No primeiro momento, observamos como as línguas indígenas vão se articulando ao português europeu nos gestos de dominação da nova terra; em outro momento, observamos como as línguas (portuguesa e indígenas) são utilizadas na proposta nacionalista, no período do “Estado Novo”, para fortalecer um ideal de brasilidade. Assim, tem-se um destaque para a inserção de nomes de origem indígena no quadro de nomeações geográficas do país. Consoante a proposta nacionalista, elabora-se o programa de desenvolvimento territorial e econômico do oeste do Brasil “A Marcha para o Oeste” que incide sobre o processo de colonização de Mato Grosso, no século XX. Veremos que essas histórias falam sobre um antes, em outro lugar, e retornam à formulação das pertinências sociais em que os nomes de cidades se constituem.

No segundo capítulo, DA REPRESENTAÇÃO AO ACONTECIMENTO: MODOS DE CONCEBER A SIGNIFICAÇÃO, estabelecemos um percurso teórico que permite observar como a questão sobre sentido e referência dos nomes próprios foi concebida por algumas posições teóricas ao longo do tempo, e localizar a nossa proposta de trabalho no quadro da Semântica da Enunciação, que se configura por duas perspectivas: uma que diz sobre o funcionamento político da linguagem através dos estudos de Eduardo Guimarães (2005a, 2005b, 2018); e outra, por uma perspectiva relacional do funcionamento da linguagem, a partir da proposta de Luiz Francisco Dias (1996, 2016, 2018a, 2018b). Destacamos, nesse percurso, alguns pontos de vista a partir das concepções naturalistas e convencionalistas da Filosofia clássica; dos estudos logicistas e intencionalistas da Filosofia da linguagem, e da compreensão que se tem sobre o nome próprio, como signo toponímico, nos estudos lexicais da Onomástica.

No terceiro capítulo, O ESTABELECIMENTO DO CORPUS E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE, apresentamos as etapas percorridas para a coleta do material analítico e o procedimento de análise que se constitui pelo estabelecimento de redes enunciativas, que corresponde à disposição de enunciados em relação, para explicitar a parte invisível do enunciado. As redes enunciativas organizam o que já existe sobre os dizeres, nas relações sociais. Apresentamos, também, a descrição das formações nominais que serão mobilizadas nas análises levando em consideração as distintas composições e modos de articulação (intranominais, internominais e subnominais) sendo eles: nomes com unidades simples (Acorizal, Apiacás, Araguainha, Araguaiana, Araputanga, Aripuanã, Canarana, Guiratinga, Itaúba, Itanhangá, Itiquira, Jauru, Jaciara, Juara, Juína, Juruena, Matupá, Paranaíta, Paranatinga, Poxoréo, Sapezal, Tabaporã, Tapurah e Torixoréu); nomes compostos (Alto Araguaia, Alto Paraguai, Alto Taquari, Bom Jesus do Araguaia, Campo Novo do Parecis, Ipiranga do Norte, Guarantã do Norte, Lambari D'Oeste, Nova Mutum, Nova Xavantina, Nova Ubiratã, Pontal do Araguaia, São Félix Do Araguaia, São José do Xingu/São José do Bang Bang, Tangará da Serra) e nomes híbridos (Cotriguaçu).

No quarto capítulo, NOMEAÇÃO E FORMAÇÕES NOMINAIS: PERSPECTIVAS DE SENTIDO, demonstramos através das análises, como o domínio de mobilidade de sentidos engendra perspectivas que configuram a nomeação no processo de filiação aos referenciais históricos, tomados como suportes institucionais de dizer. Assim, podemos apresentar os nomes recortados a partir de três grupos: geográfico/hídrico, natureza, homenagens e dispersões. Demonstramos, ainda, que as filiações de sentidos a esses suportes referenciais não são instantâneas, pois não há uma relação direta entre nome e objeto. De modo que, o conceito de referencial histórico não pode ser confundido com o conceito de referência, por se constituir como um modo histórico e social de construir a referência.

No quinto capítulo, NOMES DE CIDADE: IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA, recortamos as formações nominais que se constituíram para a cidade de São José do Xingu (Povoado do Bang Bang e São José do Bang Bang). A elaboração deste último capítulo se justifica pela relevância em demonstrar, pontualmente, como os nomes de cidades são afetados pelas demandas sociais de pertencimento e identificação da população/administração com tais nomes. Esses nomes se apresentam em textos diversos (discursos, notícias, mapas etc.), pela tensão histórica constitutiva da identificação social dessa localidade, que coloca o nome em língua inglesa (Bang-Bang) em disputa com um nome de língua indígena (Xingu). Nessa

orientação, a formação nominal São José do Xingu se constitui como nome oficial da localidade por sentidos que se dão em convergência e em descontinuidade com os nomes anteriores que se marcam na memória de fundação do povoado.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS, ressaltamos os aspectos relevantes observados nas análises, no movimento que busca compreender as razões enunciativas da articulação de nomes de origem indígena nas nomeações de cidades de Mato Grosso, e a significação desses nomes nos acontecimentos de linguagem em que estes nomes se constituem.

CAPÍTULO I

LÍNGUAS INDÍGENAS E LÍNGUA PORTUGUESA: HISTORICIZAR E SIGNIFICAR

Os nomes só estão disponíveis para os falantes do português porque há uma outra língua, ou melhor, há falantes de uma outra língua que estão tomados, tal como essa língua na relação.
(GUIMARÃES, 2012, p. 17)

Abordar a temática sobre a significação de nomes indígenas nas formações nominais de cidades do Brasil é uma tarefa que se torna indissociável da compreensão das relações que envolveram o domínio territorial e linguístico no percurso de sua colonização, tanto no movimento de ocupação portuguesa no Brasil Colônia, quanto na colonização moderna de suas regiões, que vai ocorrer séculos depois. Nesses movimentos, podemos observar a(s) língua(s) funcionando em espaços de disputas de poder, em que nomear se dá como um acontecimento de linguagem instituído pelas divisões sociais dos lugares de dizer no espaço de enunciação.

A nossa compreensão sobre a indissociabilidade ente “história e significação” vai ao encontro das formulações de Guimarães (2018, p. 175), para quem “é inseparável, do funcionamento e sentido do nome próprio, o acontecimento que o tornou nome próprio para algo”, e de Dias (2018, p. 128), que afirma que “o falante nunca será contemporâneo ao que o nome significa”. Esses posicionamentos nos levam a conceber a história não pela sequencialidade dos fatos e eventos frente ao tempo cronológico, mas ao tempo enunciativo. Neste âmbito, a história é vista neste lugar como a relação constitutiva do acontecimento, isto é, a história (enquanto prática social), que significa no presente do acontecimento, considerando a temporalidade própria do acontecimento.

Assim, no decorrer deste capítulo, pretendemos discorrer sobre a historicidade constitutiva dos processos nominativos do Brasil sob o propósito de apreender as relações enunciativas que podem convergir sentidos às formações nominais que analisaremos posteriormente. Dividimos o capítulo em dois momentos. No primeiro momento, o foco se estabelece no movimento de colonização do Brasil, em que as línguas indígenas e a língua portuguesa se associam aos processos nominativos das “coisas do Brasil”. No segundo momento, observamos a futuridade dessas associações na colonização moderna de Mato Grosso, no século XX.

1. 1 Primeiro momento: a relação entre falantes e línguas na constituição histórica da língua geral e a consolidação do português no Brasil

Guimarães (2018) define a primeira configuração do espaço de enunciação no Brasil, no século XV, quando falantes da língua portuguesa desembarcaram no Brasil modificando as relações no espaço ocupado, até então, apenas pelas línguas indígenas:

o que se modifica de imediato é que entra na relação da língua I-1³ uma outra língua inexistente ali, e com isso entra outro falante constituído por esta outra língua e os falantes passam a estar em relação com falantes com os quais não se relacionavam”. (Idem, p. 27).

Essas relações que se iniciam, reorganizam o espaço e produzem, mais tarde, outras configurações que afetam os falantes, “nesta medida as relações entre as línguas vão sendo modificada pelo fato de que os falantes, de uma e outra, falam de algum modo, a outra.” (Idem, p. 28).

A questão que se coloca para nós é que essas relações entre falantes e línguas, no movimento de colonização, não se deram de forma amistosa, mas mediadas por conflitos.

Para compreender essa questão, podemos tomar a chegada dos portugueses no litoral do país, no século XV. Esse acontecimento se marca pelo descontínuo/contínuo de sentidos com uma terra desconhecida, sentidos que possibilitaram uma via para o domínio português sobre a nova terra; que permitiu, pela inteligibilidade do europeu, significar o desconhecido por um discurso da falta, sobretudo, na interpretação que se faz da língua que se achava nela: “não se acham F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei”⁴. Acrescentamos “sem nome”. Em face disso, inicia-se o processo de interpretação da nova terra, onde a língua do colonizador passa a dizer as línguas indígenas, em termos de apresentação das descobertas, das designações dos objetos desconhecidos e na nomeação de lugares.

Mariani (2004, p. 9) aponta que a supremacia do português em relação às línguas indígenas se constituiu, de tal modo, pela ausência da escrita que, para o colonizador, é subterfúgio para o silenciamento dos falantes nativos, como falantes, nessa nova terra. São eles, os colonizadores que falam pelos indígenas, que os interpretam e registram as línguas silenciadas, “não há direito de resposta.” (Idem).

³ A língua I-1 significa o grupo de línguas indígenas presentes na chegada dos colonos portugueses.

⁴ **Tratado das Terras do Brasil**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 20/09/2018.

Consoante aos propósitos de dominação da nova terra, o cenário de conflito é intensificado pelos colonizadores em aprender as línguas indígenas, questão que se coloca como estratégia fundamental para dominar a terra e introduzir a língua portuguesa nesse espaço. Nesse processo há o estabelecimento do tupi antigo como língua geral que funciona sob a característica de uma Língua franca, “aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum.” (GUIMARÃES, 2005c, p. 22). Ou seja, a língua de uso geral no Brasil não era o português, mas o tupi sendo falado por índios, negros e pelos portugueses.

Nesse movimento de “aprendizagem”, as línguas indígenas vão ultrapassando o substrato da oralidade e sendo gramatizadas, a partir da elaboração de escritos, com registro de estudos das línguas e traduções de textos religiosos sob a intenção inicial de converter os povos indígenas na fé católica. Nessa empreitada estava à frente a Companhia de Jesus, ordem missionária jesuítica, liderada por Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, que foram responsáveis pelas atividades religiosas e educacionais na colônia.

O fortalecimento da língua geral, difundida na região de São Paulo e da Amazônia até os finais do século XVIII, somado à intensificação do processo de evangelização e da contribuição jesuítica para o desenvolvimento da produção escrita e da gramatização⁵ das línguas indígenas, fizeram com que o projeto de colonização português escapasse aos moldes pretendidos, pois o funcionamento da língua geral havia se sobressaído ao funcionamento da língua portuguesa na Colônia.

De acordo com Leite (2012, p. 203):

não há comprovação do uso do Português pelos índios à época da formação do português Brasileiro. Tem-se apenas a comprovação histórica do uso do Nheengatu, Língua Geral de base Tupi falada até hoje na Amazônia, no ambiente doméstico. Buarque de Holanda (1988) informa, com base em relatório escrito por volta de 1692, pelo, então governador do Rio de Janeiro, que os filhos de paulistas primeiro aprendiam a língua indígena e só depois a materna, em São Paulo e no Amazonas, a Língua Geral permanece mais tempo, sendo falada até hoje na Amazônia. Há referências, em José Honório Rodrigues (1986), de ser, a língua portuguesa minoritária, em 1755, em vários

⁵ A gramatização de uma língua indígena (Arte da Gramática, de José de Anchieta) é o primeiro momento da análise de linguagem em território brasileiro (dominado pelos portugueses). (ORLANDI, 2002, p. 125).

pontos do país, principalmente na região norte, o que mostra que o substrato Tupi permaneceu por mais pelo menos dois séculos.

A política das línguas gerais permaneceu até o ano de 1757, quando torna-se público o ato político-jurídico denominado *Diretório do Índio*, instituído pelo Marquês de Pombal que, através desse instrumento, impôs a língua portuguesa como a língua da Colônia “para institucionalizar, oficializar de modo impositivo que era essa, e apenas essa, a língua que devia ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte.” (MARIANI, 2003, p. 13).

Podemos dizer que o tupi, outrora utilizado como mecanismo de dominação, acabava por influenciar a língua do colonizador, que precisou de um instrumento impositivo para marcar o português como a língua do Brasil. Vejamos um trecho do Diretório:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. **Observando, pois, todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado⁶.** [Grifo nosso].

⁶ Diretório do Índios. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em 12/04/2021.

Apesar da intervenção linguística estabelecida, o Diretório não conseguiu apagar, integralmente, o legado das línguas indígenas na historicidade e consolidação do português no Brasil, vínculo que se observa desde a integração de termos que nomearam “as cousas que há nestas partes”⁷, até as marcas da oralidade que se desenvolveram na relação entre a língua portuguesa, línguas gerais e línguas africanas. Ou seja, fala-se o português, mas já não é o português de Portugal.

Os nomes de origem indígena, presentes no léxico do português, apreendidos por muitos gramáticos e linguistas como empréstimos linguísticos⁸, naquele momento se colocou como um gesto interpretativo de “captura” (MARIANI, 2004, p. 72), pois estes nomes eram absorvidos pelos sentidos construídos na relação do novo com o que já era familiar na língua portuguesa, como podemos ver em uma descrição apresentada no *Tratado das Terras do Brasil*⁹:

Nestas partes do Brasil não semeiam trigo nem se dá outro mantimento algum deste Reino, **o que lá se come em lugar de pão é farinha de pau: esta se faz da raiz duma planta que se chama mandioca, a qual é como inhame**[...]. (Idem, p. 59). [Grifo nosso].

Nessa descrição, o gesto interpretativo das denominações indígenas procura tornar transparente os sentidos da nova terra pelo domínio de sentido do português, como podemos ver no enunciado “em lugar de pão é farinha de pau”, em que a locução prepositiva “em lugar de” configura um domínio de apreensão dos hábitos alimentares dos indígenas em comparação/oposição aos hábitos alimentares português. Do mesmo modo, dá-se o conhecimento da raiz mandioca por um processo de similitude com outra planta já conhecida “que se chama mandioca, a qual é como inhame.”

Como vemos, os nomes indígenas que foram se associando ao português demonstram a organização de uma representação linguística feita para estes nomes:

misturados a termos provenientes do colonizador. As denominações, pensadas aqui em termos de construção discursiva dos referentes, vão tornando transparentes a opacidade constitutiva do que é desconhecido, ou seja, engendram sítios de significância codificados em termos do domínio do pensamento do colonizador. Nessa ótica, são elas que ficam nas gramáticas

⁷ **Tratado das Terras do Brasil**. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br> >. Acesso em 20/08/2018.

⁸ De acordo com Mattoso Câmara (1965, p. 76), “uma língua está sempre praticando o empréstimo”.

⁹ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 20/09/2018.

portuguesa como vestígio possível da presença do que havia sido excluído. Assim, sob o rótulo “provincialismos” ou “termos da língua geral do Brasil”, **a língua colonizada tem seu lugar demarcado como diferença tolerável e já absorvida.** [Grifo nosso]. (MARIANI, 2004, p. 30)

Podemos dizer que os efeitos da língua colonizada como tolerável e já absorvida, excede o aspecto de contato entre línguas, assim como aponta Guimarães (2012, p. 16):

o que este aspecto nos mostra é que, uma relação de línguas, uma língua, ao fornecer à outra (ou receber dela) uma forma qualquer, significa nesta relação seu modo de estabelecer seu sistema de regularidades linguísticas. Mas isto não é tudo. Como se pode pensar nessa entrada de palavras do tupi no português senão pensando que esta era uma língua praticada por falantes específicos na relação com os falantes do português? Jamais uma relação de línguas se dá diretamente por elas próprias, mas somente na medida em que as suas práticas relacionam [...].

Sobre a questão dos nomes que se marcam na geografia do Brasil, Proença Filho (2017, p. 35) diz que a língua portuguesa, ao chegar, vai (re)batizando aquilo que encontra, como aparece nas primeiras denominações geográficas: cabo de Santo Agostinho, de São Roque, São Francisco, o grande rio, baía de Todos os Santos, Cabralia etc. e, em paralelo, vão se articulando aos termos indígenas:

Entende o capitão que seja a foz de um grande curso fluvial. O nome indica o equívoco: chamam-no **Rio de Janeiro**. Era esse o mês da chegada, no ano de 1502. Sítio, logo se sabe, **na palavra silvícola Guanabara**, corruptela de *wa'nã pa'ra*, saco de mar, braço de mar. **É ver, designar, marcar a posse, seguir. As línguas do branco e do índio começam a associar-se, no espaço da toponímia.** (Idem). [Grifo Nosso].

Nesse sentido, nomear e renomear os lugares com nomes do léxico da língua portuguesa era, emergencialmente, uma ação para dominar a terra, como podemos ver no enunciado “É ver, designar, marcar a posse, seguir.”

No entanto, nos “discursos” da colonização observa-se também a relação do colonizador com as línguas indígenas ao nomear as primeiras villas que se ascendem no país: “Na capitania de Pernambuco além da **villa** principal chamada Olinda há outra que se chama **Igaraçú** que dista della cinco léguas [...]”. (Anchieta (1584), *Enformação do Brasil e de Suas Capitánias*, p. 427)¹⁰.

¹⁰ In: NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo**: a indígena clássica do Brasil. 1.ed. São Paulo: Global, 2013.

A “villa Igaracu”, atual cidade de Igarassu, foi fundada após a vitória dos portugueses sobre os índios Caetés. Em um trecho exposto por Neves (2008, p. 8), podemos observar que a nomeação da localidade pode relacionar-se ao rio Igarassu, hoje nomeado como rio São Domingos:

O que se sabe é que Duarte Coelho aportou em Pernambuco em 9 de março de 1535, permanecendo por tempo não determinado na feitoria existente na desembocadura do canal de Santa Cruz, próxima a **foz do rio Igarassu** (ou São Domingos). A tradição diz que Igarassu teria sido fundada em 27 de setembro de 1535, dia dedicado aos Santos Cosme e Damião – o que faz todo o sentido dentro da tradição portuguesa – quando também foi iniciada a construção da capela dedicada aos santos gêmeos por Afonso Gonçalves.

Podemos observar que a fundação e nomeação da Villa Igaracu se dá do lugar do nativo que foi combatido para a ascensão do urbano e, nesse movimento, toma-se o hidrônimo rio Igarassu como referencial da nomeação local.

Sobre a presença dos componentes indígenas no português do Brasil, tem-se o consenso de que a maior interação tenha sido no plano lexical, no entanto, não se afirma o contingente total de palavras. Sobre essa questão, Proença Filho (2017, p. 551) apresenta dados apontados por alguns pesquisadores, como Gladstone Chaves de Melo (1946) que assinala cerca de 10 mil termos indígenas incorporados ao léxico português, e em quantitativo diminuído para 4.500 em texto de 1990, número que se assemelha ao apresentado por João Roque Lorenzato (2007), no livro *Curiosidades Vocabulares Indígenas na cultura do Brasil*. Além disso, Proença Filho (Idem) destacou o pensamento crítico de Mauro Villar, em entrevista concedida à *Revista da Academia Brasileira de Filologia* (2002), sobre a falta de métodos para se chegar à quantificação dos indigenismos linguísticos no português. Recorremos ao trecho da entrevista:

Sob a denominação comum de tupi ou vagamente de tupinismo, têm entrado nos dicionários de língua portuguesa, do mesmo modo, o tupi antigo, o guarani, o nheengatu (também dito neotupi) e eventualmente vocábulos cujos étimos pertenceriam a outros troncos e a outras famílias linguísticas. (O quadro linguístico indígena do Brasil apresenta aproximadamente a metade do total de línguas faladas na época do descobrimento, mas ainda assim isso representa 120 a 150). Além de estudos etimológicos estarem consideravelmente atrasados quanto à linguística indigenista, a utilização do rótulo tupi num sentido hiperonímico de “empréstimo de alguma vaga língua indígena do continente americano” continua a ocorrer e está longe de ser ideal,

mas os dicionários persistem em tal simplificação por falta de fontes sobre o que debruçar os seus levantamentos. (Idem, p. 113).

1.2 Segundo momento: “Privilegiar” as línguas indígenas

1.2.1 Políticas de padronização de nomes geográficos do Brasil: em defesa do nacionalismo

No século XX, vê-se uma intensificação dos projetos de valorização das raízes nacionais e de identidades culturais, sobretudo, com exaltação à temática indígena, que pode ser observada em vários meios, como no ambiente acadêmico, com destaque para a criação de cadeiras indígenas nas universidades:

Os estudos de tupi em cadeiras universitárias nasceram na década de trinta do século XX, sendo a Universidade de São Paulo a primeira do Brasil a mantê-los, a partir de 1935, com Plínio Ayrosa à sua frente. Esse engenheiro autodidata ministrava cursos livres no Centro do Professorado Paulista de São Paulo, quando foi convidado pelo reitor da novel universidade para criar aquela cadeira na USP. A partir daí, principalmente, após 1954, **foram surgindo cadeiras de tupi em outras cidades do Brasil, por força de uma lei que o determinava.** (NAVARRO, 2013, p. 18). [Grifo Nosso].

Na citação acima, o autor faz alusão à Lei n. 2.311, de 3 de setembro de 1954, que cria a cadeira de Etnografia e Língua Tupi, decretada e sancionada pelo então presidente da República João Café Filho:

Art. 1º É instituída em tôdas as Faculdades de Filosofia e Letras do País a cadeira de “Etnografia Brasileira e Língua Tupi”.

Art. 2º Enquanto o Poder Executivo não enviar mensagem ao Congresso Nacional solicitando a criação dos respectivos cargos, os lugares de professor dessa disciplina serão exercidos mediante contrato com especialistas e estudiosos da matéria, e custeados pela verba própria dos estabelecimentos em cujo curso a cadeira fôr programada.

Art. 3º Uma vez criados os cargos, serão êles providos mediante concurso, a exemplo do que se verificou com o provimento da cadeira de Língua Tupi na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Na década de 30, houve também a implementação dos órgãos para o controle de informação estatística, que culminou na criação do IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística, no ano de 1938. Este instituto foi responsável pela implantação da *Lei Geográfica do Estado Novo* constituída pelo Decreto-Lei n. 311, de 02 de março de 1938. Essa lei propunha,

entre outras medidas, uma intervenção linguística na regulação dos nomes geográficos brasileiros.

Santos (2008), em sua tese *Geonímia do Brasil: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios Fluminenses*, cita na seção: *As primeiras tentativas de padronização legal dos nomes geográficos no Brasil – A Lei Geográfica* os principais dispositivos legais que compuseram as referências para as tentativas de padronização dos nomes geográficos no país. A saber, em 1926, na Conferência Nacional de Geografia, foram produzidas algumas resoluções quanto às formas de grafar a geonímia brasileira, mais tarde, a Convenção Nacional de Estatística, através do Instituto Convencional de 11 de agosto de 1936, recomendou que, dentre outras providências, houvesse uma sistematização dos nomes, a fim de minimizar repetições, prejuízos e confusões etc. Assim, constituiu-se o Decreto-Lei n. 311, que ficou conhecido como a *Lei Geográfica do Estado Novo*, que teve como cerne a minimização de confusões geradas pelas nomenclaturas geográficas no país, o decreto teve apoio do IBGE, instituição recém-criada que estava em consonância com a proposta de padronização¹¹.

No ano de 1943 editou-se o Decreto-Lei n. 5901, que combatia a pluralidade na utilização dos nomes geográficos como também intervinha nos modos de nomear as localidades de todo o território brasileiro. A partir daí muitos municípios homônimos passaram pelo processo de renomeação, que levava em consideração os itens dispostos na lei, as novas cidades fundadas também deveriam se submeter.

No artigo 7º, do referido decreto, encontramos os incisos que dispõem sobre as orientações para a criação dos nomes oficiais:

Art. 7º Ficam estabelecidas as seguintes **normas para a eliminação, no País, da repetição de topônimos de Cidades e Vilas**, a efetivar-se no novo quadro territorial em preparo:

I - Quando duas as mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Têrmo, sede de Município, sede de Distrito.

II - No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, êste será mantido naquela que o possuir há mais tempo.

III - Como novos topônimos, **deverão ser evitadas** designações de datas, **vocábulos estrangeiros**, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras **sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.**

¹¹ SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios Fluminenses**. Rio de Janeiro, 2008. Tese-Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO.

IV - Não se consideram nomes novos, e, portanto, não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras.

Parágrafo único. Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acôrdo entre os Governos das Unidades Federativas interessadas. (BRASIL, 1943). [Grifo nosso].

A recomendação de nomes em línguas indígenas e a proibição de línguas estrangeiras em nomes oficiais de lugares, destacada no parágrafo III do decreto, associa-se à Campanha de Nacionalização que impactou, sobretudo, a política linguística do Brasil.

A *Lei da nacionalização* representada pelo decreto n. 406, de maio de 1938, interditava o uso de línguas estrangeiras nos estabelecimentos de ensino, bem como em publicações de manuais didáticos e outros escritos, ou seja, publicações em língua estrangeira só poderiam ocorrer mediante licença e permissão do Conselho de Imigração e Colonização. No ano seguinte, o decreto n. 1.545 de 25, de agosto de 1939, dispôs sobre medidas para a adaptação, ao meio nacional, de brasileiros descendentes de estrangeiros e reforçou o uso da língua nacional¹² como símbolo da construção de uma unidade brasileira.

Prudente e Abade (2016) ressaltam que a “tupinização” da toponímia brasileira toma força entre os anos de 1836 e 1870, inversamente ao processo de “lusitanização” dos nomes ocorrido no período colonial e isso se deve graças ao movimento romântico que exalta a figura do indígena como herói nacional em resistência aos ideais colonialistas. Essa retomada da imagem indígena, como representante de uma identidade nacional, é observada, contundentemente na Era Vargas.

Segundo Navarro (2020, p. 257), a retomada da referência cultural indígena tem grande influência na criação de topônimos indígenas artificiais no Brasil no século XX:

No Brasil, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, foi o início de uma fase histórica assinalada por grande nacionalismo político e econômico. **A Era de Vargas foi, com efeito, uma época em que os topônimos de origem indígena foram abundantemente criados no país.** Com efeito, o decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, estabelecia normas para a “eliminação no país da repetição de topônimos de cidades e vilas” [...]. [Grifo nosso].

¹² “Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo.” (GUIMARÃES, 2005c, p. 22).

Conforme Navarro (Idem), a classificação dos nomes de lugares como “topônimos indígenas artificiais” diz sobre os nomes em línguas indígenas criados e planejados, cujos autores dos nomes são conhecidos, e diferem-se dos “topônimos espontâneos” que são nomes atribuídos, diretamente, por falantes de suas respectivas línguas.

Além do trabalho de descrição etimológica realizado por diversos pesquisadores, encontramos nas literaturas alguns pontos de vista críticos em relação aos efeitos dos decretos que buscaram a padronização da geonímia brasileira.

Oliveira (1988) apud Santos (2008, p. 71) diz sobre a resistência das populações em relação à adoção dos novos nomes oficiais:

Até hoje as feridas daquela reforma toponímica não cicatrizaram. Muitas sedes municipais, a partir de então, **apenas oficialmente têm expressão, já que o povo, autoridade mais natural, nestes casos, adota a denominação local tradicional**”. [Grifo nosso].

Outra crítica à substituição dos nomes pode ser observada quanto aos critérios de formação dos nomes, como foi o caso da substituição do nome da sua cidade Itapira na Bahia, que, por conta da duplicidade de nomeação com Itapira em São Paulo, recebeu o nome de Ubaitaba, “[...] arranjaram outra combinação indígena, que deu por resultado Ubaitaba, que é também Itapira em uma outra versão.” (Idem, p.71).

Sobre o surgimento de topônimos indígenas artificiais, no século XX, Navarro (2020, p. 266) diz que:

Há, contudo, um aspecto positivo nessa nomeação artificial: ela nobilitou ou tentou nobilitar línguas indígenas num século de grande modernização tecnológica como foi o século XX, no qual o índio representou, muitas vezes, o passado e o atraso social e econômico. Inda que mitificado, ele foi, de certa forma, valorizado num Brasil que tinha olhos mais voltados para a Europa e os Estados Unidos. **Foi uma maneira de o Brasil homenagear os derrotados da sua história**. Tal fenômeno significava também um preito saudosista a um Brasil tradicional que começava a se transformar e a se modernizar. Representava as vozes de um passado que não queria morrer. [Grifo nosso].

Em Mato Grosso, as respectivas leis de padronização incidiram nas renomeações de algumas localidades como Lageado (Guiratinga) e Baliza de Mato Grosso (Torixoréu). Em outros nomes incidiu o acréscimo de convergentes preposicionados para marcar a distinção

entre homônimos, como ocorre com São Félix do Araguaia etc. As nomeações das novas cidades também foram submetidas aos critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Vale ressaltar que, na nossa pesquisa, não ancoraremos a nossa reflexão nos estudos etimológicos das palavras, mas sim no estudo enunciativo, através da análise dos nomes concebidos como formações nominais. Por esse viés, compreendemos que os nomes tendem a funcionar e a significar em acontecimentos de linguagem específicos, cabendo ao analista observar o funcionamento enunciativo desses nomes ao integrarem a nomeação das localidades em suas historicidades constitutivas.

1.2.2 Políticas de colonização em Mato Grosso: a Marcha para o Oeste

No aspecto territorial, a proposta nacionalista iniciada com o governo de Getúlio Vargas culminou na criação do movimento Marcha para o Oeste sob o ideal de integração dos espaços longínquos e “vazios” do Oeste brasileiro, ao cenário nacional. A colonização do estado de Mato Grosso, no século XX, é mobilizada e intensificada por esse movimento.

De acordo com Siqueira (2002, p. 229), a Marcha para o Oeste

tinha como meta fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem e, para isso, era necessário que a nação se constituísse territorialmente num bloco homogêneo. Tornava-se, portanto, essencial povoar os espaços “vazios” e promover a sua integração política.

Destaca, ainda, que no cenário de acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas temia que a capital do Brasil, Rio de Janeiro, fosse afetada pelas investidas e ataques de inimigos em conflito. Sendo assim, seria oportuno deslocar a sede para um ponto central do país:

Sob o pretexto de desbravar o sertão, a expedição foi formada com 30 homens, mas seu verdadeiro objetivo era criar um refúgio na selva que pudesse abrigar a sede do governo, caso os alemães invadissem o país. A guerra já estava avançada e alguns navios brasileiros haviam sido torpedeados na costa brasileira. Três navios foram afundados em cabo Frio, o que deixou o governo assustado com a vulnerabilidade do Rio, explica Acarary. (VARJÃO, 2000 apud SIQUEIRA, 2002, p. 229).

Para que a marcha se deslocasse para o centro do país, criou-se a Expedição Roncador-Xingu (1943) e a Fundação Brasil Central, que tinham como objetivo o reconhecimento das

terras, mas que, também, pudessem criar condições infraestruturais para que a malha migrante se estabelecesse nessa região. A expedição foi caracterizada por Póvoas (1996), como a “verdadeira ‘bandeira’ do século XX”, com celebração de missa no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, de onde partia a expedição rumo a Mato Grosso.

De acordo com Moreno (2005, p. 54), “o posto-base da expedição, fundado às margens do rio das Mortes, deu início ao planejado povoamento da região com a implantação do povoado de Xavantina, em 1944, que mais tarde deu origem ao município de Nova Xavantina”. Movimento marcado por intensos conflitos, visto que algumas áreas já possuíam titulação, outras eram ocupadas pela população indígena e por garimpeiros que atuavam na região.

Durante os tempos de atuação desses projetos, a região do rio das Garças foi beneficiada com inúmeras obras como a abertura de estradas, rede de abastecimento de água, construção de pontes, infraestrutura aérea etc., para que pudessem dar suporte à expedição. As atividades foram suspensas com o declínio de Vargas e ascensão de Café Filho à presidência. Apenas no ano de 1967, estando o Brasil sob o comando do presidente Costa e Silva, a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central são reativadas e integradas à SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste).

Enquanto as atividades da marcha se desenrolavam, as propagandas de acesso às terras baratas e promissoras no Estado se destacavam no cenário nacional, como é possível ler em um recorte extraído do jornal *O Estado de São Paulo* (1954):

Há cerca de 40.000 processos em andamento no Departamento de Terras do Estado [MT], o que significa estar sendo o Estado inteiro, por assim dizer, loteado e vendido a prestações. Os preços contrastam violentamente com os que vigoram entre nós [em SP], e pode-se adquirir terras devolutas na região das Dúvidas, na Barra do Garças, do Bugres, em Diamantino, em Aripuanã, por mais ou menos 25 cruzeiros o alqueire paulista! Paga-se o corretor, o despachante, paga-se o engenheiro, que deve fazer a medição e fica-se latifundiário de um instante para o outro com menos de dois contos de réis. (LENHARO, 1986, apud SIQUEIRA, 2002, p. 231).

Com a estruturação de políticas estaduais de colonização, o acesso às terras foi intermediado por meio de iniciativas de colonização oficial e privada, dando acesso, também, ao povoamento espontâneo dos desejosos em adquirir terras no Estado. Entre os anos de 1940 a 1966, foram instalados 30 núcleos oficiais de colonização com cerca de 69 mil colonos, sendo

23 em área do atual território de Mato Grosso (aqui leva-se em consideração a divisão do estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocorrido em 1977), 29 empresas particulares e a concessão de 10 mil hectares para pessoas físicas. (MORENO, 2005, p. 55).

Em meio aos desdobramentos da política expansionista do Oeste brasileiro, também convergia a questão dos povos indígenas, habitantes das terras pretendidas pelo movimento colonizador.

Conforme nos aponta Siqueira (2002, p. 235), “quando se estuda o processo de colonização desencadeado em território mato-grossense a partir da década de 1970, quase sempre se oculta a presença dos ancestrais donos da terra, os índios”, que em décadas anteriores, foram movimentados de suas terras de origem para o Parque Indígena do Xingu.

A criação do Parque Indígena do Xingu teve como objetivo realizar a transferência dos grupos indígenas de suas terras de origem, a fim de efetivar a colonização em Mato Grosso, conforme o desenvolvimento das políticas territoriais vigentes na época:

A ideia de criação do Parque tomou forma numa mesa-redonda convocada pela Vice-Presidência da República em 1952, da qual resultou um anteprojeto de um Parque muito maior do que o que veio finalmente a se concretizar. A despeito dos poderes legislativo e executivo do Mato Grosso estarem representados nessa mesa-redonda, inclusive por seu governador, o estado começou a conceder, dentro desse perímetro, terras a companhias colonizadoras. Por isso, quando foi finalmente criado o Parque Nacional do Xingu, pelo Decreto nº 50.455, de 14/04/1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros, sua área correspondia a apenas um quarto da superfície inicialmente proposta. O Parque foi regulamentado pelo Decreto nº 51.084, de 31/07/1961; ajustes foram feitos pelos Decretos nº 63.082, de 6/08/1968, e nº 68.909, de 13/07/1971, tendo sido finalmente feita a demarcação de seu perímetro atual em 1978¹³.

De acordo com os dados do ISA (Instituto Socioambiental), encontram-se localizadas no parque 16 etnias, a saber: Aweti, Ikpeng, Kaiabi, Kalapalo, Kamaiurá, Kĩsêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Wauja, Tapayuna, Trumai, Yudja e Yawalapiti. As línguas faladas por essas etnias se dividem em: Kamaiurá e Kaiabi (família Tupi-Guarani, tronco Tupí); Yudja (família Juruna, tronco Tupí); Aweti (família Aweti, tronco Tupi);

¹³ Xingu. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/> Acesso em: 20/10/2020.

Mehinako, Wauja e Yawalapiti (família Aruák); Kalapalo, Ikpeng, Kuikuro, Matipu, Nahukwá e Naruvotu (família Karíb); Kĩsêdjê e Tapayuna (família Jê, tronco Macro-Jê) e Trumai (língua isolada).

Atualmente, a demarcação do Parque Indígena do Xingu incide, em parte, nos municípios mato-grossenses de Canarana, Paranatinga, São Félix do Araguaia, Gaúcha do Norte, Feliz Natal, Querência, União do Sul, Nova Ubiratã, Marcelândia e São José do Xingu.

Como ressaltamos no início do texto, as ações desenvolvidas pelas políticas expansionistas de terras em Mato Grosso culminaram em um novo desenho para o mapa de Mato Grosso.

De acordo com Karim (2018), a partir de 1964 foram criados 108 municípios no estado. O autor considera esse período como o terceiro momento de configuração do mapa de nomeações de Mato Grosso que, em comparação aos momentos anteriores, atingiu um número mais expressivo de criação de municípios/cidades. O primeiro momento é marcado entre os anos de 1719 e 1888, com a fundação de 7 municípios/cidades e o segundo momento, entre os anos de 1889 e 1963 com 26 municípios/cidades. Nesse percurso, aponta-se a heterogeneidade na constituição de nomes oficiais, visto que “os acontecimentos de nomeação dos municípios desse 3º Momento ocorreram, assim como no 2º Momento, no espaço de enunciação no qual a Língua Nacional, o Português do Brasil, é a língua predominante.” (Idem, p. 356).

Ao final deste capítulo, de ordem histórica, podemos dizer que ele nos aponta os direcionamentos sócio-históricos que constituem os referenciais aos quais os nomes de lugares expõem a relação de identificação com a memória e a atualidade em que os nomes aparecem nas enunciações afetados por gestos populares e oficiais de nomear. “Nessa relação do sujeito com a língua, o gesto de enunciar torna estável uma visão coletiva. Portanto, é um gesto que agrega dizeres socialmente pertinentes. E por isso, são dizeres de ordem histórica.” (DIAS, 2016, p. 48).

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO AO ACONTECIMENTO: MODOS DE CONCEBER A SIGNIFICAÇÃO

Significar é relacionar.

(DIAS, 2018a, p.15)

Neste capítulo, pretendemos apresentar alguns modos de conceber a significação dos nomes próprios partindo da observação das primeiras teorias da nomeação fundamentadas nos estudos da Filosofia e da Filosofia da Linguagem; em seguida, passamos pela observação dessa questão em um ponto específico da Linguística, que se interessa pelo saber lexical, através dos estudos da Toponímia; por fim, localizamo-nos nos estudos da Semântica da Enunciação, a partir das perspectivas que consideram a significação no acontecimento enunciativo, segundo aportes teóricos desenvolvidos por Guimarães (2005a, 2005b, 2018); e da perspectiva relacional do funcionamento da linguagem proposta por Dias (1996, 2016, 2018a, 2018b).

Vale ressaltar que o percurso desenvolvido neste expediente não constitui uma cronologia de sobreposição de disciplinas, pois veremos que as nuances de cada pensamento ora se imbricam, ora se distanciam das definições e proposições estabelecidas para cada área. O fato de cada uma delas operar com os seus objetivos, a partir de recortes e conceitos distintos, nos possibilita uma observação mais aprofundada das complexidades que envolveram as investigações sobre a significação dos nomes próprios, ao longo do tempo.

2.1 Nome e referência na Filosofia: o embate entre duas teses

No *Crátilo*¹⁴, Platão propõe um exame dialético em torno da análise sobre a justeza dos nomes¹⁵, as duas teses que movimentaram o debate constituíram as teorias primitivas da linguagem, sendo uma de ordem naturalista e outra convencionalista. Para Crátilo, a relação

¹⁴ Sobre a justeza dos nomes. In: PLATÃO. **Crátilo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém, Editora da Universidade do Pará, 1988.

¹⁵ Pode ser traduzido como “a correção dos nomes”. (SOUZA, 2010).

entre nome e coisa é manifestada por algo que é intrínseco ao ser, a natureza do ser deverá ser exposta se, e somente, através do nome que assegurar tal essência.

No diálogo estabelecido, o personagem Sócrates é questionado por Crátilo e Hermógenes sobre qual das duas proposições feitas por eles seria a mais adequada para que se alcançasse “a justeza dos nomes”:

Hermógenes- Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que **cada coisa tem por natureza um nome apropriado** e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, como designá-los por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza, **tem sentido certo, sempre o mesmo**, tanto entre os Helenos como entre os bárbaros em geral. (Idem, p. 120) [Grifo nosso].

Oposta a esta primeira tese, Hermógenes apresenta a seguinte afirmação “nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira”. (Idem, p. 120).

Em seguida, a tese de Hermógenes é refutada por Sócrates para quem um nome não poderia ser dado por convenção individual, mas deveria ser criado por uma pessoa que detivesse condições de extrair a essência do ser e que conseguisse expressá-la em letras, sendo que, mais tarde, este nome poderia ser julgado por aqueles que possuíssem condições de dizer se o nome é, realmente, justo para a coisa ou não.¹⁶

Podemos dizer que a tese naturalista de Crátilo não refutava, integralmente, a hipótese da convencionalidade, pois o que pode ser observado em seu discurso é apenas uma negação em relação à convenção individual.

Por conseguinte, Sócrates reafirma a tese de Crátilo, dizendo:

Sócrates – Então, Hermógenes, talvez não seja atividade tão despreciosa como imaginas, a de instituir nomes, nem é trabalho de gente sem préstimo nem mesmo para todo o mundo. Sendo assim, Crátilo tem razão de dizer que **os nomes das coisas derivam de sua natureza** e que **nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que**, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, **sabe como exprimir com letras e sílabas sua ideia fundamental**. (Idem, p. 129). [Grifo Nosso]

¹⁶ Designa-se a figura do legislador como “fazedor de nomes” e os julgadores “oradores”.

Apesar de ambas as teses se caracterizarem por métodos diferentes, possuíam um mesmo escopo: o de demonstrar a relação nome/coisa e, também, apresentar as justificativas de atribuição do nome. Para justificarem as suas proposições, é realizado um estudo etimológico de nomes. A importância do saber etimológico ou do “sentido primeiro do nome” para o conhecimento filosófico, poderia revelar a natureza do objeto referido, já que o nome deveria ser uma descrição inequívoca do objeto. No entanto, o estudo tornou-se ineficiente para solucionar a questão e fez mobilizar uma nova propositura: a de que os nomes tanto poderiam ser dados por natureza quanto por convencionalidade.

De acordo com Piqué (1996, p.175),

O que Platão evidencia nessas etimologias é a incongruência do método, já que um mesmo *onoma* pode, por natureza, nos levar à ideia do movimento e do repouso (como a palavra *episteme*, por exemplo), sendo que para Platão esses dois gêneros podem estar em comunhão com os seres, mas não entre si, pois isto significaria o aniquilamento de ambos.¹⁷

Nessa medida, podemos considerar que o aporte filosófico para os estudos da linguagem estabeleceu o modo de conceber a linguagem como expressão do pensamento. Essa concepção de linguagem pode ser justificada pela ideia platônica de estabilidade do ser, não sendo possível, então, reconhecer essa estabilidade através dos nomes, mas sim pelo conhecimento da coisa em si.

2.2 Nome e referência na Filosofia da Linguagem: o logicismo e a intencionalidade

No âmbito da Filosofia da Linguagem, por uma perspectiva logicista, podemos apresentar as contribuições de Gotlob Frege para os estudos da significação, em que este autor mantém como foco o tratamento da referência. No artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência* (1892), Frege aponta a distinção entre sentido e referência como resultado da decomposição da noção de conteúdo. Para ele, o sentido e a referência são de caráter objetivos, sendo a referência um objeto perceptível, e o sentido o modo de apresentar a referência. A distinção entre esses dois aspectos sustenta a consideração de que o nome próprio tem sentido,

¹⁷ PIQUÉ, J.F. **Linguagem e realidade**: uma análise do *Crátilo*. In: Letras, Curitiba, Editora da UFPR. n.46, p. 171-182. 1996.

na medida em que o nome aponta para os diferentes modos de apresentar o objeto ao qual o nome se refere.

Nesse caso,

o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence; isto, porém, só de maneira parcial elucida a referência do nome, caso ele tenha uma. Para um conhecimento total da referência, exigir-se-ia que fôssemos capazes de dizer, de imediato, para cada sentido dado pertence ou não a essa referência. Isto, porém, nunca conseguiremos fazer. (FREGE, 2009, p. 132).

O ponto central para que Frege fizesse a distinção entre sentido e referência se constituiu pela consideração dessas diferenças entre as relações de identidade. Para tanto, questiona-se se a identidade é uma relação, e se essa relação ocorre entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos.

Nesse contexto fica claro que, por “sinal” ou por “nome” entendo qualquer designação que desempenhe o papel de um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção a mais ampla), mas não um conceito ou uma relação. (Idem).

Os critérios estabelecidos nas relações apresentadas por Frege apontam duas igualdades, por exemplo, $a=a$ e $a=b$, sendo que a igualdade se configura entre os sinais a e b , e não pelos objetos aos quais a e b designam, pois se a igualdade fosse considerada entre os objetos poder-se-ia dizer que a relação $a=b$ não apresentaria nenhuma diferença da relação $a=a$, em sendo verdadeira, a relação $a=b$. Nesse caso, Frege diz que a relação $a=b$ sugere que os sinais ou os nomes “ a ” e “ b ” parecem referir-se à mesma coisa e, sendo assim, a discussão se voltaria para a observação desses sinais

uma diferença entre elas só poderá aparecer se à diferença entre os sinais corresponder uma diferença no modo de apresentação do objeto designado. Sejam a , b , c as linhas que ligam os vértices de um triângulo com os pontos médios dos lados opostos. O ponto de interseção de a e b é o mesmo ponto de interseção de b e c . Temos, assim, diferentes designações para o mesmo ponto, e estes nomes (“ponto de interseção de a e b ” e “ponto de interseção de b e c ”) indicam também os modos pelos quais esses pontos são apresentados. E, em consequência, a sentença contém genuinamente um conhecimento. (Idem).

Nessa passagem, Frege demonstra como duas sentenças distintas podem ter sentidos diferentes, mas a mesma referência, como é o caso das expressões “estrela da tarde” e “estrela da manhã”, que possuem o mesmo referente, o planeta Vênus. O que se observa é que há modos

distintos de apresentar o mesmo referente, ou seja, há diferentes modos de designar um uma mesma referência e, nesse caso, “somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença sendo sua referência” (FREGE, 2009, p. 136). [Grifo do autor].

Outra contribuição de Frege para os estudos sobre sentido e referência na Filosofia da Linguagem se dá pela introdução da noção de pressuposto, como condição para a asserção de uma sentença. Vejamos que em uma sentença como “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria” (Idem, p. 145), deve ser considerada pela oração subordinada relativa “que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias”. Ou seja, a sentença direciona para a noção de que “há alguém” que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias sendo, nesse caso, a sua referência, Kepler. Para Frege, a existência de Kepler não está no enunciado, mas pode ser observada pela sua utilização na pressuposição, ao passo que, se uma negação decair sobre a sentença, ela atingirá apenas a oração principal, continuando em funcionamento o dizer de que “alguém descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias.”

Nessa breve menção que fizemos aos estudos de Frege, pudemos observar que o sentido dos nomes é considerado como referencial, ou seja, pela relação com aquilo que ele representa no mundo.

De outro modo, no âmbito da Filosofia da Linguagem, há uma perspectiva sobre o sentido a partir do viés intencionalista, ou seja, pela consideração da intenção de quem fala. Vejamos que, nesse caso, o sentido já não é mais visto pela relação referencial, mas pela interferência de quem diz algo para alguém, ou seja, “poderíamos dizer, a título de formulação preliminar, que a intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (SEARLE, 1995, p. 1).

Estão centrados na perspectiva intencionalista, os trabalhos de Grice (1957), Austin (1962), Searle (1958), entre outros. Queremos destacar aqui o filósofo John Searle, que propôs uma reflexão sobre os nomes próprios apresentado em seu artigo intitulado *Proper names* (1958). Nesse estudo, Searle indaga se os nomes próprios têm sentido chegando à conclusão que a resposta pode ser “sim” e “não” dependendo do objetivo de análise, pois “a frouxidão dos

critérios para nomes próprios é uma condição necessária para isolar a função referencial da função descritiva da linguagem” (Idem, p. 172)¹⁸.

Para ele, esse paradoxo pode ser resolvido com um “não” se essa pergunta quer saber se os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos a que eles se referem. E a resposta será sim, de “uma forma frouxa”, se essa pergunta quer saber se os nomes próprios estão ou não logicamente conectados com as características dos objetos aos quais se referem:

Podemos esclarecer esses pontos, comparando nomes próprios paradigmáticos com nomes próprios degenerados, como “O Banco da Inglaterra”. **Para este último, parece que o sentido é dado de modo direto como em uma descrição definida;** os pressupostos, por assim dizer, sobem à superfície. **E um nome próprio pode adquirir um uso rígido descritivo sem jamais ter a forma verbal de uma descrição:** para os que creem, Deus é justo, onipotente, onisciente etc., *por definição*. É claro que a forma pode nos enganar; o Sacro Império Romano não era nem sacro, nem Romano etc., mas era ainda assim o Sacro Império Romano. **Novamente, pode ser convencional usar “Martha” como um nome apenas para moças, mas se eu chamar meu filho de “Martha”, posso enganar [I may mislead], mas não minto.** (Idem). [Grifo nosso].

Nessa passagem, é possível observar que Searle apresenta uma compreensão distinta da perspectiva lógica de Frege, para ele a descrição definida pode não ser suficiente para fornecer sentido ao nome próprio, uma vez que os falantes podem associar conteúdos intencionais aos nomes.

2.3 Nome e referência na Lexicologia: os estudos toponímicos

A Toponímia é a área das Ciências Humanas que tem como objeto de estudo os nomes próprios de lugar e, em conjunto com a Antroponímia, estudo dos nomes próprios de pessoas, formam a grande área da Onomástica.

Herbele e Machado (2018, p. 71) apresentam a cronologia dos estudos toponímicos, que tiveram início na França, no final do século XIX, com August Longnon na École Pratique des Hautes-Études; no curso ministrado por ele tem-se a elaboração da obra *Les noms de lieu de la France*, publicada por seus alunos, postumamente, no ano de 1012, em 1922, Dauzat dá

¹⁸ Tradução integral do texto. Cavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.- Vol.1, (mar./abr.2014). Erechim:[s.n.], 2014.

sequência aos estudos toponímicos, após a morte de Longnon, e organiza, em 1938, o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, que contou com a participação de 20 países.

Na primeira metade do século XX, os estudos toponímicos iniciaram-se no Brasil seguindo uma tendência de pesquisas de caráter etimológico, em que os trabalhos eram voltados para o estudo dos topônimos de origem nas línguas indígenas brasileiras. Algumas publicações se tornaram grandes referências para estes estudos, tendo como destaque a obra *O tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio (1901), *A toponímia Brasileira*, de Armando Levy Cardoso (1961) e a *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, de Carlos Drummond (1965).

Dick (1994) diz que a introdução dos estudos toponímicos, na Universidade de São Paulo (USP), teve influência dos estudos tupis, sobretudo, pela Toponímia não constituir um corpo disciplinar autônomo em sua origem, visto que, nessa época, a disciplina se configurava na cadeira de Etnografia e Língua Tupi, vinculada aos cursos de História e Geografia, mas

a reformulação dos cursos de Letras, no final da década de 60, trouxe, como consequência, o desdobramento do antigo conteúdo programático em duas disciplinas autônomas, hoje integrantes da área de Línguas Indígenas do Brasil, e alocadas no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, ou seja, Língua Tupi e Toponímia (curricularmente, compõem o núcleo da área *Cultura Brasileira* do CMF). Com isso, alargou-se o campo de trabalho natural, principalmente a partir de quando se fixou melhor a sua nomenclatura na estrutura curricular de Letras (1987). (Idem, p. 435).

Com os estudos de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, precisamente, em sua tese de doutoramento intitulada *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos* (1980), ocorre uma expansão do olhar para a diversidade toponímica de outras influências, como os topônimos de origem em línguas africanas e demais línguas estrangeiras. Esta pesquisadora se mantém, na atualidade, como uma das principais referências para a área, sobretudo, por ter estabelecido métodos e contribuído para que os estudos toponímicos fossem disseminados em todo país.

Para que a Toponímia se firmasse como disciplina autônoma foi preciso percorrer um longo caminho para a compreensão da complexidade que envolve a delimitação de seu campo de trabalho e a caracterização de seu objeto de pesquisa. Se por um lado a disciplina pode congrega as mais diferentes áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Arqueologia, a

Botânica, a Geografia, a História, a Linguística e Psicologia Social etc., por outro, não se pode perder de vista que “em sua feição intrínseca, a Toponímia deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”. (DICK, 1990, p. 287).

Assim,

o uso particularizante do código de comunicação verbal, portanto, além de definir o campo conceitual das disciplinas, justifica o exame da nomenclatura geográfica em suas características internas (filiação linguística dos topónimos e respectiva pesquisa /etimológica) e externas ou semânticas (motivação toponímica) a abordagem do léxico toponímico adquire relevância ao propor que, ao se conhecer sobre o nome, também apreendemos aspectos culturais das sociedades, ou de determinados núcleos humano, pois os léxicos são responsáveis por nomear e exprimir o universo dessas sociedades¹⁹.

Dessa forma, os estudos toponímicos integram o campo da Linguística por meio da Lexicologia, e investigam o signo toponímico através do interesse pela motivação dos nomes próprios de lugares. A configuração conceitual do signo toponímico, que se constitui como o objeto de pesquisa da disciplina, pode distinguir-se, essencialmente, do signo linguístico, definido por Saussure (2006), pelo seu caráter arbitrário e convencional:

Muito embora seja o topónimo [sic], em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, *marcando-o duplamente*: o que era *arbitrário*, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente *motivado*, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topónimo [sic]²⁰. [Grifo da autora].

Sendo assim, ao nome próprio, enquanto signo toponímico, é incorporada uma função referencial que incide sobre o ato de nomear o lugar. Através das análises dos registros, que permanecem em funcionamento nas línguas, pode-se chegar ao conhecimento da motivação para a nomeação, bem como do conhecimento sociocultural das regiões, em que o léxico pode preservar marcas da primitividade denominativa daquele lugar:

¹⁹ DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A estrutura do signo toponímico**. Disponível em <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 25/12/2020.

²⁰Idem.

Portanto, os nomes próprios não apenas identificam, mas também significam. O que ocorre é que essa categoria de nomes ultrapassa os limites do sistema linguístico para direcionar-se ao extralinguístico e apesar de ser **um signo referencial**, ele não foge aos padrões conceituais que um **símbolo linguístico** deve possuir. No processo de criação de um topônimo, por exemplo, o denominador utiliza a dupla face de uma palavra: **a forma e o conteúdo**, pois elege entre as formas lexicais existentes em sua língua nativa àquela que possa interpretar o conteúdo – que é o próprio lugar – e no processo discursivo, ele identifica o conteúdo – a referência ao lugar – através da forma linguística. (ALMEIDA, 2012, p. 58). [grifo nosso].

Para Seabra (2006, p. 1955), o estudo da referência acaba por ser indissociável aos estudos onomásticos e ressalta que:

com uma literatura menos extensa nos estudos linguísticos, a Onomástica tem merecido a atenção de pesquisadores quando se põe em destaque a língua como fato social. As questões sobre referência, também, vem sendo objeto de estudo nessa área.

Para tanto, a autora propõe o estudo *Referência e Onomástica* (2006) que aponta, entre outras questões, a distinção entre as relações nome, sentido e referente, no universo da língua, e a relação entre nome e referente, na Onomástica, chegando à conclusão de que, nos casos dos nomes próprios de pessoas e nomes de lugares, a relação entre nome e referente pode ser direta sem, necessariamente, passar pelo funcionamento do sentido.

Assim, a questão do sentido do nome próprio fica à margem da relação nome/referente do signo toponímico, pois, nessa perspectiva há uma compreensão de que os sentidos possam mudar com o tempo, ao passo que o nome, enquanto representante do referente, permanece estabilizado na língua.

Desse modo, o topônimo acaba por preservar em sua forma a relação com o próprio referente ao identificar, particularizar e /ou singularizar o nome genérico do acidente geográfico que denominou o lugar, “na maioria das vezes, o sucesso de uma referência ocorre quando o ouvinte consegue identificar o referente.” (Idem. p.1956).

Por exemplo, quando os nomes dizem respeito aos aspectos físicos e naturais do lugar, ressalta-se que há um caráter mais transparente e identificável, visto que o sentido do referente pode estar mais acessível ao conhecimento “podemos citar, dentre outros, os topônimos *Baixada, Vargem, Barro Branco, Água Suja*, de significação clara, mesmo para quem não é da região a que eles fazem menção.” (Idem, p. 1958). [Grifo da autora].

Dessa forma, compreende-se que os estudos toponímicos levam em consideração o vínculo representativo entre topônimo e lugar, preocupando-se com a função referencial e a obtenção mais “precisa” do significado do nome que o signo toponímico pode conter. Embora esta perspectiva também considere que um mesmo lugar possa receber outros nomes, pelo processo de renomeação, há um interesse em observar o processo de cristalização semântica que persiste como signo geográfico, preservando o referente.

Vejam, por exemplo que, na perspectiva dos estudos toponímicos, a formação nominal *Canarana*, que compõe o corpus de análise, poderia ser analisada pela descrição etimológica da palavra, que se trata de uma espécie de planta, cujo nome é uma composição híbrida de *Canna*/latim+*rana*/tupi. Este nome pode ser tomado, enquanto topônimo, pela relação do nome com o objeto referente dado e pela motivação do nomeador em nomear o objeto mediado pelo ambiente em que vive. No entanto, na perspectiva enunciativa que adotamos, veremos que o nome atribuído também pode ser perspectivado no acontecimento de enunciação ao tomar o nome comum como nome próprio para o lugar.

No próximo item apresentaremos as posições teóricas assumidas por nós, neste trabalho, que se localizam nos estudos enunciativos, particularmente, nos estudos da significação, a partir da Semântica da Enunciação.

2.4 Nome e referência nos estudos semântico-enunciativos

2.4.1 A historicidade do sentido²¹

Pelo viés da Semântica da Enunciação, Guimarães (2018) afirma que a noção clássica de que o nome próprio refira a um objeto único é fortemente marcada pelas posições referencialistas e veritativas da língua, que se opõem à posição adotada em seus estudos. Para o autor, (Idem, p. 185), “a capacidade referencial depende do que o nome significa.” Nessa perspectiva, a questão da referência adquire relevância, na medida em que se observe o funcionamento do nome próprio no movimento que permite este nome fazer tal referência.

²¹ Título do capítulo IX. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes. 3. ed, 2005.

Por considerar a enunciação como acontecimento, o autor propõe que poderíamos dizer, então, “que o nome próprio é um nome que num **acontecimento de enunciação** refere a um objeto único”. (Idem, 2018, p. 173) [Grifo nosso]. O autor destaca que essa posição não coloca a questão à margem do referencialismo, no entanto, permite que se possa refletir sobre o funcionamento do nome próprio ao referir a um objeto único. Para compreendermos essa questão, a partir da posição do autor, torna-se necessário localizar os seus estudos dentro de um quadro teórico específico.

Guimarães localiza os seus estudos na Semântica, a qual é definida por ele como “uma disciplina linguística cujo objetivo é compreender o funcionamento da linguagem e das línguas”. (2008, p. 7). Esta definição é já uma formulação que direciona o autor a se posicionar em relação à questão do sentido, da significação e da referência de modo distinto de outras posições que, de certa forma, encontram-se localizadas no mesmo campo de estudo.

Ao longo de sua trajetória, o autor tem desenvolvido suas reflexões com foco nos estudos da enunciação. Em *Os Limites do Sentido: Um estudo histórico e enunciativo da Linguagem (1995)*, Guimarães diz que a publicação resultou em “um livro que analisa a constituição da semântica como o trabalho de incluir o excluído por Saussure no objeto dos estudos da linguagem.” (Idem, p. 7).

O desenvolvimento da obra se dá pelas preocupações do autor em discutir as fronteiras entre semântica e pragmática levando o semanticista a criar condições para que a disciplina semântica fosse debatida em sua diversidade constitutiva no campo da linguística.

Para isso, apresenta um percurso que se desenvolve pelos diálogos entre a Linguística e outras áreas como a Filosofia, a Filosofia da Linguagem, a Semiótica e a Análise de Discurso, que lhe oportunizem o modo de constituição da Semântica no Brasil, e que também prospectaram questões pertinentes à constituição da Semântica Histórica da Enunciação:

Deste modo, o percurso feito até aqui persegue posições que tratam a significação naquilo que depois de Saussure tornou-se a exterioridade da língua. Isto se constrói considerando o sentido na perspectiva referencial-veritativa, ou de outro ponto de vista, como intenção do sujeito, ou, ainda, como ação entre sujeito, ou numa formulação mais linguística, como relação do sujeito com a língua. Com exceção desta última posição, o sentido acaba não sendo tratado como linguístico, e a linguagem aparece como instrumento para informar, expressar o pensamento, expressar intenções, agir. (GUIMARÃES, 2005b, p. 65).

Após estas reflexões, o autor procura construir o espaço próprio para a definição de sentido, naquilo que se definiu como “exterior para Saussure”, ou melhor dizendo, a historicidade, “este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência”. (Idem, p. 66).

Ao definir a enunciação como “a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento” (Idem, p. 86), Guimarães aponta a distinção entre a definição de enunciação apresentada por Benveniste (2006, p.82), para quem a enunciação “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Para este autor, a inserção do locutor na língua, pelo ato individual de apropriação, é o parâmetro essencial para as condições de enunciação. Já para Guimarães (2005b, p.11), a enunciação se dá enquanto acontecimento de linguagem, que se faz pelo funcionamento da língua.

Outra distinção entre o conceito de enunciação definido por Guimarães se coloca diante das definições apresentadas por Ducrot e Ascombre (1986, p. 168), que designam o termo “enunciação” como:

acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”.

Guimarães explica que a sua abordagem sobre a enunciação é distinta de Benveniste, porque este considera a centralidade do sujeito como essencial para a enunciação, a caracterização da enunciação é feita “em discordância com o princípio de arbitrariedade.” (GUIMARÃES, 2005b, p. 86); Já, a distinção feita em relação ao conceito de enunciação proposto por Ducrot e Ascombre se dá pela limitação da concepção de sentido “em que a enunciação do enunciado esgota a representação de seu sentido.” (Idem, p. 61).

Vimos que os conceitos de enunciação formulados por Benveniste, Ducrot e Ascombre não apontam para a história discursiva, mas ao filiar-se a estes autores, Guimarães (2005b) toma de um, a relação do sujeito com a língua e do outro, o caráter do acontecimento, abrindo, também, um diálogo com a Análise de Discurso da qual mobiliza o conceito de interdiscurso²².

²² O interdiscurso “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva.” (ORLANDI, 2005, p. 31) Evidentemente, para Guimarães, o acontecimento se constitui pela rememoração de enunciados, no entanto, esse passado de acontecimentos não pode ser confundido com a

A partir dessa tríade, Guimarães define a enunciação como:

Um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento. (Idem, p. 70).

Nesse sentido, o conceito de enunciação, proposto pelo autor, permite que se considere o princípio da arbitrariedade, ou seja, a relação entre significado/significante, não como uma relação necessária, mas como contingente, e isso o leva a afirmar que, para significar, é preciso que a linguagem considere essa exterioridade.

Assim, nesse percurso, a propositura teórica da Semântica Histórica da Enunciação se constitui pelo lugar que considera a significação na linguagem “ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.” (Idem, p. 85).

2.4.2 O acontecimento de linguagem

No ano de 2002, Guimarães apresenta os fundamentos teóricos da Semântica do Acontecimento no livro *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, em que o centro de seu interesse é o estudo do funcionamento dos nomes, especificamente da designação. Nesse trabalho, o autor aprimora o conceito de enunciação, bem como propõe o detalhamento da constituição do acontecimento de enunciação, por meio de análises que demonstram as categorias analíticas e descritivas que o constituem.

As filiações teóricas a Benveniste²³ (1970) e Ducrot²⁴ (1984) se mantêm pelos pontos de convergências que possibilitaram a constituição do conceito de enunciação, no entanto, para Guimarães, a questão de seu trabalho está em compreender como tratar a enunciação, como funcionamento da língua, sem expô-la à unicidade de um locutor, sem remetê-la a

memória discursiva. A articulação do conceito de interdiscurso e acontecimento se deve ao objetivo proposto pelo autor para estabelecer o conceito de enunciação.

²³ O Aparelho formal da Enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. 2.ed.Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.81.

²⁴ Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação. In: **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988. p. 161.

centralidade de um sujeito e, também, sem que estes elementos sejam considerados como origem do tempo na linguagem.

Para tanto, a conceituação do acontecimento deve tomar dois elementos como decisivos: a língua e o sujeito. Nessa construção teórica, a enunciação passa a ser um acontecimento constituído pela relação do sujeito com a língua. Distintamente da posição benvenistiana, o acontecimento não é um fato no tempo, no sentido cronológico, mas é caracterizado como aquilo que temporaliza, instalando a sua própria temporalidade.

Para Guimarães (2005a), a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos que se antecedem. Sem essa relação, não há sentidos, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação:

Esta tomada de posição teórica dá um sentido bem específico e forte à consideração de que o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro. (Idem, p. 14).

Após definir o acontecimento e a temporalidade, o autor se dedica em mostrar como a enunciação se constitui como acontecimento, estabelecendo, a priori, que “enunciar é uma prática política” (Idem, p. 8).

O sentido do político, tal como caracterizado pelo autor, é pensado historicamente, e formulado no domínio de uma posição materialista, que considera a relação do dissenso, do conflito e do litígio nos espaços sociais de dizer, ou seja, “o político, ou a política é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real²⁵ e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.” (Idem, p. 16)

Para demonstrar o funcionamento do político na linguagem, o autor formula dois conceitos centrais: um descritivo, denominado espaço de enunciação que são “espaços de funcionamento de línguas, que dividem, redividem, se misturam, desfazem e se transformam

²⁵ O real trata-se do quarto elemento que constitui o conceito de acontecimento de linguagem. Ele não se constitui pela relação do dizer com a realidade do universo extralinguístico, ou pela relação do dizer em relação ao contexto ou situação do dizer, mas é apreendido pelo simbólico “é o real a que o dizer se expõe ao falar dele.” (GUIMARÃES, 2005a, p. 11)

por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. (Idem, p. 18); e um conceito analítico, denominado cena enunciativa, “que se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dada as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. (Idem, p. 23).

Neste estudo, o autor também distingue os conceitos de nomeação, designação e referência, para situar as suas questões sobre o sentido dentro do corpo teórico apresentado pela Semântica do Acontecimento.

A nomeação é definida como o “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. (2005a, p. 09). Nessa perspectiva, dar nome a um lugar, por exemplo, é dar identidade a este lugar, é constituir a existência histórica daquilo que se nomeou, fazendo-o existir pelo simbólico.

Já a designação de um nome é definida por sua significação, enquanto relação de um nome com outros, e com o mundo recortado historicamente pelo nome, é o modo pelo qual o real é significado na linguagem, que é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo.

É importante destacar que, muitas vezes, sob um efeito de estabilidade, ou de transparência da linguagem, a designação pode ser compreendida como una e estável, relacionada àquilo que representa o significado do nome, ou que é próprio de sua descrição etimológica, mas para Guimarães (2005a), o que um nome vai designar é a construção de sentido que se produz na relação entre elementos linguísticos no acontecimento enunciativo.

No que diz respeito à referência, Guimarães ressalta que ela resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo, pois quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável, enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento, relaciona um nome a uma pessoa ou a um lugar. Não é um sujeito que nomeia ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento. Assim, “a referência será vista como particularização de algo na e pela enunciação.” (Ibidem).

Neste estudo, o autor apresenta, ainda, a perspectiva enunciativa que considera o mapa como texto. Essa concepção permite que olhemos para o mapa não como um objeto de descrição ou representação, mas como unidade de significação, como “texto em acontecimentos de linguagem”. (GUIMARÃES, 2005a, p.59). Essa concepção é elaborada a partir da articulação

com o pensamento de Deleuze e Guattari no livro *Mille Plateaux* (1980), para quem “a linguagem é um mapa e não um decalque.” (Idem, p. 14)

Tomar um mapa, enquanto texto, é distanciar-se da mera noção de mapa como representação gráfica, é considerá-lo linguagem, é um objeto dotado de significação que nos permite lê-lo conforme a mobilidade de sentidos constitutivos de sua textualidade. E o mapa não se configura de tal modo se, antes, não for considerado como acontecimento que, não é um fato, ou um evento marcado no tempo, mas é aquilo que o acontecimento temporaliza como “diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2005a, p. 11). E o que o acontecimento temporaliza é um presente que abre uma latência de futuro, pelo recorte de um memorável que faz o acontecimento significar, sem essa relação não há acontecimento de linguagem, não há significação.

Com este traçado, Guimarães mostra como o funcionamento da designação dos nomes não está ligado ao tratamento composicional e segmental do enunciado, mas ligado “diretamente ao caráter próprio do funcionamento político da linguagem no acontecimento da enunciação.” (Idem, p. 94).

2.4.3 Semântica da Enunciação: uma disciplina do funcionamento da língua e da linguagem

No ano de 2018, o autor apresenta o livro *Semântica, Enunciação e Sentido*, em que revisita alguns trabalhos, estabelecendo alguns ajustes e novas análises que contribuem para o aprimoramento da configuração do corpo teórico-metodológico proposto pela Semântica do Acontecimento tomada, nesta obra, como Semântica da Enunciação.

A questão que nos interessa nessa publicação encontra-se no capítulo 10 (p.173), intitulado *Nome Próprio*, que é permeado pela reflexão da noção clássica da distinção entre nomes comuns e nomes próprios, em relação ao estabelecimento da referência. Para tanto, o autor desenvolve análises que demonstram como em um mesmo acontecimento um nome pode referir a objetos diferentes.

Vejamos a sondagem inicial que toma como análise o nome São Vicente, apresentado no texto *Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza de Pero Lopes de Souza* (1530-1532). O autor considera o

Diário como “um acontecimento enunciativo da história da colonização do Brasil” (Idem, p.174), visto que este texto relata a saída dos portugueses de Lisboa para as “terras do Brasil”, referenciando a passagem pelo “cabo de Sam Vicente” em Portugal até o final da viagem na “ilha de Sam Vicente”, onde se cria a primeira vila do Brasil denominada Vila de São Vicente:

O relato do Diário coloca uma questão interessante: um mesmo nome, o de um certo Santo, é encontrado como nome próprio de um lugar no início da viagem e de outro lugar no seu termo. E nesta medida são nomes que referem a coisas diferentes e designam de modo diferente, embora tragam para a reflexão o fato de que um mesmo nome (São Vicente) é dado a lugares diferentes. De saída isto coloca a questão de se considerar como um nome (São Vicente) funciona “unicamente” como nome de um lugar e no mesmo texto “unicamente” como nome de outro lugar. (GUIMARÃES, 2018, p. 175).

Como observamos nas palavras do autor, o nome São Vicente é observado pelo funcionamento que o tornou nome em 1. cabo de São Vicente, aqui o memorável religioso sobrepõe-se à história de um mártir que é predicado como santo e instituído como padroeiro de Lisboa. São Vicente significa nome do cabo pela designação do santo; e em 2. ilha de São Vicente, o nome do santo significa por um outro recorte do memorável, ou seja, o nome da ilha foi atribuído pela data de sua fundação ocorrida no mesmo dia em que se comemorava o santo São Vicente.

Sendo assim,

De certo modo, pelo agenciamento que leva a dar nome a lugares naquela conjuntura, a constituição do memorável enunciativo da referência à ilha não significa a nomeação do cabo de São Vicente. O agenciamento da nomeação da ilha de São Vicente na terra do Brasil se dá do lugar da Coroa e seu memorável é diretamente religioso (a nomeação do cabo por São Vicente não significa neste memorável). (Idem, p. 184).

Após as análises, o autor conclui que “um nome próprio pode não ser suficiente para fazer referência a um objeto único” (Idem, p. 185), pois como pode ser observado no acontecimento de enunciação do Diário de Viagem, o nome próprio São Vicente significou de modos distintos no acontecimento que nomeou ambos os lugares.

Guimarães ressalta que, nesse texto, o nome São Vicente se referiu a estes lugares por expressões singulares definidas, nas quais os nomes próprios determinaram os nomes

genéricos (cabo e ilha), pois, com essas análises, pode-se presumir que haja uma proximidade entre nomes próprios e nomes comuns, no que concerne à problemática da referência:

Assim a referência a objetos únicos não é o que define os nomes próprios. Mesmo que em certas condições, haja nomes próprios que podem sozinho fazer essa referência. E isto tem a ver com a relação do nome com o acontecimento em que o nome é atribuído a algo. (GUIMARÃES, 2018, p. 186).

O texto da citação pode se relacionar a uma afirmação feita pelo autor em outro momento “não há como falar da história de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome”. (GUIMARÃES, 1992, p. 16). Ou seja, não há como falar da história de um nome, sem que o nome esteja relacionado a um acontecimento de linguagem, a textos específicos que possibilitem observar o seu funcionamento.

Na linha de pensamento de Guimarães, surge uma segunda perspectiva que se desenvolve a partir dos estudos de Luiz Francisco Dias, na qual os nomes são tomados como “fulcros de movimento de temporalização e orientação espacial” (DIAS, 2016, p.47). Este autor considera que para haver significação, o nome precisa se presentificar na enunciação, por um movimento de reivindicação de pertinências (na atualidade do dizer) na relação com os referenciais históricos (recortes de memorável). Nessa abordagem, o interesse se volta para a observação da forma dos nomes concebida como formações nominais.

A seguir apresentaremos um esboço deste estudo.

2.5 Formas linguísticas e relações linguísticas: em defesa da enunciação

Ao longo de sua trajetória de pesquisa, Luiz Francisco Dias tem defendido um novo olhar para o estudo da forma da língua, que não se reduz à compreensão da singularidade estrutural do sintagma. Ainda no início de seus estudos, no ano de 1983, a inquietude que lhe fora provocada diante do funcionamento do termo “então”, em um trecho de *Quincas Borba*, impulsionou o pesquisador a se aprofundar nas questões que, naquele momento, ainda lhe pareciam obscuras, como a de afirmar que ali funcionava uma articulação de sentidos “a qual não estava dada no texto”. (DIAS, 2018a, p. 8).

As investigações do autor ganham consistência com a tese de doutoramento publicada no ano de 1996, no livro *Os sentidos do Idioma Nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico*. Ali, o autor já pode observar que existiam duas perspectivas que se colocavam diante da ideia da mudança do nome da língua falada no Brasil para “língua brasileira”, uma perspectiva de aprovação e a outra de refutação. Nesse caso, as perspectivas produziam diferenças quanto ao funcionamento da expressão, dado o movimento de adesão sintática que “concebe a relação entre língua e a textualidade.” (Idem, 1996, p. 65).

Assim, o autor tem defendido uma compreensão semântica e enunciativa do funcionamento da forma linguística, em que concebe que a adesão sintática dos termos funciona em consequência das determinações das condições de enunciação, pois:

O conceito de forma linguística que se estabelece nos estudos linguísticos a partir do século XX é definido seja por oposição a significado, seja por oposição a função. Em ambos os casos, forma é algo apreendido por traços fonológicos e morfológicos. Nessa direção, as formas linguísticas podem ser tomadas por órgãos estruturais da língua, como itens lexicais e morfemas. (DIAS, 2018a, p. 36).

Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer uma nova compreensão que permita olhar para as unidades da língua, ou para os sintagmas, como unidades que se articulam pela verticalidade das dinâmicas envolvidas na enunciação. Para tanto, o autor observa a forma linguística pelo vínculo entre os referenciais históricos e pelas pertinências enunciativas de formulação do dizer “o fundamento da concepção de forma linguística permite compreender que a formação nominal é condensadora de referenciais, isto é, perspectivas de concepção da exterioridade captadas pela enunciação”. (DIAS, 2021, p. 51).

2.5.1 A nominalidade

No livro *Enunciação e Relações Linguísticas* (2018a), Dias apresenta um conjunto de análises mobilizadas a partir dos conceitos de formação nominal, referencial histórico, pertinência enunciativa e redes enunciativas, que o norteiam no objetivo de compreender a significação das formas.

Esse conjunto de análises propõe que o movimento de nomear entidades no mundo é mobilizado por referenciais históricos, ou seja, que não há o estabelecimento de uma relação

direta entre os nomes com as entidades do mundo, mas a participação das palavras na construção de pertinências que sustentam os dizeres ao evocar coisas ou eventos no mundo.

Nesse sentido, o autor desenvolve o conceito de referencial histórico que tem a sua constituição inspirada no conceito de referencial proposto por Michel Foucault, na obra *Arqueologia do Saber* (1986), a propósito de uma alternativa à ideia de convencionalidade da referência.

Nessa propositura, o interesse não se dá em dizer que o enunciado possui uma correlação com entidades, com uma referência, ou, por exemplo, que um nome próprio precise designar algo no mundo, pois o referencial “Não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas.” (FOUCAULT, 2008 p. 103).

Na visão discursiva da enunciação, sustentada por Foucault, o referencial não é um dado à priori, um objeto para que seja apontado no mundo, mas um domínio fundamentalmente constituído pelas relações sociais.

Nos estudos de Dias, o conceito de referencial histórico não é, integralmente, uma aplicação do conceito de referencial, tal como proposto por Foucault, pois entende-se que os enunciados possuem ancoragem nas relações sociais (os referenciais), mas também prospectam sentidos que são atualizados na formulação dos enunciados.

Assim, Dias (2018a, p. 142) define o conceito de referencial histórico como o:

domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais. Trata-se da filiação institucional dos nossos dizeres, quando a enunciação adquire suporte na constituição histórica da sociedade.

Nesse caso, somos instados a considerar que, se falamos socialmente é porque há um cenário de convivência e de compartilhamento entre os falantes, constituído em coletividade. A significação dos nomes, dessa maneira, se assenta em pontos de vista sociais que são compartilhados pela sociedade, inscritas em sua história e que, portanto, poderão ser concebidos por modos distintos.

O autor destaca, também, que os sentidos se tornam pertinentes por uma demanda da atualidade do dizer, ou seja, os referenciais históricos adquirem sentido na medida em que uma atualidade motivadora da formulação torna tais sentidos pertinentes.

A propósito dessa compreensão, formula-se o conceito de pertinência enunciativa definido por Dias (idem, p.142-143) como:

a relação que um enunciado mantém com as cenas que nos acionam a dizer algo na instância do presente do enunciar. No cotidiano, nós somos evocados ou acionados a responder, interpretar, a interferir enunciativamente nas situações de enunciação que se nos apresentam. Quando tomamos a palavra, seja no oral, seja no escrito, o fazemos de diferentes maneiras tendo em vista diferentes situações de enunciação. Os nossos modos de enunciar, portanto, se adaptam a seu modo de pertencimento às cenas de enunciação do presente.

Nessa propositura, o conceito de pertinência enunciativa se configura por uma ideia de adesão ao dizer, suscitada por uma demanda do presente, como “as respostas, as interpretações, as inferências, que se efetivam na enunciação, isto é, as respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo. (Idem, p. 103).

Ao assumir que os nomes e os seus sentidos são formados socialmente, no acontecimento de enunciação, lança-se um outro olhar sobre as formas linguísticas e sobre o tratamento das regularidades linguísticas. A abordagem enunciativa, pela perspectiva relacional, permite que se observe as condições em que as construções, em articulação, produzam domínios de significação, oportunizando ressignificar conceitos de ordem dos estudos sintáticos, como o sintagma, pois entende-se que a linearização sintática também é impactada por uma verticalização dos espaços de memória.

Assim, os sintagmas não são analisados em seu caráter linear, mas pelas “constituições internas e externas das formas para a constituição da unidade nominal” (Idem, p.143), que constituem as formações nominais (FN). Os nomes adquirem um caráter relacional tendo em vista a pertinência do nome na relação com o enunciado ao qual ele se integra e com outros enunciados realizados anteriormente:

O estudo da formação nominal estaria centrado não na descrição do objeto produzido (sintagma nominal) e muito menos nas características fonético fonológicas ou gráficas da unidade, mas na constituição dos referenciais da sua produção, na razão das articulações que são contraídas interna e externamente à construção nominal. (DIAS, 2017, p.124)

Desse modo, define-se formação nominal como “uma forma qualificada em teoria da enunciação na medida em que participa de um domínio referencial, constituído em espaços regulares na língua (lugar de sujeito na sentença, em que se encontra), e contrai pertinência com um campo de enunciação. (Idem, p.150).

Em um rápido exercício²⁶, podemos observar o funcionamento relacional do nome próprio de pessoa Maria, que poderá ser perspectivado em cada atualidade de seu uso. Na FN dona Maria é possível observar que os sentidos desse nome se dão pela relação que ele faz com o convergente pronominal dona, que faz um recorte nas possibilidades de configuração do nome próprio. O recorte feito pelo convergente pronominal adquire pertinência pela demanda da atualidade do dizer em designar uma classe de mulheres, trata-se de uma visão social que divide as formas de se reportar enunciativamente às mulheres, como dona, senhora, senhorita etc., sendo que essas formas da língua se apresentam a partir dessas visões sociais.

De igual modo, temos no enunciado “Maria, mãe de todos os homens!”. A relação que o nome próprio faz com a FN mãe de todos os homens também produz um recorte na visão sobre o nome próprio, a partir dos sentidos mobilizados por referenciais constituídos em outros momentos, pelos referenciais da religiosidade cristã, em que se particularizam sentidos para o nome Maria.

Sobre o estudo dos nomes próprios, Dias (2016) apresenta, no artigo intitulado *Nomes de cidades de Mato Grosso: Uma abordagem Enunciativa* um estudo que se conduz pela observação da relação entre nome e objetos referentes dada a constituição das formas nas construções nominais e das pertinências que determinam os sentidos dos nomes de cidades.

Nesta abordagem, leva-se em consideração os conceitos anteriormente citados, sendo que, através deles, é possível apreender um “estatuto enunciativo” para os nomes de cidades, constituídos pela dispersão de referenciais.

Os nomes de cidades de Mato Grosso foram analisados pelo autor, a partir da disposição dos referenciais históricos que se constituem:

²⁶ Exemplo genérico. Não referido pelo autor.

- a) Sob o domínio do referencial religioso, em que os nomes de santos padroeiros das localidades ou de outros elementos, que marcam a catolicidade do colonizador, participam como elementos de pertinência para as nomeações, como ocorre, por exemplo, em Vila Bela da Santíssima Trindade e São Luís de Cáceres;
- b) Nomes que se articulam pelo referencial da refundação e do diferencial, em que as formações nominais se constituem frente à outras já existentes, sendo que essa diferenciação se dá pela inserção dos convergentes adjetivais Novo(a), como ocorre nos nomes Nova Maringá, Nova Bandeirantes etc.;
- c) Nomes como Querência e Vila Rica, em que o referencial do religamento constitui a designação por um processo enunciativo migratório dos primeiros habitantes “que traziam enunciados que lembravam a terra natal” (Idem, p. 43);
- d) Nomes que se constituem pelo referencial das homenagens, em que nomes próprios de pessoas/personalidades se apresentam como o nome próprio do lugar, são os casos de Vera, Carlinda, Cláudia etc.;
- e) Há também nomes de cidades em que o referencial geográfico assume destaque nos acontecimentos de nomeação dessas localidades. Neste grupo os nomes provindos da rede hídrica acabam por constituir elementos de pertinência enunciativa para os nomes, como ocorre em Rio Bugres e cidade de Barra do Bugres;
- f) O fundamento empresarial que marca, diretamente, vários referências para a constituição de nomes de cidades fundadas na década de 1970, em Mato Grosso. Nesse período, muitas empresas colonizadoras se instalaram ao Norte do estado e os nomes dessas empresas constituíram elementos de pertinência para a nomeação das cidades, em alguns casos, a sigla da empresa²⁷ tornou-se o nome próprio de lugar, como pode ser observado na FN Sinop, constituído pela sigla da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná;
- g) A latência de nomes de cidades que se constitui quando o referencial de uma cena específica da constituição histórica da localidade torna-se pertinente estabelecendo a

²⁷ Ver SZUBRIS, E. B. et al. Siglonimização das cidades mato-grossenses: Brasnorte, Colíder, Colniza, Confresa, Sinop e Cotriguaçu. In: Eduardo Guimarães; Luiz Francisco Dias; Taisir Mahmudo Karim; Albano Dalla Pria. (Org.). **Atlas dos nomes que dizem história das cidades brasileiras**: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase II). 1ed.Campinas: Pontes, 2018, v. 2, p. 117-132.

nomeação desta. Como ocorre na FN Feliz Natal, “cuja origem está ligada à saudação de trabalhadores de empresas colonizadoras que, por conta de dificuldade de locomoção no retorno para casa, passaram a noite de Natal à beira de um riacho onde viria se constituir a cidade”. (Idem, p. 34).

Como podemos ver, o estatuto enunciativo é configurado por referenciais que não explicam o significado (estático), nem buscam a descrição etimológica dos nomes, mas procuram observar a enunciação que envolve o “objeto de dizer, cuja pertinência se deve a direcionamentos sócio-históricos.” (Idem, p. 47-48).

No trabalho *Identificações do Mato Grosso: uma abordagem enunciativa* (2018b), o autor realiza análises sobre enunciados que tematizam a economia do estado tendo em vista construções de valor adjetivo que articulam convergências ao nome Mato Grosso.

De acordo com o autor (Idem, p.29), essas construções são constituídas por convergências indicativas e convergências posicionais, articuladas pelo pronome “que”, tais construções resultam no que “as gramáticas tradicionais denominam “orações adjetivas restritivas” e “orações adjetivas restritivas”. O ganho que se tem com a observação dessas construções, pela abordagem enunciativa, é que elas passam a ser observadas pelo funcionamento enunciativo das articulações linguísticas, ou seja, pela significação da enunciação, em que se realizam as formas linguísticas, não pelos valores da articulação nome/referência.

Como resultado, o autor (Idem, p. 45) expõe que a significação do nome “Mato Grosso”, pelo recorte da abordagem que tematiza a economia, “materializa um referencial histórico, o qual é atualizado via convergente, configurando-se a pertinência do nome ao presente do dizer”. Esses referenciais constituem fatores de relevância para as identificações do nome Mato Grosso, em temáticas sobre o desenvolvimento econômico, questões ambientais, e a produção agrícola.

Este modo de olhar para o nome próprio, a partir do estatuto enunciativo de nomes de cidades e do funcionamento enunciativo das relações linguísticas, constitui o nosso aporte teórico-metodológico, em que pretendemos observar a significação de nomes de cidades de Mato Grosso, que são fundadas no século XX, pela articulação de nomes em língua portuguesa e nomes em línguas indígenas. Tomar estes nomes a partir da observação do seu funcionamento

em formações nominais nos permite observar as condições em que as unidades articuladas determinam domínios de significação.

2.5.2 As dimensões articulatórias na Semântica da Enunciação

Para Dias (2018a, p. 117-118), o estudo da nominalidade “tem o compromisso de explicar a constituição das unidades nominais na sua estabilização como unidade de sentido na língua”. Nessa abordagem, o conceito de articulação torna-se produtivo para explicitar o domínio de mobilidade de sentidos definido como “as articulações de sentido socialmente configuradas que determinam as formas expressivas na constituição de uma unidade significativa”. (Idem, p.17). Trata-se de um outro modo de olhar para as dimensões articulatórias da língua que se distingue do olhar intencional centrado na individualidade de quem diz ou, ainda, das condições de contexto do dizer expresso aqui e agora.

Cabe destacar, que o conceito de articulação foi trabalhado, anteriormente, por Guimarães (2009, p.50) como:

procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação.

Nessa propositura, considera-se que as articulações são relações contíguas que se realizam no enunciado apontando os sentidos relativos ao modo como um enunciado integra o texto, sentidos que significam o enunciado em virtude do texto que ele integra.

O autor considera que

a articulação pode se dar de três modos diferentes: **por dependência**, por coordenação e por incidência. A articulação por dependência se quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto um só elemento. Por exemplo: em “Os meninos de vermelho” a relação é tal que “Os e de vermelho” vinculam-se a meninos constituindo uma única unidade (um grupo nominal (GN)). **A articulação de coordenação** é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes, é o caso de “Os meninos e as meninas”, onde encontramos uma coordenação entre os meninos e as meninas. Em outras palavras, a articulação por coordenação se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade. **E a**

incidência é a relação que se dá entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo. Por exemplo, em “Até Pedro veio”, temos “Até” que incide sobre “Pedro veio”. “Pedro veio” é um enunciado e “até” não. “Até Pedro veio” é um novo enunciado. A incidência é uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida. (GUIMARÃES, 2009, p. 51). [Grifo nosso].

No entanto, algo que precisa ficar estabelecido é que os modos de articulação não produzem sentidos de formas autônomas, pelas especificidades de sua relação, mas porque esses modos incluem as relações “com os lugares de enunciação que se dão no acontecimento que se constituem no acontecimento cuja temporalidade é o fundamento do sentido” (Idem, 2018, p. 84).

De um outro modo, a perspectiva de Dias (2018a, p.11) inclui no conceito de articulação a relação de nomes com elementos que não se apresentam na sequência material de um mesmo enunciado e, dessa forma, se constituem como as razões enunciativas das articulações entre unidades sintáticas. Para o autor, “há uma dimensão de ordem semântica, comumente pouco explorada nos estudos sintáticos, que é relativa ao papel dos fatores comunicativos na elaboração das unidades linguísticas em articulação.” (Idem).

Sob esse direcionamento pode-se observar, no mínimo, três fundamentos que balizam as dimensões articulatórias das formas linguísticas: a) As articulações subnominais, que constituem os fundamentos para a entrada de nomes no léxico de uma língua, a partir de enunciados que os determinam; b) As articulações intranominais que se constituem por unidades nominais singulares que agregam formativos criando novos nomes na língua; c) As articulações internominais fundamentadas pelas motivações enunciativas das articulações que o nome contrai na constituição de grupos nominais.

Em nosso trabalho, a abordagem sobre as articulações linguísticas nos serão caras para observarmos a significação dos nomes próprios de cidades em virtude das razões enunciativas que sustentam as perspectivas de sentidos para estes nomes. Como exemplo, podemos citar o nome da cidade de Matupá que se oficializa para a localidade ao adquirir pertinência pelas convergências da memória do nome relacionadas às projeções urbanas que se faz para a localidade. Essas convergências incidem na perspectivação que se faz de Matupá, no enunciado que predica a cidade, como “Cidade Floresta não apenas cidade jardim, capaz de ser o polo do processo de ocupação da região”. Nesse âmbito, a FN Cidade Floresta dá visibilidade a uma convergência de referenciais (da natureza e urbano), que nos permite reconhecer a significação

dos nomes não como produto de mera descrição, mas inscrita na enunciação colonizadora dessas localidades.

Dessa forma, a nossa postura quanto à observação da significação dos nomes próprios se distingue das proposições naturalistas, convencionalistas, formalistas, intencionalistas e toponímicas, tais como foram apresentadas no percurso deste capítulo, de ordem teórica, pois “o fazer sentido não está unicamente associado aos eventos, às entidades e ao tempo cronológico em que o dizer se manifesta materialmente. Ele também se associa a uma dimensão pressuposta e implícita da realidade objetiva, isto é, **a uma instância de memória**” (DIAS, 2018a, p.89). [Grifo nosso].

No capítulo a seguir, apresentaremos o detalhamento do nosso *corpus* analítico e o estabelecimento do percurso metodológico para o empreendimento das análises.

CAPÍTULO III

O ESTABELECIMENTO DO CORPUS E O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto [...]
(SAUSSURE, 2006, p. 15).

A partir do ponto de vista relacional da língua, na Semântica da Enunciação, estabelecemos o *corpus* deste trabalho e o procedimento de análise através de algumas etapas.

Inicialmente, selecionamos nomes de cidades que possuem unidades linguísticas de origem indígena em sua formação. Nessa etapa, constituímos um quadro que apresenta o levantamento de 40 nomes, com o detalhamento morfossintático, as línguas de origem e suas respectivas etimologias e datas de oficialização.²⁸

Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1: A descrição das formações nominais

<p>Acorizal: <i>acori + formativo em língua portuguesa al.</i></p> <p>Etimologia: Do tupi “<i>iwaku’ri</i>” – palmeira de até oito metros de altura, com folhas penadas e drupas amarelas. Etimologia dada por Luiz Caldas Tibiriçá. (FERREIRA, 2008, p. 17)</p> <p>Oficialização do nome: 12 de dezembro de 1953 - Lei Estadual n. 691.</p>
<p>Alto Araguaia: <i>Convergente adjetival -alto + araguaia.</i></p> <p>Etimologia: Tupi “(rio brasileiro). Alguns textos coloniais usam as variantes Araguaí e Araguay, o que nos permite supor a origem desse nome na língua geral amazônica. Stradelli (379) diz que Arauay – Araguaí é uma casta de maracanã.” (NAVARRO, 2013, p. 544).</p> <p>Oficialização do nome: 26 de outubro de 1938- Lei Estadual n. 208.</p>
<p>Araguaiana: <i>araguaia + formativo -ana</i></p> <p>Etimologia: Idem anterior.</p> <p>Oficialização do nome: 21 de abril de 1932 – Lei Estadual n. 161.</p>
<p>Araguainha: <i>araguaia + formativo -inha</i></p>

²⁸ As datas de criação dos nomes podem não coincidir com as datas de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios, uma vez que, muitos nomes, foram criados em divisões territoriais anteriores enquanto (patrimônio, distrito, povoado etc.).

<p>Etimologia: Idem anterior.</p> <p>Oficialização do nome: 12 de dezembro de 1953 – Lei Estadual n. 693.</p>
<p>Bom Jesus do Araguaia: <i>nomes especificador + convergente preposicional -do Araguaia</i></p> <p>Etimologia: Idem anterior.</p> <p>Oficialização do nome: 29 de setembro de 1999 – n. Lei Estadual n. 7.174.</p>
<p>Pontal do Araguaia: <i>nome genérico + convergente preposicional -do Araguaia</i></p> <p>Etimologia: Idem anterior.</p> <p>Oficialização do nome: 20 de dezembro de 1991 – Lei Estadual n. 5.097.</p>
<p>São Félix do Araguaia: <i>nome especificador + convergente preposicional -do Araguaia</i></p> <p>Etimologia: Idem anterior.</p> <p>Oficialização do nome: 13 de maio de 1976 – Lei Estadual n. 3.689.</p>
<p>Alto Taquari: <i>Convergente adjetival alto + Taquari</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - takûara + ‘y: rio das taquaras. (NAVARRO, 2013, p. 601).</p> <p>Oficialização do nome: 13 de maio de 1986 – Lei Estadual n. 4.993.</p>
<p>Alto Paraguai: <i>Convergente adjetival alto + Paraguai</i></p> <p>Etimologia: Do Tupi Guarani paraguá + i= o rio dos cocares. (Dicionário Ilustrado Tupi Guarani)²⁹</p> <p>Oficialização do nome: 17 de novembro de 1948 – Lei Estadual n.193.</p>
<p>Apiácas: <i>nome simples apiacá</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - “apia’ká”, indivíduo pertencente à tribo apiaká. Segundo Antenor Nascentes, o termo, possivelmente, vem da palavra “api’a”, significando manchado, pintado, marcado. (FERREIRA, 2008, p.28).</p> <p>Oficialização do nome: 30 de abril de 1986 – Lei Estadual n. 4.987.</p>
<p>Araputanga: <i>nome simples araputanga</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - “ari” que significa tronco de árvore + “pytanga” cor avermelhada. Madeira de cor avermelhada. Etimologia dada por Antônio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. (FERREIRA, 2008, p. 32).</p> <p>Oficialização do nome: 04 de outubro de 1977 – Lei Estadual n. 3.932.</p>
<p>Aripuanã: <i>nome simples aripuanã</i></p>

²⁹Dicionário Ilustrado TupiGuarani. Disponível em:

<<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/paraguai/>> Acesso em: 25/02/2021.

Etimologia: Do tupi - “**ara**” significa abelha, mel + “**apuã**”, redondo + “**na**”, curso de água correntoso: rio da abelha que faz enxu redondo. Etimologia dada por Pe. Jesuíta José de Moura e Silva. (FERREIRA, 2008, p. 35).

Oficialização do nome: 30 de março de 1932 – Lei Estadual n. 154.

Campo Novo do Parecis: *nome composto + etnônimo Pareci*

Etimologia: (De etimologia incerta). Os conquistadores espanhóis do século XVI, em suas incursões pelo Rio Paraguai, acima da barra do Rio Jauru, ao depararem-se com povos indígenas denominaram-nos “**Pareís**”. Segundo J.J. Egli, em *Nomina Geográfica*, 1893, o termo “**Pareci**” significa: Terras altas. Roquette Pinto, em *Rondônia*, p.123, diz o seguinte “*Pareci não é nome nacional; a si mesmos, eles se denominam Ariti e só usam daquele apelativo quando estão conosco*”. O pe. José de Moura e Silva dá como origem paulista-portuguesa “**parecido**” – de boa aparência, termo dado por preadores de índios do século XVI, que passaram a chamar esse povo por “**Paresi/Parecizes/Parecí**”. (FERREIRA, 2008, p. 49). [Grifos do autor].

Oficialização do nome: 04 de julho de 1988 – Lei Estadual n. 5.315.

Canarana: *nome simples*

Etimologia: Do tupi - Nome híbrido. **Canna** do latim refere-se ao caule de inúmeras plantas gramíneas, ex: cana-de-açúcar. O vocábulo “**rana**” é sufixo tupi (igual, semelhante, parecido. Etimologia dada por Antônio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (FERREIRA, 2008, p. 56).

Oficialização do nome: 16 de julho de 1962 – Lei Estadual n. 1715.

Cotriguaçu: *nome híbrido a partir de sigla. Nome indígena iguaçu*

Etimologia: do tupi guarani (PR) De ‘**y** + **-ûasu**: rio grande. Primeira datação 1769, Diário, 200) - “*Este assento, de que falo, principia logo acima do Rio Mourão, e vem acabar defronte do Salto do Iguaçu, mediando a cordilheira, que o acompanha.*” (NAVARRO, 2013, p. 567)

Oficialização do nome: 04 de julho de 1988 – Lei Estadual n. 5.313.

Guarantã do Norte: *guarantã + convergente preposicional do Norte.*

Etimologia: (rio de SP). De **ybyrá** – árvore, madeira + **atã** – duro, rijo: madeira dura (nome de uma árvore). (NAVARRO, 2013, p. 562).

Oficialização do nome: 16 de novembro de 1981 – Lei Estadual n. 4.378.

Guiratinga: *nome simples guiratinga*

Etimologia: Do tupi - (MT). De **gûyrá** + **ting** + **a**: aves brancas, garças. (NAVARRO, 2013, p. 564).

<p>Oficialização do nome: 31 de dezembro de 1943 – Lei Estadual n. 545.</p>
<p>Itaúba: <i>nome simples itauba</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- “ita’iwa” < i’ta: pedra + iwa: planta, árvore, designando árvore dura como pedra ou ferro. Etimologia dada por Silveira Bueno. (FERREIRA, 2008, p. 100).</p> <p>Oficialização do nome: 18 de dezembro de 1979 – Lei Estadual n. 4.158.</p>
<p>Itanhangá: <i>nome simples itanhangá</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- “itá” pedra + “nhangá” demônio, fantasma, pedra do demônio ou pedra dos fantasmas. Etimologia dada por Orlando Bordoni e Silveira Bueno. (FERREIRA, 2008, p. 99).</p> <p>Oficialização do nome: 29 de março de 2000 – Lei Estadual n. 7.266.</p>
<p>Itiquira: <i>nome simples itiquira</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- (MT) De ‘y + tykyra: gotas d’água. (NAVARRO, 2013, p. 576).</p> <p>Oficialização do nome: 25 de abril de 1936 – Lei Estadual n. 13.</p>
<p>Ipiranga do Norte: <i>ipiranga + convergente preposicionado do Norte.</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- (rib. de SP). De y’ + pyrang + a: rio vermelho água vermelha. Datação (Martim Francisco Ribeiro de Andrada [1805], <i>Diário de uma Viagem Mineralógica</i>, 541) – “No seguinte dia passei as celebres cachoeiras Caracol e Funil, e os Sete Pecados, que são sete pequenas cachoeiras, até entrar pelo ribeirão de Ipiranga à direita”. (NAVARRO, 2013, p. 569).</p> <p>Oficialização do nome: 29 de março de 2000 – Lei Estadual n. 7.265.</p>
<p>Jaciara: <i>nome simples jaciara</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- (MT). De “iasy+iara”, <i>a senhora da lua</i>. O nome foi atribuído artificialmente em 1953, tendo sido extraído da obra do escritor Humberto de Campos, Lenda da índia Jaciara, a Senhora da Lua, no texto Vitória Régia. (Fonte: IBGE). (NAVARRO, 2013, p. 578).</p> <p>Oficialização do nome: 12 de dezembro de 1953 – Lei Estadual n. 695.</p>
<p>Jauru: <i>nome simples jauru</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- (rio do MT). De ia’u + ry: rio dos jaús. (NAVARRO, 2013, p. 581).</p> <p>Oficialização do nome: 03 de março de 1976 – Lei Estadual n. 3806.</p>
<p>Juara: <i>nome simples juara</i></p> <p>Etimologia: Do tupi- “yu’a” + “ra”: colher juá. Etimologia dada por Orlando Bordoni e Silveira Bueno. (FERREIRA, 2013, p. 107).</p> <p>Oficialização do nome: 04 de julho de 1976 – Lei Estadual n. 3.735.</p>

<p>Juína: <i>nome simples juína</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - “juhi, juim” significa rã, rãzinha, acrescido de “na”, que designa corrente de rio: rio da rãzinha. Etimologia dada por Pe. Jesuíta José de Moura e Silva. (FERREIRA, 2013, p. 109).</p> <p>Oficialização do nome: 10 de junho de 1979 – Lei Estadual n. 4.038.</p>
<p>Juruena: <i>nome indígena juruena</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - “yurú”, que designa boca, foz + “ena”, que significa esvaziar, vazia: foz vazia. Etimologia dada por Orlando Bordoni. (FERREIRA, 2008, p. 111).</p> <p>Oficialização do nome: 07 de maio de 1982 – Lei Estadual n. 4.455.</p>
<p>Lambari D’Oeste: <i>lambari + convergente preposicional D’Oeste</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - “arawi’ri”, designa peixe da família dos caracídeos, de pequeno porte, distribuído em rios brasileiros e bastante apreciado para a alimentação. Etimologia dada por Aurélio Buarque de Holanda. (FERREIRA, 2008, p. 114).</p> <p>Oficialização do nome: 06 de novembro de 1981 – lei Estadual n. 4.379.</p>
<p>Matupá³⁰: <i>nome simples matupá</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - Datação [1899]. Segundo Nascente, do tupi “matu’pa” - barranco flutuante, coberto de vegetação, que se desprende das margens dos rios e vai sendo levado pela corrente; periantã. (HOUAISS, 2009, p. 1259).</p> <p>Oficialização do nome: 11 de dezembro de 1985 – Lei Estadual n. 4.937.</p>
<p>Nova Mutum: <i>convergente adjetival nova +nome indígena mutum</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - (MA). De mutũ: mutuns, aves cracídeas. (NAVARRO, 2013, p. 589).</p> <p>Oficialização do nome: 26 de novembro de 1981 – Lei Estadual n. 4.408.</p>
<p>Nova Ubiratã: <i>convergente adjetival nova +nome indígena ubiratã</i></p> <p>Etimologia: nome próprio de homem. De ybyrá + atã: madeira dura, madeira firme. (NAVARRO, 2013, p. 605).</p> <p>Oficialização do nome: 19 de dezembro de 1995 – Lei Estadual n. 6.691.</p>
<p>Nova Xavantina: <i>convergente adjetival nova +etnônimo Xavântes+ formativo – ina.</i></p> <p>Etimologia: (De etimologia incerta). Interpretado por Antônio Houaiss e Orlando Bordoni, como – corredor – pois que um “xavante” com seu conjunto harmonioso de músculos e agilidade inigualada alcança um veado na perseguição e o abate, a cacetadas, tem a origem do nome justamente neste particular. (FERREIRA, 2008, p. 146).</p>

³⁰ Os relatos históricos admitem duas versões para o nome. A primeira de origem tupi “matupa” que significa um tipo de vegetação de barrancas e a segunda afirma ser a fusão dos nomes Mato Grosso e Pará. (FERREIRA, 1998, p. 76).

<p>Oficialização: 3 de março de 1980 – Lei Estadual n. 4.176.</p>
<p>Paranaíta: <i>nome simples paranaíta</i></p> <p>Etimologia: Do tupi - “para-nã”, e refere-se rio enorme, grande como o mar e que corre veloz + “i’ta”, pedra ou rochedo. (NAVARRO, 2013, p. 154).</p> <p>Oficialização do nome: 04 de outubro de 1981 – Lei Estadual n. 4.352.</p>
<p>Paranatinga: <i>nome simples paranatinga</i></p> <p>Etimologia: Da língua geral meridional - (rio de Go). paraná + tinga: rio claro. Etimologia dada por Silveira Bueno e Luiz Caldas Tibiriçá. (NAVARRO, 2013, p. 591).</p> <p>Oficialização do nome: 06 de janeiro de 1969 – Lei Estadual n. 2.908.</p>
<p>Poxoréo: <i>nome simples poxoréo</i></p> <p>Etimologia: Do boróro POXERÉU - Pó; xeréu - Além da conhecida cidade mato-grossense que tem êste nome (vulgarmente Poxoréo), célebre pela atividade de garimpagem nos seus arredores (56), dois rios também recebem esta denominação: um, afluente da margem esquerda do curso inferior do rio Pogúbo (rio Vermelho), a cêrca de 20 km. a jusante de Rondonópolis, e que na: C.M.G., além do nome indígena, traz os designativos de "R. Ponte de Pedra ou R. Dr. Correia"; outro, no curso superior do rio Pogúbo (rio Vermelho). Este segundo Poxeréu, que também é conhecido por R. São João, conforme está na C.M.G, passa pela cidade homônima, a qual emprestou, com tôda certeza, a sua designação. (DRUMOND, 1965. p.114).</p> <p>Oficialização do nome: 16 de fevereiro de 1932 – Lei Estadual n. 131.</p>
<p>São José do Xingu: <i>nome especificador + convergente preposicionado do Xingu</i></p> <p>Etimologia: Do tupi “xin” (tín, tsin ou txin) que designa ponta, e “gu” “gua”, que significa enseada: grande quantidade de água que escoar por uma ponta. Etimologia dada por Antenor Nascentes. (FERREIRA, 2008, p. 207).</p> <p>Oficialização do nome: 26 de maio de 1981 – Lei Estadual n. 4.295.</p>
<p>Sapezal: <i>nome simples sapezal</i></p> <p>Etimologia: Do tupi (GO). De îsapé, planta gramínea. (NAVARRO, 2013, p. 597).</p> <p>Oficialização do nome: 19 de setembro de 1994 – Lei Estadual n. 6.534.</p>
<p>Tabaporã: <i>nome simples tabaporã</i></p> <p>Etimologia: Do tupi “tawa”, designando povoação, aldeia de ameríndios + “porã”, “poranga”, que significa bonito, belo, formoso, aldeia bonita, casa bonita. Etimologia dada por Silveira Bueno. (FERREIRA, 2008, p. 218).</p> <p>Oficialização do nome: 16 de dezembro de 1986 – Lei Estadual n. 5.093.</p>

<p>Tangará da Serra: <i>tangará + convergente preposicionado da Serra</i></p> <p>Etimologia: Do tupi (rio do PR). De tangará, pássaros piprídeos. (NAVARRO, 2013, p. 600).</p> <p>Oficialização do nome: 06 de janeiro de 1969 – Lei Estadual n. 2.906.</p>
<p>Tapurah: <i>nome simples tapura</i></p> <p>Etimologia: Da família linguística <i>iránxe</i>: “tapura” significa homem forte, corajoso, valente. (PJMS/ABHF). (FERREIRA, 2008, p. 220).</p> <p>Oficialização do nome: 30 de novembro de 1981 – Lei Estadual n. 4.407.</p>
<p>Torixoréu: <i>nome simples torixoréu</i></p> <p>Etimologia: Do boróro: Tóri; xó; réu – Morro nas proximidades da atual cidade Torixoréu (à margem esquerda do alto Araguaia). Xoréu (Tsoréu, tsereo, sereo) significa “escuro”, “preto”, “sujo”, e o sufixo réu “aquele que” “o”) Torixoréu: morro preto. (DRUMOND, 1965, p. 58).</p> <p>Oficialização do nome: 31 de dezembro de 1943 – Lei Estadual n. 545.</p>

No quadro apresentado, percebemos alguns aspectos interessantes sobre a formação dos nomes dessas cidades, como a predominância do tupi na origem das palavras, e a menor participação de outras línguas, como o boróro.

Podemos relacionar os nossos dados à constatação de Navarro (2020, p. 254), que destaca a observação feita pelo engenheiro Teodoro Sampaio (1901) sobre o fato de muitos nomes de origem indígena terem sido criados em ambientes onde já não havia mais falantes das línguas, e que os topônimos foram atribuídos ou em regiões que nunca foram habitadas por índios falantes do tupi antigo, nesse caso, são nomes originários das línguas gerais em funcionamento no processo colonizatório das regiões brasileiras. É interessante observar que o fator referencial “colonização” ainda é responsável, no século XX, por movimentar nomes entre as regiões do Brasil, como pode ser observado em alguns nomes como Ipiranga e Ubiratã, que foram mobilizados por colonizadores vindos do Sul e Sudeste para o estado de Mato Grosso.

Observamos, ainda, que há nomes com etimologias incertas. Sobre essa questão, Navarro (2013, p. 537) nos diz que alguns nomes:

não podem ser mais etimologizados, pois foram muito alterados ao longo dos séculos. **Alguns são artificiais, composições incorretas e sem nenhum valor histórico.** Outros foram atribuídos artificialmente, mas são nomes pré-existentes à atribuição do nome oficial. **A etimologia destes nomes tem interesse histórico pela sua antiguidade.** [Grifo nosso].

Este autor destaca, ainda, que alguns topônimos são “pseudotupis”, que só aparentemente têm a feição dos nomes de origem indígena e, ainda, há nomes híbridos que possuem étimo em outras línguas.

Seguindo para a próxima etapa, selecionamos textos que apresentam enunciados sobre a criação dos nomes nos acontecimentos de nomeação das cidades. Nessa etapa, fizemos o levantamento de materiais historiográficos coletados de bibliografias impressas; textos digitais extraídos de sites oficiais como, prefeituras, câmaras municipais, e demais órgãos responsáveis pela divulgação de dados dos municípios brasileiros; levantamento de textos oficiais: decretos, ofícios e mapas; textos jornalísticos: artigos e notícias e materiais linguísticos.

Os textos selecionados foram os seguintes:

a) Bibliografias históricas, jornalísticas e almanaques:

- Cidades de Mato Grosso: Origem e Significado dos Nomes (1988, 2008).
- Povos Indígenas no Brasil (1981).
- Peão conta como foi a chacina no Parque do Xingu. O Popular (1980).
- Almanaque Socioambiental. Parque Indígena do Xingu: 50 anos (2011).

b) Textos oficiais:

- Relatório sobre derrubada próximo do PI-KRETIRE- PQXIN (1980).
- Memorando 018/DGO80 RODRIGUES, José Godinho (Brasília, 1980-016).
- Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, ano XXXVI, n.7. 13 de março de 1981. p. 511.
- Anais do Senado Federal – outubro de 1996.

c) Textos eletrônicos:

- Arquivos da Biblioteca IBGE³¹
- Canarana. O que significa esse nome?³²
- Araguainha comemora 57 anos com ações do Governo do Estado em infraestrutura.³³
- História de Pontal do Araguaia³⁴.

³¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

³² Disponível em: < <https://canarananews.com.br/canarana-o-que-significa-esse-nome>> Acesso em: 25/03/2021.

³³ Disponível em: < <http://www.mt.gov.br.>> Acesso em: 25/02/2021.

³⁴ Disponível em: <<https://portalmatogrosso.com.br/historia-pontal-do-araguaia>> Acesso em: 15/01/2021.

- Conheça Itiquira.³⁵
- Histórico de Juruena.
- História de Sapezal³⁶.
- História de Ipiranga.³⁷
- Sobre a cidade de Tangará da Serra.³⁸
- Itanhangá e a reforma agrária violentada.³⁹
- História do município de Jaciara.⁴⁰
- Drumond para sempre em Mato Grosso.⁴¹
- História de Campo Novo do Parecis.⁴²
- História de Nova Xavantina.⁴³
- História do município de São José do Xingu.⁴⁴
- Fazenda Bang-Bang.⁴⁵
- Coleção de Recortes de Jornais sobre a política Indigenista. (1980). Centro de Referência Virtual⁴⁶.

Como vemos, as análises de nosso objeto não ocorrerão na singularidade de um texto específico, mas de um conjunto de recortes de textos que, em articulação, dão unidade às análises, os recortes serão tomados em nosso trabalho como enunciados que constituem “unidade de sentidos”. (DIAS, 2021, no prelo p. 19).

Essa orientação teórica nos direciona para a próxima etapa, em que recortamos enunciados que demonstram as articulações para a integração dos nomes nos acontecimentos fundantes das cidades. Dispomos os enunciados em redes enunciativas para o início das análises. Nessa etapa, conseguimos identificar algumas regularidades que se apresentam e que

³⁵ Disponível em: <https://www.itiquira.mt.gov.br/sobre-itiquira>. Acesso em: 20/05/2021.

³⁶ Disponível em: < <https://www.sapezal.mt.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>> Acesso em 28/01/2021.

³⁷ Disponível em:< <https://ipiranga.pr.gov.br>. >Acesso em: 10/02/2021

³⁸ Disponível em:< <https://tangaradaserra.mt.gov.br>> Acesso em: 29/04/2021.

³⁹ Disponível em: < <https://www.boamidia.com.br/mt-itanhangá>> Acesso em 01/08/2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br>. Acesso em: 10/02/2021.

⁴¹ Disponível em: <http://www.boamidia.com.br> Acesso em: 12/04/2021.

⁴² Disponível em <https://www.camponovodoparecis.mt.gov.br> Acesso em: 10/05/2021

⁴³ Disponível em:< <https://www.xavantina.sc.gov.br>> Acesso em: 28/08/2021.

⁴⁴ <https://www.saojosedoxingu.mt.gov.br/Municipio/Historia-do-Municipio/> Acesso em: 15/10/2020.

⁴⁵ Disponível em: www.fazendabang-bang.com.br>. Acesso em: 30/04/2019.

⁴⁶ Disponível em: < <http://docvirt.com>.> Acesso em: 10/06/2021.

se repetem em diversos enunciados, o que nos possibilitou fazer a divisão dos enunciados em grupos, conforme os referenciais históricos aos quais eles se vinculam.

A rede enunciativa é um procedimento metodológico que se estabelece tendo o objetivo de realizar uma observação em enunciados postos em relação, de modo que se possa visualizar as dinâmicas do funcionamento da língua na produção desses enunciados e, assim, desenvolver conhecimentos sobre esse funcionamento na produção de sentidos, “podemos conceituar rede enunciativa como um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e diferenças entre construções linguísticas” (DIAS, 2021, p.36).

A elaboração de redes enunciativas permite que os nomes sejam concebidos não como palavras isoladas, mas como formadoras de enunciados que os integram, a partir dos processos de articulação que compõem as formações nominais e que expressam a integração do nome e da nominalidade como componentes dos enunciados. Como resultado, a FN expõe a designação, ou seja, aquilo que o nome designa e “um nome designa algo na medida em que se associa a esse nome uma história de enunciações na qual ele está envolvido em tempos e lugares díspares.” (Idem, 2016, p. 33).

O quadro a seguir apresenta uma breve explicação de como pretendemos aplicar este procedimento nas análises do nosso objeto.

Quadro 2: Como produzir/analisar uma rede enunciativa

Redes enunciativas
<p>Como começar?</p> <p>R: Realizando um levantamento de enunciados que apresentem o objeto de interesse. Em nosso caso, recortamos enunciados sobre o processo de nomeação das cidades Alto Araguaia e Alto Paraguai.</p> <p>Exemplos: E1- “O nome Alto Araguaia é de origem geográfica, pelo fato de o município abrigar em seu território as nascentes do Rio Araguaia.”</p> <p>E2- “Em 17 de novembro de 1948, pela Lei nº193, foi criado o Distrito de Paz, com a denominação de Alto Paraguai. A alteração do nome deveu-se ao fato do município abrigar em seu território as nascentes do Rio Paraguai.”</p> <p>E3- (Não há limites de enunciados).</p>
<p>Qual o objetivo?</p> <p>R: Apreender os sentidos de um nome, expressão, enunciado X.</p>

Em ambos os enunciados, observamos que os nomes Alto Araguaia e Alto Paraguai filiam-se ao referencial hídrico “nascentes do Rio Araguaia” e “nascentes do Rio Paraguai”, ou seja, os sentidos dos nomes nas formações nominais estão ancorados nesses suportes de significação. Nessa relação, as formas da língua tendem a significar ao serem expostas a esses referenciais. Por exemplo, nos nomes Alto Araguaia e Alto Paraguai, o adjetivo alto não significa pelo funcionamento da noção instrumental de medida, mas é perspectivado a partir da enunciação geográfica, pelo olhar cartográfico que institui “alto” como início do percurso hidrográfico fundamentado pelo referencial histórico “nascentes”. Essas formas se repetem constituindo uma rede de sentidos que atuam como memória para as suas mobilizações.

Fonte: Construção própria

De acordo com a teoria que adotamos, a composição dos nomes se constitui, de tal modo, tendo em vista as razões enunciativas que se conformam nos processos de articulação, pois elas expõem um fundo designativo que não é dado pela transparência da linearidade do sintagma.

Dessa forma, podemos observar, a partir das articulações internominais contraídas pelos nomes Alto Araguaia e Alto Paraguai, que as formações nominais se apresentam por regularidades da língua que demonstram os modos ou perspectivas de se nomear um lugar a partir de um referencial histórico geográfico/hídrico e da pertinência enunciativa em enunciar a localização das nascentes desses rios nas respectivas nomeações oficiais das cidades.

Nos capítulos seguintes, pretendemos demonstrar outras perspectivas de sentido que podem ser apreendidas na observação de redes enunciativas elaboradas a partir do *corpus* estabelecido para o nosso trabalho.

CAPÍTULO IV

NOMEAÇÃO E FORMAÇÃO NOMINAL: PERSPECTIVAS DE SENTIDO

Em termos amplos, as formas do dizer se vinculam às formas de significar.
(DIAS, 2018a, p. 15)

Na abordagem de Dias (2018a, p. 101), o referencial histórico é compreendido como um dos fundamentos que mobilizam a razão enunciativa das relações linguísticas, tendo como ponto fulcral a noção de suporte institucional do dizer. Diante do posto, retomamos a nossa questão de pesquisa que busca compreender como os nomes de origem indígena significam tendo em vista o movimento de filiação de sentidos aos referenciais históricos na relação com a pertinência enunciativa que sustenta esses nomes na atualidade do dizer.

Para responder ao proposto, partimos do posicionamento de que o movimento de filiação de sentidos aos suportes institucionais do dizer não é instantâneo/transparente. Nesse caso, a compreensão deve se deslocar do lugar do significado(estático) para a significação (dinâmica) do nome, em que se observa os sentidos constituídos para os nomes na enunciação.

Assim, neste capítulo, propomos demonstrar através das análises que os sentidos dos nomes indígenas na nomeação de cidades são constituídos por pontos de perspectivas que qualificam, enunciativamente, os nomes nos processos de articulação que compõem as formações nominais.

4.1 A significação das formas na enunciação

Como dissemos na abertura deste expediente, em nosso entendimento, a significação é observada pela dinamicidade das relações que envolve a compreensão das formas linguísticas na enunciação. Esse direcionamento nos leva a dizer que um mesmo nome não significa o mesmo, pelas mesmas condições, em todos os espaços, em todos os lugares de dizer.

Um modo de observar essas relações nos foi apresentado por Guimarães (2018), na observação dos nomes ilha de São Vicente e cabo de São Vicente, como foi exposto em nosso capítulo teórico. Nessa proposta, o autor demonstrou que um mesmo nome pode não funcionar para referir a um objeto único, que essa capacidade de referenciação depende do que o nome

significa, no caso dos nomes em questão há uma enunciação que se marca de modo distinto para o nome da ilha de São Vicente e outra para o cabo de São Vicente.

Um segundo modo de olhar a significação, a partir da enunciação, nos é dado por Dias (2018, p. 26), para quem “as formas linguísticas se qualificam na enunciação”. O processo de qualificação enunciativa se sustenta por domínios de mobilização de sentidos que apreendem a forma linguística por sentidos estabelecidos na relação com os referenciais históricos e pertinências enunciativas. A partir desse modo de olhar, propomos observar o nome da cidade Canarana, no acontecimento enunciativo que nomeia a localidade. Nesse acontecimento, o nome comum “canarana” é qualificado enunciativamente ao integrar a formação nominal dessa cidade⁴⁷.

Os relatos históricos contam que o processo de colonização da cidade de Canarana é tomado pela Cooperativa 31 de Março Ltda. (COOPERCOL), fundada pelo pastor Norberto Schwantes, a partir da elaboração do Projeto Canarana I, e demais projetos elaborados em sequência (Projeto Canarana II e III, Projeto Garapu I, II e III, Projeto Serra Dourada, Projeto Tanguro I e II, Projeto Kuluene). A localidade atingiu o status de município, por meio de consulta plebiscitária em 26 de dezembro de 1979, através da Lei Estadual n. 4.165. Para observar a constituição do seu nome, nos reportaremos às ocorrências do processo histórico de sua fundação:

R1-O nome Canarana foi escolhido por Norberto Schwantes, um pastor luterano, gaúcho de Carazinho, por ocasião da elaboração do anteprojeto que criaria o núcleo de colonização, em 1972. Schwantes foi um idealizador e muito se deve ao seu trabalho pioneiro. A melhor forma de traduzir o significado do nome Canarana é transcrever um trecho do livro *Uma Cruz em Terranova*, escrito pelo próprio Schwantes, em seus últimos dias de vida “...Voltei ao Rio, onde Bertoni e Orlando trabalhavam na elaboração do anteprojeto que já estava quase pronto. Aí Orlando me perguntou: Como vamos chamá-lo? Só então me dei conta de que o projeto precisava de um nome. [1.1] Pensei em nomes de grandes homens, mas **eu não conhecia muito bem nossos heróis nacionais.** [1.2] **Nome de santo é que não seria.** [1.3.] Então, **pensei na flora amazônica** e pedi que me fizesse imediatamente uma relação dos nomes de plantas típicas da região...gostei de nomes como buriti, açaí, etc. Mas, de repente, um me chamou atenção: Canarana: Que é isso? – é um famoso capim da Amazônia, aliás o mais famoso. **Gostei do nome, pois**

⁴⁷ Fazemos a distinção entre os nomes canarana/Canarana (inicial minúscula referente ao substantivo comum /inicial maiúscula referente ao nome próprio da cidade).

lembrava Canaã, a Terra Prometida. Toda aquela aventura já tinha um nome: Projeto Canarana...”. (FERREIRA, 1988, p. 43-44). [Grifo nosso].

Da ocorrência acima, extraímos três enunciados, em que podemos apreender o movimento de perspectivas de sentidos que qualificam o nome “Canarana”. Vejamos:

R [1. 1]- Pensei em nomes de grandes homens, mas eu não conhecia muito bem nossos heróis nacionais.

R [1. 2] - Nome de santo é que não seria.

R [1. 3] - Então, pensei na flora amazônica e pedi que me fizesse imediatamente uma relação dos nomes de plantas típicas da região...gostei de nomes como buriti, açaí, etc. Mas, de repente, um me chamou atenção: Canarana: Que é isso? – é um famoso capim da Amazônia, aliás o mais famoso. Gostei do nome, pois lembrava Canaã, a Terra Prometida. Toda aquela aventura já tinha um nome: Projeto Canarana...

Podemos dizer que estes enunciados se apresentam por uma gradação de pertinências enunciativas. Em [1.1] e [1.2] há a constituição de pertinências por exclusão, que se estabelecem pela negação das temáticas “nomes de grandes homens” – no enunciado “mas eu não conhecia muito bem nossos heróis nacionais” - e de “nomes religiosos/católicos, como aparece em outro enunciado “nome de santo é que não seria.” Nesses casos, a pertinência por exclusão demonstra alguns dos sentidos que não convergiram para a significação do nome “Canarana”. A noção de convergência de sentido pode ser tomada como uma adesão à enunciação, que não é intencional, mas mediada pelos referenciais históricos.

Já no recorte [1.3] o campo de pertinências se amplia tendo em vista a temática “nomes de plantas típicas da região”. A ampliação ocorre por uma perspectivação do nome Canarana que se apresenta no enunciado “Gostei do nome, pois lembrava Canaã, a Terra Prometida”.

Assim, podemos observar que os enunciados expõem alguns modos sociais ou suportes de significação nos quais as enunciações que nomeiam lugares estão ancoradas. Em [1.1] podemos observar que há uma perspectiva de nomeação que tem como suporte o referencial histórico das homenagens. Trata-se de uma perspectiva que vincula o nome de um herói nacional ou de alguma personalidade que adquiriu relevância social e histórica para o país, ou para a localidade, em específico. Como dissemos, anteriormente, essa temática encontra um

campo de pertinência desfavorável na enunciação, visto que o acontecimento de enunciação dessa localidade não se vincula à essa memória e, nesse caso, também não prospecta novos sentidos na atualidade do dizer.

Em [1.2] ativa-se um segundo modo social de dar nomes a lugares no Brasil, tendo como suporte o referencial histórico religioso. A enunciação de negação aos nomes de santos, nesse acontecimento, nos mostra uma divisão da perspectiva religiosa católica/protestante, que orienta os dizeres do fundador, instituído socialmente como “pastor luterano”.

Em [1.3] recorre-se a nomes constituídos pelo referencial da natureza, apresentados pelos nomes de origem indígena buriti, açaí, canarana, sendo este último o nome escolhido. No entanto, o que nos chama a atenção é que nessa ocorrência ocorre uma dispersão das perspectivas, que se deslocam do sentido descritivo do nome de uma planta para o sentido religioso, constituído enunciativamente, conforme podemos ver em - 1.3 “Canarana: Que é isso? – é um famoso capim da Amazônia, aliás o mais famoso. Gostei do nome, pois lembrava Canaã, a Terra Prometida[...]”.

Ao observarmos as três ocorrências que se encadeiam no texto, percebemos que, no movimento de gradação, cada enunciado se filia a um suporte institucional de dizer assentado em modos sociais distintos de constituir pertinências enunciativas. Quando se assume que os suportes de sentidos se assentam em modos sociais de constituir pertinências, compreendemos que o gesto de nomeação e formação do nome não é dado apenas pelo ato individual de escolha do fundador, pois os modos de enunciar são agenciados por visões da sociedade que balizam o seu dizer.

Segundo Dias (2018a, p. 21):

Nós significamos por meio dos referenciais sociais. Podemos afirmar que **significar tem um lado individual**, porque precisa da elaboração das expressões de um sujeito determinado, **e um lado social**, porque é motivado e direcionado para outros membros do grupo social. Por isso, os modos representativos de se expressar são históricos, compartilhados e expostos à diferença numa sociedade, num território determinado. [Grifo nosso].

A ocorrência [1.3] apresenta duas perspectivas de sentidos que concorrem para a sustentação de pertinências enunciativas. O deslocamento do eixo enunciativo

natureza/religioso se sustenta pela enunciação que articula sentidos através de uma analogia entre os nomes canarana e Canaã. Podemos dizer que a perspectiva religiosa qualifica o nome canarana ao integrar a formação nominal designadora do município, cujo movimento nos mostra que a significação do nome no acontecimento de nomeação da localidade não é descritiva, mas um nome perspectivado com base na enunciação do idealizador do Projeto Canarana, pastor Norberto Schwantes. A qualificação enunciativa nos mostra a mobilidade de sentidos entre o significado do nome (planta canarana) e a sua significação para a formação nominal da cidade.

Através da observação do nome Canarana, enquanto formação nominal, podemos conceber que a significação dos nomes não são abstrações ou realidades imediatas para que se aponte algo no mundo (o referente canarana), mas ela é linguística e histórica, pois opera com “o mundo recortado historicamente pelo nome.” (GUIMARÃES, 2003, p. 38). Como vimos, esses recortes de mundo funcionam nas bases enunciativas, nas quais as mobilidades de sentidos se movimentam por pontos de perspectivas ou visões sociais que qualificam as formas enunciativamente.

Podemos dizer que a qualificação enunciativa da forma “canarana” não se sustenta apenas pela estrutura do nome, que demonstra semelhança gráfica e fonética com Canaã, mas pelo confronto dos domínios de mobilização, em que as articulações de sentido demonstram as divisões sociais do espaço “é nesse espaço de diferença, de conflito, que se constitui a história”. (DIAS, 2018, p.20).

Nesse aspecto, também podemos observar que a forma “Canarana”, qualificada enunciativamente pela perspectiva religiosa, aponta uma atualização de sentidos que convergem para a constituição da identidade local. Vejamos no texto a seguir, elaborado em comemoração ao 31º aniversário de Canarana, como o nome condensa um cruzamento de espaços enunciativos, em que a memória de fundação da cidade vai se expondo nos enunciados.

“Neste mês que Canarana completa seu 31º aniversário de vida administrativa, é importante também abordarmos o significado desse nome. Afinal é o nome da nossa terra, do Município onde nós habitamos. [2.1] **Conforme os estudiosos, Canarana⁴⁸, literalmente significa**

⁴⁸ **canarana.** (1899) ANGIOS planta palustre (*hymenache amplexicaulis*) da fam. Das gramíneas, nativa da Guiana e Amazônia, de folhas lanceoladas que fornecem excelente forragem e material para o fabrico de papel; canarana-

‘semelhante a cana’ ou ‘falsa cana’, de cana+ -rana, sufixo de origem tupi com o sentido de semelhante. No mundo inteiro existem sete espécies de capim canarana: o capim-de-tartaruga, canarana-rasteira, canarana-fina, canarana-de folha miúda, canarana-fluvial, canarana-roxa e canarana-grande. **Este último é o mais típico da região amazônica e por isso deve ser aquele que influenciou a escolha do nome do nosso município.** Cada espécie tem uma característica própria, umas são aquáticas e outras dão em terra firme. Todas elas têm suas utilidades, geralmente como pastagem de animais. [2.2] **Por ser de origem tupi, o nome de nossa cidade estabelece uma ligação com os povos nativos de nosso país. Coincidentemente temos povos indígenas fazendo parte do nosso Município. Isso reforça mais ainda nosso compromisso cultural com esses povos, que foram os primeiros habitantes do Brasil. Os índios denominaram o capim de cana falsa por ser diferente da cana de açúcar, que habitualmente é considerada a cana verdadeira.** O fato de ser uma cana falsa, não significa que não tenha utilidade. Se refere mais ao aspecto de não produzir aquele suco doce, que dá origem a tantos produtos, sendo o açúcar o mais importante. [2.3] **A escolha do nome Canarana para designar o projeto de colonização da Coopercol (Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda), além do motivo de ser um capim nativo da região amazônica, foi o preferido por ser semelhante a Canaã, a terra conquistada pelo povo hebreu após sua libertação da escravidão no Egito.** Essa explicação pode ser conferida no livro escrito pelo Colonizador Norberto Schwantes: “Uma Cruz em Terra Nova” na página 88. [2.4] **Na sua avaliação, a longa caminhada percorrida pelos colonizadores sulistas tem semelhança com a luta do povo hebreu narrada no livro do Êxodo da Bíblia. É importante notar que a terra de Canaã, quando foi conquistada pelos hebreus, já tinha moradores. Aqui em Canarana não foi diferente.** Os pioneiros do Projeto Canarana I encontraram diversos posseiros espalhados no meio dos cerrados. Isso os obrigou a entrar em negociação e pelo que se sabe, os posseiros sempre chegaram a um entendimento com os colonos e tudo acabava bem. Todos esses detalhes que envolveram a escolha do nome e o trabalho que foi sendo desenvolvido para a construção do Município, exigem de cada um de nós, que hoje residimos em Canarana, uma postura coerente e um compromisso de continuarmos valorizando cada detalhe que faz parte desta terra, que hoje é a mãe que nos abriga, nos sustenta e nos dá a oportunidade de viver. Não importa quando chegamos em Canarana. Se somos antigos ou moradores recentes. Importa que valorizemos o lugar onde moramos. [2.5] **Valorizar a família onde nascemos e a terra onde habitamos são expressões de gratidão ao Deus Criador, que fez a terra, colocou a vida sobre ela e a governou durante toda a sua existência. Assim como o povo hebreu foi fiel a Deus, recebendo a tábua dos dez mandamentos, nós também temos a missão de viver o amor sobre a terra que nos foi dada como herança por parte do Criador.** Para isso devemos nos inspirar nos propósitos dos nossos líderes colonizadores, que escolheram Canarana como nome de nossa terra, por ser um vegetal nativo de nossa região e por ser um nome semelhante à terra de Canaã, aonde Deus conduziu o seu povo e propôs um projeto de vida. [1.6] **Se formos fiéis a Deus e às nossas origens culturais estaremos construindo nosso perfil de cidadãos conscientes e atuantes para fazermos de Canarana uma terra onde a dignidade, a justiça e a paz sejam sua marca registrada.** Que o Deus Criador e da libertação nos conduza nesta terra. Canarana, que um dia foi um projeto de colonização e no

de-folha-miúda, rabo-de-raposa [É uma das principais spp. Que constituem as ilhas flutuantes da Amazônia]. Etim. *cana+rana*. Cf. (HOUAISS, 2009, p. 382).

futuro seja cada vez mais um lugar de felicidade e realizações para todos os que nela habitarem.⁴⁹[Grifo Nosso].

Como vimos no histórico de nomeação no primeiro recorte, esse texto também retoma as explicações para a escolha do nome da nascente colonização. Em [2.1] apresenta-se a descrição etimológica que demonstra o procedimento de formação da palavra. Conforme os estudiosos, Canarana, literalmente significa ‘semelhante a cana’ ou ‘falsa cana’, de cana+ -rana, sufixo de origem tupi com o sentido de semelhante. [...] é o mais típico da Região Amazônica e por isso deve ser aquele que influenciou a escolha do nome do nosso município.

Em uma breve observação sobre a morfossintaxe do nome “canarana”, podemos retomar algo sobre as relações das línguas indígenas com o português apresentado no terceiro capítulo, em que a interação entre as línguas é assinalada pelas marcas da influência no léxico. Assim, associamos essa questão à compreensão de Orlandi (2008, p. 177), que diz que a questão do contato entre as línguas indígenas com o português está além, “a contribuição das línguas indígenas está no interior da própria estruturação da língua portuguesa como tal, se pensarmos a determinação histórica dos processos de significação e representação na produção de suas formas e sentidos”.

Vejamos que na composição da palavra “canarana”, em português do Brasil, a palavra de origem latina *cana* se articula ao sufixo tupi *-rana*, que passa a ter o significado de (semelhante a cana), ou como podemos apreender no histórico apresentado acima, “falsa cana”. Esse sufixo, de acordo com Orlandi (idem, p. 178), é um modalizador de nome significando “como se fosse” e se apresenta de modo generalizado em outros nomes em português “*Saganara* (como se fosse saga), *cajarana* (como se fosse cajá), *tataranha* (como se fosse fogo) e mesmo formas menos marcadas como *netarana* (como se fosse neta, de uso geral na região Norte) etc.”

Como vemos, o sufixo que se marca no nome como diferença por sua origem, é tomado como já absorvido pela língua portuguesa. De modo semelhante, quando esses nomes se

⁴⁹ Canarana. O que significa esse nome? Por Domingos Finato. Disponível em: <<https://canarananews.com.br/canarana-o-que-significa-esse-nome>> Acesso em: 25/03/2021.

articulam à nomeação de lugares, o seu funcionamento também é já tomado como naturalizado na língua portuguesa, como nos aponta Karim (2021, p. 165):

Observa-se que no funcionamento desses nomes no acontecimento da nomeação, esses nomes de origem indígena ao serem enunciados são tomados nesses acontecimentos como nomes que passam a fazer parte do léxico da Língua Portuguesa. Essa passagem se dá sob o efeito de apropriação do léxico indígena pela Língua Portuguesa, o efeito que acaba por naturalizar o nome indígena como da Língua Portuguesa, funciona como se o léxico de língua indígena que nomeia a cidade fosse sempre uma palavra do Português.

Retomando a análise, podemos observar que em [2.2] a identificação indígena permanece articulada apenas à etimologia da palavra “canarana” que estabelece ligação com os povos nativos do país. A presença dos povos indígenas na localidade é enunciada como um elemento à parte na constituição da memória local, como se apresenta no enunciado – Coincidentemente temos povos indígenas fazendo parte do nosso Município.

Em [2.3], o enunciado apresenta aquilo que já vimos no recorte analisado na primeira parte deste texto, ou seja, o processo que levou o fundador a tomar o nome “Canarana” pela analogia à Canaã – “A escolha do nome Canarana para designar o projeto de colonização da Coopercol (Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda). Além do motivo de ser um capim nativo da região amazônica, foi o preferido por ser semelhante a Canaã, a terra conquistada pelo povo hebreu após sua libertação da escravidão no Egito”.

Nos enunciados a seguir, podemos observar como a qualificação enunciativa do nome “Canarana”, perspectivado pelo referencial religioso, orienta as demais identificações que se constituem para essa localidade.

Em [2.3] o percurso de colonização de Canarana é qualificado pela narrativa da caminhada do povo hebreu à cidade de Canaã: “a longa caminhada percorrida pelos colonizadores sulistas tem semelhança com a luta do povo hebreu narrada no livro do Êxodo da Bíblia. É importante notar que a terra de Canaã, quando foi conquistada pelos hebreus, já tinha moradores. Aqui em Canarana não foi diferente.”

Em [2.4], a identidade do morador local também passa a ser mobilizada pelas relações de sentido de identificação com os povos hebreus: “Assim como o povo hebreu foi fiel a Deus,

recebendo a tábua dos dez mandamentos, nós também temos a missão de viver o amor sobre a terra que nos foi dada como herança por parte do Criador”.

A partir da observação desses enunciados, estamos diante de duas situações: a primeira nos diz sobre os suportes de significação em que se ancoraram os dizeres do locutor na sua relação com a língua, nesse caso, através de um referencial religioso que sustentou as enunciações fundantes da localidade, e a outra nos diz sobre a significação do que se estabilizou como identidade social, nessas enunciações, e que são retomadas em enunciados constituídos em outros momentos.

Em ambas as situações podemos visualizar o que nos aponta Dias (2018a, p. 111) sobre a significação dos enunciados. Para ele, essa significação é:

afetada por domínios de mobilização na medida em que ele se constitui arregimentado em um campo de enunciação, permitindo a ele adquirir uma identidade social. Tendo em vista essa identidade histórica dos enunciados, eles se submetem a uma identificação, também de ordem social, em que efetivamente travam uma relação de pertinência com outros no campo da enunciação.

Nos itens a seguir, pretendemos observar outros pontos de perspectivas que incidem nas formações nominais de nomes das cidades recortadas para as análises.

4.2 Referenciais históricos e perspectivas de sentido

4.2.1 Rios mato-grossenses: afluentes de significação

Os rios⁵⁰ e demais acidentes geográficos podem marcar vários referenciais para a constituição de nomes de cidades em Mato Grosso. Sobre o referencial hídrico podemos dizer que este suporte de significação é fundante no Estado. As potencialidades para a navegação, exploração garimpeira e subsistência constituíram elementos de pertinência para o desenvolvimento de vilas e núcleos que, mais tarde, deram origem às muitas cidades/municípios da atualidade.

⁵⁰ Segundo Dauzat (1964), os rios são um dos primeiros elementos geográficos a serem nomeados “e, por este motivo, registra potencialmente um saber linguístico e cultural mais antigo”.

Ao percorrer as trilhas da história de Mato Grosso, observamos que desde a fundação de Cuiabá, a primeira cidade do Estado, os rios e suas margens constituíram cenários dos principais acontecimentos que deram início à colonização dessa região. A narrativa da descoberta de pepitas de ouro no ribeirão Coxipó, cujo registro, em ata, se deu no Arraial do Cuiabá, passa a significar, também, a fundação de Cuiabá:

Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos, **neste Arraial do Cuyabá** fez junta o **capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a elles este termo de certidão para notícia do descobrimento novo** que achámos **no ribeirão do Coxipó**, invocação de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão-mór, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintem, de dous e de quatro vintens e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grandes perdas e riscos, em serviço de Sua Real Magestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, fóra negros, e para que a todo o tempo vá isto a notícia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nos assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste arraial. -Paschoal Moreira Cabral - Simão Rodrigues Moreira - Manoel dos Santos Coimbra - Manoel Garcia Velho - Baltazar Ribeiro Navarro - Manoel Pedroso Lousano - José de Anhaia Lemos - Francisco de Siqueira - Asenço Fernandes - Diogo Domingues - Manoel Ferreira - Antônio Ribeiro - Alberto Velho Moreira - João Moreira - Manoel Ferreira de Mendonça - Antonio Garcia Velho - Pedro de Godoi - José Fernandes - Antônio Moreira - Inácio Pedroso- Manoel Rodrigues Moreira - José Paes da Silva.”⁵¹ (Grifo nosso).

De acordo com Pitaluga (2007, p. 29), a constituição da origem do nome Cuiabá pode ser apreendida por algumas lendas que permeiam o imaginário local, como a lenda do “Cuia-vai”:

Uma turma daqueles sertanistas havia descido à praia para tomar água. E a cuia que um deles trazia escapou-se-lhes das mãos e lá se foi levada pela correnteza sonora, que se esgueirava para o pego profundo. E o bandeirante desapontado: - Cuia, bá...- exclamou, com a sua pronuncia trocando o ‘v’ pelo ‘b’. E a cuia lá se foi rodando, em ligeiras sinuosidades, lá se foi águas abaixo, cuia aquela de que servira em todo o percurso da longa e arriscada viagem. E o bandeirante em pé, à beira da corrente, acompanhou com vista a cuia arrebatada, até sumir ao longo do estirão. – **Cuia, bá. E o belo e sereno rio,**

⁵¹Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

até então sem nome, recebeu a exclamação do sertanista desapontado e Cuiabá é o seu nome. (Grifo nosso).

Como vemos, a narrativa popular propõe uma constituição nominativa para o rio “até então sem nome” e que, posteriormente, vai aparecer nas nomeações futuras daquela localidade. Uma outra versão de origem do nome tem sido aclamada no universo científico, por aparecer em documentos que permitem a condução de pesquisas mais aprofundadas. Trata-se da descoberta do termo *Cuyaverá*, que conduz até o hidrônimo rio *Kyyavera*, “rio da lontra brilhante dos índios paiaguás”; do nome do rio surgiria a designação dos índios *cuyaberás* que, finalmente, aparece na enunciação dos bandeirantes ao referir o rio e o arraial, ora como *cuyaverá* ora *cuyaberá*.

Para Pitaluga (idem, p. 163), o vocábulo “cuiabá” deriva de “cuyaverá”, passando para “cuiavá” e, por fim, “cuiabá”. Essa descrição do nome foi tomada de uma carta escrita pelo padre Agustin Castañares, no ano de 1741 que, entre outras questões, destaca a cidade fundada sobre o “Arroyo Cuyaverá”, que toma a denominação “Cuyabá”.

Para o nosso estudo, que independe das análises etimológicas, o que nos interessa é perceber como as formas de significar o nome do local, pela perspectiva hidrográfica, são produzidas na articulação de enunciados que condensam as enunciações sobre o gesto de incursão dos colonizadores, das descobertas, das transformações territoriais e políticas do estado de Mato Grosso, no século XX, ou seja, nos cabe a observação de como a enunciação desses acontecimentos incidem nas formas da língua na constituição de unidades de sentidos.

Através do levantamento realizado, conseguimos captar formações nominais que são constituídas pelos seguintes nomes hídricos: Araguaia, Araguainha, Apiacás, Aripuanã, Itiquira, Jauru, Juina-Mirim, Juruena, Paranatinga, Poxoréu, Paranaíta, Sapezal, Taquari, Xingu, Iguaçu e Ipiranga. A seguir veremos como esses nomes se articulam nas formações nominais dos municípios.

a) Araguaia/Araguainha

O nome Araguaia participa das seguintes FNs: São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia, Alto Araguaia, Pontal do Araguaia, Araguaiana e Araguainha. Elaboramos um quadro com ocorrências que permitem observar as diferentes perspectivas do nome Araguaia em cada FN:

Quadro 3: Perspectivações – Araguaia⁵²/Araguainha

a) FN São Félix do Araguaia: “O termo “Araguaia”, de origem geográfica, foi incorporado para distinguir o município mato-grossense de outro com a mesma denominação no Estado da Bahia.”
b) FN Bom Jesus do Araguaia: “A denominação Bom Jesus do Araguaia é homenagem ao santo padroeiro e à região onde está inserido o município – o Araguaia.”
c) FN Pontal do Araguaia: “A bela denominação Pontal do Araguaia, vem do desenho da forma geográfica do município, como uma ponta, situando-se entre os rios Garças e Araguaia.”
d) FN Alto Araguaia: “O nome Alto Araguaia é de origem geográfica, pelo fato de o município abrigar em seu território as nascentes do Rio Araguaia.”
e) FN Araguaiana: “Araguaiana vem a ser a restauração, com território diminuído, do grande município de Araguaya, desmembrado diretamente de Cuyabá.”
f) FN Araguainha: O atual município começou com a atividade garimpeira, com uma área de 3,6 mil hectares reservada por decreto de 1947 para a povoação, então pertencente a Alto Araguaia. O primeiro nome foi Ribeirão Araguainha , chegou a se chamar Couto Magalhães (ex-presidente da Província de Mato Grosso), até que em dezembro de 1953 passou a ser apenas Araguainha. Elevada a município em novembro de 1963, e instalado em 24 de fevereiro de 1964, foi desmembrado de Ponte Branca. O nome é uma referência ao rio Araguainha, afluente do Araguaia⁵³.

Fonte: Construção própria

A partir dos enunciados dispostos acima, conseguimos observar como o nome “Araguaia” se articula em cada enunciado. Vejamos, primeiramente, como essa articulação ocorre na FN São Félix do Araguaia:

R-1 Origem histórica: A efetiva colonização da região de São Félix do Araguaia ocorreu no início da década de quarenta, no tempo da Marcha para o Oeste, com Getúlio Vargas presidente. A denominação de São Félix foi dada no dia 20 de novembro de 1942, por ocasião da visita do bispo D. Sebastião Thomas Câmara ao incipiente povoado. **[1.1] A invocação a São Félix provinha do sofrimento do povo na conquista de uma terra povoada por nações indígenas, região de tensão social. Tomaram São Félix como padroeiro, acreditando que os protegia contra os índios *xavánte*, que habitava a região e faziam incursões sobre o nascente povoado, pois não admitiam a ocupação do seu território. Na margem direita do Rio Araguaia, vivia o pacífico povo indígena *Karajá*. Com a descida do povo Xavánte para o sul, a partir de 1945, registrou-se maior tranquilidade entre os colonos. A lei n. 163, de 25 de outubro de 1948, criou o distrito de São Félix, com território vinculado ao município**

⁵² In: FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: Origem e Significado de Seus Nomes.** (2008).

⁵³ Araguainha comemora 57 anos com ações do Governo do Estado em infraestrutura. Disponível em: <
<http://www.mt.gov.br>> Acesso em 25/02021.

de Barra do Garças. Em 1963, uma lei propôs a criação do município, tendo sido vetada pelo executivo estadual. **Em 13 de maio de 1976, através da Lei Estadual n. 3.689, foi criado o município de São Félix do Araguaia. [1.2] O termo “Araguaia”, de origem geográfica, foi incorporado para distinguir o município mato-grossense de outro com a mesma denominação no Estado da Bahia.** (Ferreira, 1988, p. 117-118). [Grifo nosso].

No texto histórico de fundação do município de São Félix do Araguaia, podemos apreender dois enunciados que nos indicam as perspectivas de sentidos em formação para as pertinências que articulam o nome Araguaia na FN.

No enunciado [1.1]: A invocação a São Félix provinha do sofrimento do povo na conquista de uma terra povoada por nações indígenas, região de tensão social. Tomaram São Félix como padroeiro, acreditando que os protegia contra os índios *xavante*[...] que, inicialmente, o povoado tomou para a sua primeira nomeação o nome do orago local São Félix⁵⁴. A escolha de oragos para as localidades reflete, na atualidade de fundação dessas localidades, a ancestralidade da organização administrativa dos territórios portugueses em freguesias, que eram as menores unidades administrativas da Coroa, o santo escolhido representava a proteção divina local. Embora, a organização administrativa do território brasileiro não esteja mais vinculada aos domínios da igreja católica, os referenciais históricos dessa prática continuam sustentando pertinências nas nomeações de municípios brasileiros, na atualidade.

No enunciado [1.2]: O termo “Araguaia”, de origem geográfica, foi incorporado “para distinguir o município mato-grossense de outro com a mesma denominação no Estado da Bahia”. Vemos que a articulação do nome “Araguaia”, na oficialização do nome do município, se dá sob os efeitos dos decretos de padronização de nomes geográficos e de divisão territorial vigentes, que proibiam a duplicidade de nomes. Assim, manteve-se o nome São Félix articulado à expressão localizadora “do Araguaia” para distinguir do município São Félix na Bahia.

Podemos dizer que a articulação do convergente especificador “do Araguaia”, nessa FN, é perspectivada pela mobilidade de uma pertinência articulada pela enunciação oficial do Estado, que agrega sentidos de localização e distinção ao nome.

⁵⁴ A integração de nomes católicos nas nomeações de municípios foi objeto de pesquisa de Silva, Alves e Pria (2018) que constataram que, em Mato Grosso, a partir do ano de 1964 foram criados 16 municípios que trazem dizeres católicos em suas nomeações, esses dizeres religiosos são fundantes no processo de colonização do Brasil.

No quadro 3, a FN Bom Jesus do Araguaia em “b” e Portal do Araguaia em “c”, os nomes determinantes produzem perspectivas de sentidos distintas para a unidade localizadora “do Araguaia”. Em (b) o sentido de localização do rio se amplia para o nome de uma região do estado de Mato Grosso, conforme o enunciado “A denominação Bom Jesus do Araguaia é homenagem ao santo padroeiro e à região onde está inserido o município – o Araguaia.” E em (c) FN Pontal do Araguaia, a perspectivação do nome ocorre pela relação com o que se enuncia sobre os aspectos do rio, como o desenho do espaço em que o município foi fundado.

Conforme *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*⁵⁵, a palavra “pontal” significa “ponta de terra que penetra um pouco no mar ou rio”. Por se tratar de um nome genérico, assim como os nomes (morro, salto, serra, ilha etc.), participa da composição de nomes de lugar que, geralmente, sofrem a determinação de um outro nome que o individualiza e o particulariza, na expressão descritiva como nome para a localidade. Nesses casos, observa-se como um dado não verbal, que constitui um acidente geográfico, torna-se uma unidade de significação na enunciação que diz sobre ele.

Como vemos, o nome “Araguaia” passa a ter uma relevância nominativa para um conjunto de cidades que se formam ao entorno do mesmo nome. Essa expansão dos sentidos de localização abre espaço para que outros nomes se relacionem com “Araguaia”.

Esse movimento também pode ser observado em (d) FN Alto Araguaia, em que a articulação do nome “Araguaia” com o convergente adjetival “Alto” funciona pelo sentido que a palavra Alto adquire na relação com a enunciação hidrográfica, que significa a localização das “nascentes”, ou seja, o ponto de início do curso hidrográfico. Desse modo, o acontecimento de nomeação do município, ao evocar a localização “nascentes do Rio Araguaia”, estabiliza esses sentidos na forma do nome, ou seja, torna-se pertinente que a designação do nome apresente o referencial geográfico constitutivo da localidade.

Como pode ser observado, as formações nominais São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia, Portal do Araguaia e Alto Araguaia apresentadas na (a), (b), (c) e (d) se estruturam tendo em vista a relação do nome determinante com o determinado, a partir da unidade localizadora (do Araguaia), mas as razões enunciativas que mobilizaram essas FNs nos indicam perspectivações de sentido distintas que dizem sobre a localização e distinção de homônimos

⁵⁵ Versão eletrônica.

pela incidência dos decretos de padronização de nomes geográficos, pelo nome que se “desloca” do referencial hídrico para um referencial territorial “região do Araguaia”, e pela qualificação enunciativa de uma forma geográfica “pontal” e do ponto de origem de um percurso hídrico “Alto”.

Em (e) Araguaiana e (d) Araguainha, a articulação de formativos ao nome Araguaia, indica outras duas formas de perspectivação de sentidos. Em relação à estrutura, ambos os nomes se constituem a partir dos sufixos (-ana e -inha), que se agregam às bases formantes articulando perspectivas de criação de novos nomes.

Conforme vemos em (e), no quadro 3, a cidade Araguaiana “vem a ser a restauração, com território diminuído, do grande município de Araguaya, desmembrado diretamente de Cuyabá”, o nome é perspectivado pela relação de constituição territorial com o município-mãe Araguaya, após o seu desmembramento de Cuiabá.

Podemos dizer que as razões enunciativas para a articulação do formativo -ana, na FN Araguaiana não se conforma nos sentidos instrumentais dessa unidade, mas no movimento que indica os modos de articular essa unidade à uma base formante, pela pertinência de constituir um nome que mantenha a relação de origem com o lugar primitivo.

Na ocorrência (f) FN Araguainha, ainda no quadro 3, temos um outro exemplo de constituição de nomes a partir de formativos, agora, pela articulação com o formativo -inha.

De acordo com Pereira e Ferreira (2018, p. 53), os sufixos (-inha, -inho e -zinho) se apresentam como unidades que agregam sentidos “de diminutivo para o nome ao qual se juntam para formar a FN derivada, porém, o domínio referencial desses sufixos congrega também o referencial afetivo e pejorativo”. Estes autores também nos apontam que a atualização do nome do município Araguainha se dá pelo sentido da extensão reduzida da área que o nome designa, nesse caso, pela articulação de um convergente adjetival que produz a seguinte designação “pequeno Araguaia.”

Podemos dizer que essa relação de qualificação diminutiva do nome é perspectivada de um outro modo no acontecimento de enunciação que funda o município, conforme podemos ver em (e): “O nome é uma referência ao rio Araguainha, afluente do Araguaia”. Assim, o

sufixo -inha marca, nessa formação, a distinção entre rio principal e o rio afluente e o nome “Araguainha” se constitui como pertinente para dizê-lo como participante dessa relação.

Dessa forma, podemos ver em (f), que a derivação sufixal (-inha) que constitui o nome Araguainha, se dá anteriormente à formação do nome do município. O enunciado expõe a gradação de pertinências, na relação entre os rios Araguaia e Araguainha e, em seguida, na relação do rio Araguainha como suporte de significação para a constituição de um novo território.

b) outros nomes hídricos

Quadro 4: Perspectivações-outros nomes hídricos

- | |
|---|
| <p>a) FN Apiacás: A denominação Apiacás, no plural, é de origem geográfica, em referência ao Rio Apiacás e a Serra dos Apiacás. Por convenção de antropólogos, ao se grafar nome de tribo ou nação indígena, nunca se usa o termo no plural, e sim no singular. A denominação dada ao núcleo de origem do atual município de Apiacás, além da serra e do rio, também homenageia o povo indígena Apiaká, de fala do tronco linguístico tupi, atualmente estabelecido na Área Indígena Apiaká-Kayabi, aldeia Mairobi, no município de Juara. O povo apiaká aprecia a pintura corporal, notadamente a facial (FERREIRA, 2008, p. 28). [Grifo nosso].</p> |
| <p>b) FN Aripuanã: “De história e movimentação antiga, o termo Aripuanã é referência ao Rio Aripuanã, que margeia a cidade. No entanto, a primeira sede municipal, já com o nome de Aripuanã, foi erguida acerca de duzentos quilômetros de distância da atual, às margens do Rio Roosevelt. Em 1932, foi criado o Distrito de Paz de Aripuanã, extinto seis anos depois. A grande distância da capital do Estado e a enorme dificuldade de acesso, prejudicou imensamente o seu desenvolvimento. No dia 31 de dezembro de 1943, o Decreto-Lei nº 545, criou o município de Aripuanã. A partir desta época os prefeitos eram nomeados e governavam o município a partir de um escritório montado na Travessa Dom Bosco, em Cuiabá. No ano 1966, o governador Pedro Pedrossian nomeou Amauri Furquim para prefeito, incumbindo-lhe de encontrar um novo e melhor local para se instalar a sede do município. Profundo conhecedor da região amazônica, Furquim situou a cidade na margem do verdadeiro Rio Aripuanã, termo que justificou o topônimo. A cidade localiza-se na altura dos saltos Dardanellos e Andorinhas, em local de extraordinária beleza natural.”⁵⁶ [Grifo nosso].</p> |
| <p>c) FN Alto Paraguai: A região que compreende o território de Alto Paraguai foi largamente palmilhada por garimpeiros à procura de pedras preciosas e ouro. Sua história está ligada a Diamantino desde 1728. Terminado o ciclo do ouro e do diamante no século passado, restaram sítios e fazendas apenas. Novo ciclo garimpeiro se iniciou em 1938, com o Garimpo do Gatinho e outros mais. A corrutela garimpeira do Gatinho ganhou esse apelido devido às frequentes visitas de um pequeno felino (onça ou jaguatirica), junto ao córrego trabalhado pelos garimpeiros. Em torno do garimpo do Gatinho ficava a Fazenda Velha de Teodomiro Agripino, a fazenda da</p> |

⁵⁶ Biblioteca IBGE: Histórico de Aripuanã. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

família Mendes e o garimpo do "Come Feito". Gatinho cresceu mais ainda com a descoberta dos ricos monções de Espinhal, Várzea Bonita, Afonsinho e São Pedro. O Decreto Lei nº 687, de setembro de 1945, desapropriou área de 3.600 hectares da Fazenda Varzearia para o Patrimônio do Gatinho. Em 17 de novembro de 1948, pela Lei nº 193, foi criado o Distrito de Paz, com a denominação de Alto Paraguai. **A alteração do nome deveu-se ao fato do município abrigar em seu território as nascentes do Rio Paraguai.** O município de Alto Paraguai foi criado em 16 de dezembro de 1953, pela Lei nº 709.⁵⁷ [Grifo nosso].

d) FN Alto Taquari: A primeira denominação da localidade foi **Cabeceira**, após alguns anos **passou a ser chamada de Taquari em referência à nascente do Rio Taquari**, que fica muito próxima à sede municipal. Povos indígenas, antigos habitantes da área, usavam a haste da taquara, abundante na região do Rio Taquari, para fabricar cachimbos e flechas. **A denominação Alto Taquari foi escolhida através da Associação de Amigos, depois de ampla discussão com os moradores da cidade.** Cogitou-se também, a possibilidade do nome da cidade ser São José do Taquari, em homenagem ao santo padroeiro São José, e ao Rio Taquari⁵⁸. [Grifo nosso].

e) FN Cotriguaçu: O nome do município é uma referência a empresa que colonizou a região: Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A, componente da **Cooperativa dos Triticultores de São Miguel do Iguçu, do Paraná**. As primeiras tentativas de povoamento na região vieram com a abertura da fronteira agrícola mato-grossense. [Grifo nosso].

f) FN Ipiranga do Norte: **A denominação original do município é Projeto Ipiranga**, tendo surgido de um **projeto de colonização** dentro do município de Tapurah. Com o passar dos tempos o nome foi **alterado para Ipiranga do Norte, mantendo o nome original e acrescentado o termo “do Norte”, para diferenciá-lo de município homônimo e localizá-lo geograficamente em Mato Grosso**⁵⁹. [Grifo nosso].

g) FN Itiquira: “Estabelecido o Cartório e legalizado o patrimônio, os primeiros passos estavam dados rumo à emancipação. A Lei Nº 118 que criou **Itiquira**, data de 19 de outubro de 1937, reservou a área de 3.600 hectares para a instalação oficial do **patrimônio de Itiquira, que ganhou este nome em função do rio homônimo**, pertencendo ao município de Santa Rita do Araguaia.”⁶⁰ [Grifo nosso].

h) FN Jauru: **O nome Jauru é referência ao Rio Jauru**, que banha o território do município e deságua no Rio Paraguai. O Rio Jauru tem seu nome inscrito na história da América, registrando-se em seu leito a presença de expedições castelhanas, no século XVI que o denominavam de Jauru. Também serviu de limite entre os reinos de Portugal e Espanha, assim definido pelo Tratado de Madrid em 1750⁶¹. [Grifo nosso].

i) FN Juína: A área de Juína, num total de 411.000 hectares, ficou sob a responsabilidade a CODEMAT para sua execução ao lado da atribuição de construção

⁵⁷ Biblioteca IBGE: Histórico de Alto Paraguai. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

⁵⁸ Biblioteca IBGE: Histórico de Alto Taquari. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

⁵⁹ Biblioteca IBGE: Histórico de Ipiranga do Norte. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 28/08/2018.

⁶⁰ Conheça Itiquira. Disponível em: <https://www.itiquira.mt.gov.br/sobre-itiquira>. Acesso em: 20/05/2021.

⁶¹ Biblioteca IBGE: Histórico de Jauru. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

<p>da AR – 1 e do acompanhamento do processo de implantação dos projetos privados acima referidos. A microlocalização recomendada do projeto foi a região do Alto Aripuanã e Juina Mirim, nome que foi a origem da denominação oficial do projeto. [Grifo nosso].</p>
<p>j) FN Juruena: Recebeu tal nomenclatura por estar localizada às margens do rio Juruena, somando-se uma área total de 200.000 (duzentos mil) hectares. Suas terras férteis, a madeira de lei abundante e boas águas, logo chamaram a atenção daqueles que para cá vieram em busca de um novo eldorado⁶². [Grifo nosso].</p>
<p>k) FN Paranaíta: A denominação da colonização foi tomada do nome do rio Paranaíta, que faz divisa com o município, pelas bandas do leste, com o estado do Pará. Segundo a prefeitura municipal o topônimo homenageia o estado do Paraná, de onde veio grande parte dos habitantes do lugar, acrescido do sufixo ita, que significa pedra. Destaca-se na região local chamado “Pedra Preta”, de excepcional beleza, abrigando excelente conjunto de pictografuras. [Grifo nosso].</p>
<p>l) FN Paranatinga: A notícia de diamantes no Rio Paranatinga foi se espalhando e garimpeiros de toda a parte foram chegando. De início, os garimpeiros fundaram uma corrutela na cabeceira do rio, enquanto uma outra se formou quilômetros abaixo. Eram denominadas Corrutela de Cima e Corrutela de Baixo. A Corrutela de Baixo, em 1964, foi cedendo o nome para Paranatinga. [Grifo nosso].</p>
<p>m) FN Poxoréu: Em 1927 ocorreu incêndio desolador em São Pedro e os garimpeiros mudaram-se para o sopé do Morro da Mesa, a 30 quilômetros da região explorada até então, às margens do rio Poxoréu. Assentaram-se os começos de Poxoréu. A primeira denominação do lugar foi Morro da Mesa, em referência ao exuberante morro que tem a forma de mesa talhada em arenito triássico. Posteriormente, o nome foi alterado para Poxoréu. A denominação, de certa forma, foi uma homenagem ao povo boróro. (FERREIRA, 2008, p. 174). [Grifo nosso].</p>
<p>n) FN São José do Xingu: Em 20 de dezembro de 1991, através da lei estadual nº 5.904, foi criado o município de São José do Xingu. A comunidade optou por deixar o nome do santo protetor no nome da localidade, São José, e acrescentar "do Xingu", em homenagem ao rio Xingu, que passa a 42 quilômetros da sede municipal e ao Parque Nacional do Xingu, que faz divisa com o município⁶³. [Grifo nosso].⁶⁴</p>
<p>o) FN Sapezal: A formação do núcleo urbanos de Sapezal está ancorada numa proposta de colonização do Grupo Maggi, que deu esta denominação ao município recentemente instalado, em referência ao Rio Sapezal. Sapezal é termo de origem Tupi - sa' pé: o que alumia + al: sufixo que designa quantidade. Sapé é uma espécie de capim da família das gramíneas, conhecido pelas propriedades de se cobrir ranchos. No dizer da língua Tupi é um capim brilhante, que ilumina, que "alumia". Ou seja, designa lugar de muito sapé⁶⁵. [Grifo nosso].</p>

⁶² Histórico. Prefeitura Municipal de Juruena. Gabinete do Prefeito. (Anexo).

⁶³ Biblioteca IBGE: Histórico de São José do Xingu. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

⁶⁴ Análise no capítulo IV.

⁶⁵ História de Sapezal. Disponível em: < <https://www.sapezal.mt.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>> Acesso em 28/01/2021.

Fonte: Construção própria

Na rede de enunciados dispostos no Quadro 4, podemos apreender algumas regularidades da língua decorrentes da forma como as bases enunciativas evocam o referencial histórico hidrográfico. Nessas ocorrências, as formas da língua conservam as perspectivas de que as cidades recebem os nomes pela relação com os percursos hídricos, que se apresentam nas formações nominais constituídas de um único nome (substantivo próprio), e de compostos por um adjetivo + nome próprio+ localizador: (a) Apiacás “referência ao rio Apiacás”, (b) Aripuanã “rio Aripuanã que margeia, a cidade”, (c) Alto Paraguai “abrigar em seu território as nascentes do Rio Paraguai”, (d) Alto Taquari (g) Itiquira “patrimônio de Itiquira que ganhou esse nome em função do rio homônimo”, (h) Jauru “referência ao rio Jauru”, (j) Juruena “por estar localizada às margens do rio Juruena”, (k) Paranaíta “a denominação da colonização foi tomada do rio Paranaíta, que faz divisa com o município”, (l) Paranatinga “corrutela na cabeceira do rio”, (m) Poxoréu “às margens do rio Poxoréu”, (n) São José do Xingu “em homenagem ao rio Xingu”, (o) Sapezal “referência ao rio Sapezal”.

As formações nominais que se constituem por nomes hídricos também viabilizam caminhos de pertinências para a relação com outros referenciais. Estamos tomando esses outros referenciais pela noção de dispersão de sentidos. Nesses casos, há a perspectivação de sentidos dos nomes hídricos por referenciais históricos empresarial/colonizador.

Os nomes (e) Cotriguaçu, (f) Ipiranga do Norte e (i) Juína se originam dos nomes indígenas iguaçu, ipiranga e juína, que são respectivamente nomes de rios brasileiros, Rio Iguaçu-PR, Riacho Ipiranga-SP e Rio Juina-mirim-MT, que integram as formações nominais pela articulação com referenciais empresariais, decorrentes do processo de planejamento e colonização de cidades em Mato Grosso, no século XX. Os referenciais empresariais aparecem marcados pelos nomes genéricos “Projeto e Cooperativa”, como vimos em Projeto Ipiranga, Projeto Juína e Cooperativa dos Triticultores de São Miguel do Iguaçu.

Nessas formações nominais, podemos apreender que os nomes de percursos hídricos não funcionam apenas pelas pertinências de localização, mas são perspectivados na relação com outros nomes, como é o caso dos nomes “Ipiranga” e “Iguaçu” que não fazem parte do quadro de nomeações de rios em Mato Grosso, no entanto, esses nomes migram para o Estado tendo em vista a relação com as empresas colonizadoras.

O nome Ipiranga se inscreve na memória do acontecimento de Independência do Brasil, datado de 7 de setembro de 1822. Segundo a narrativa histórica, as cenas do famoso “grito do Ipiranga” ocorreram às margens do Riacho Ipiranga em São Paulo. Desde então, o nome Ipiranga participa de enunciados que remetem a este acontecimento enunciativo constituindo pertinências enunciativas para a sua utilização.

O primeiro município brasileiro a receber o nome de Ipiranga localiza-se no estado do Paraná, cuja fundação é datada em 1886 e “recebeu a denominação como homenagem ao local onde foi proclamada a Independência do Brasil”⁶⁶. Assim sendo, os demais municípios que se formaram, posteriormente à sua fundação, tomaram o nome Ipiranga na articulação com expressões locativas, como ocorre em Ipiranga do Norte (MT), Ipiranga do Piauí (PI), Ipiranga de Goiás (GO), Ipiranga do Sul (RS), entre outros.

De acordo com Dias (2016, p. 42):

Em ambos os casos, o enunciado do nome constitui-se na exposição de um “outro” na nomeação, contraindo pertinências enunciativas relativas a um nascimento, revelando uma diferença em um fundo de igualdade designativa, tendo em vista a exposição de um nome antigo no novo nome.

Um outro movimento pode ser apreendido na observação da FN Cotriguaçu. O nome indígena Iguazu se articula na FN retomando parte do nome de São Miguel do Iguazu (PR), município de onde provêm a empresa colonizadora. Vejamos que o convergente “do Iguazu” pode integrar as FNs Cotriguaçu e São Miguel do Iguazu por diferentes perspectivas. A primeira se dá pela perspectiva de localização e especificação do município de São Miguel do Iguazu em relação ao hidrônimo Rio Iguazu. Por sua vez, em Cotriguaçu, o nome indígena integra a FN pela perspectiva da “siglônimização”, pelos referenciais de constituição da colonizadora que dá nome ao município “isto é, a sigla é dada a partir das enunciações que compõem a história desse nome”. (SZUBRIS et al, 2018, p. 130).

Por fim, na FN Juína, a perspectiva de formação do nome se constitui por um acontecimento novo que presentifica o nome do rio Juína-mirim na relação com o Projeto Juína

⁶⁶ História de Ipiranga. Disponível em:< <https://ipiranga.pr.gov.br>. >Acesso em: 10/02/2021

que, ao se materializar, institui a primeira divisão político-administrativa para a localidade, como distrito, em que o nome Juína é instituído oficialmente.

Nesse aspecto, os nomes Ipiranga, Iguaçu e Juína percorrem enunciações que transpassam os sentidos de localização das cidades em relação a esses percursos hídricos, a relação de pertinência ocorre pelos fundamentos empresarial e colonizador, que atualizam os sentidos dos dizeres em cada acontecimento.

4.3 Nomes da fauna, flora e elevações em planícies

No Quadro 5, apresentaremos ocorrências para observar as perspectivas em formação para as FNs Acorizal, Araputanga, Guarantã do Norte, Guiratinga, Itanhangá, Itaúba, Lambari D'Oeste, Matupá, Nova Mutum, Tangará da Serra e Torixoréu, em que temos a articulação de nomes indígenas que se constituem pelos referenciais naturais dessas localidades.

Quadro 5: Perspectivações-nomes da natureza

a) FN Acorizal: Acorizal é nome proveniente da árvore da família das Gutíferas (<i>Platonia insignis</i>), também denominada "bacuri", "uacuri" ou simplesmente "acori", abundante no município, de onde surgiu o topônimo ACORIZAL. Esta palmeira produz frutos em cachos (tal como o babaçu- <i>Orbignya Martiana</i> , com o qual muito se assemelha). Quando maduros, apresentam a folha rosada, prestando-se à alimentação depois de cozida. (IBGE, 1958).
b) FN Araputanga: O nome deveu-se ao fato dos pioneiros se apaixonarem pela riqueza das madeiras e do solo. Foi esse o segundo nome do lugar, substituindo <i>Ituinópolis</i> . O atual nome de Araputanga foi dado por Néelson da Costa Marques. A denominação é devida a grande quantidade de <i>mogno</i> existente na região. Os termos “ araputanga ” e “ mogno ” têm o mesmo significado, designando árvore da família das meliáceas [...] (FERREIRA, 1998, p.31). [Grifos do autor].
c) FN Guarantã do Norte: O nome Guarantã tem origem numa árvore típica da região, com o nome científico de <i>Esenbeckia leiocarpa</i> , da família das rutáceas. É madeira conhecida por sua resistência, a melhor para cabo de machado. A árvore apresenta protuberâncias de alto a baixo, formando um interessante trançado. Dá a entender que o povo da região é resistente, rijo, nobre. ⁶⁷ [Grifo nosso]
d) FN Guiratinga: Na reunião vários nomes foram sugeridos, mas somente um nome veio a vencer a disputa, que viria a ser declarada através do Decreto-Lei n. 545, de 31 de dezembro de 1943, e que a partir desta data, viria a se chamar Guiratinga (güiratinga), que em tupi guarani significa “garça branca”, ave que por sua abundância na nascente do rio que ali passava, se originou, o até então conhecido rio Garças. (LARA et al., 2018, p. 316). [Grifo nosso].

⁶⁷ Biblioteca IBGE: Histórico de Guarantã do Norte. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 28/08/2018.

- e) **FN Itaúba:** O nome Itaúba foi adotado como típico e expressivo do lugar, **devido à essência vegetal dominante nas matas virgens onde a cidade foi projetada**, ainda no início da década de setenta, graças à construção da BR-163. O naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1863), classificou a árvore itaúba como *Lignum lapideum*, **madeira de pedra, dura, resistente como a pedra.** [...] **Desta forma, presume-se que, ao dar o nome de Itaúba à localidade, os pioneiros queriam indicar que o povo desta região tinha uma postura decidida, firme, dura na luta como a itaúba nas matas**⁶⁸. [Grifo nosso].
- f) **FN Jaciara:** A cidade não tinha nome específico, embora fosse chamada de **CIPA**. E, por isso, esta empresa, observando o impulso do crescimento do lugar, sentiu que a obra principal precisava ter um nome. Surgiu daí, a ideia de se realizar um concurso, que foi aberto recebendo várias sugestões. Após estudos, foi escolhido o nome sugerido por Coreolano de Assunção, um dos sócios da companhia, que observando as obras de Humberto Campos, encontra **a lenda da Índia Jaciara, Senhora da Lua, no texto Vitória Régia.** Assim, o lugar recebeu o nome de Jaciara. Sendo ainda de origem Tupi-Guarani, todos os nomes de ruas e logradouros que foram abertos por Paulo da Costa Ferreira, o qual foi peça fundamental na fundação e colonização de Jaciara.⁶⁹ [Grifo nosso].
- g) **FN Matupá:** O nome dado pelos empreendedores **Matupá advém da língua Tupi uma palavra de origem amazônica** que, em resumo, tem dois significados: Um científico, **“Mato denso à beira dos rios e dos lagos”** e outro humanizado, **“Mato Abençoado por Deus”,** **exprimiou o padrão urbanístico a se adotar:** uma cidade que respondesse as **condições de ecologia** que se integrasse natural em que **floresta e o rio fossem valorizados** e ao mesmo tempo respondesse as nossas tradições de viver na cidade. **Cidade Floresta não apenas cidade jardim,** capaz de ser também o polo do processo de ocupação da região. [Grifo nosso]
- h) **FN Lambari D’Oeste:** A denominação Lambari surgiu a partir de 1956, através de Luiz Vitorazzi, um dos fundadores da localidade. Este utilizou-se de todos os recursos para dar conforto e alimento aos seus familiares e, **em certa ocasião, ao derrubar uma árvore sobre um riacho encontrou enorme quantidade de peixes (lambaris),** municiou-se da melhor maneira possível, e pescou o que pode. A partir dessa época o sr. Luiz Vitorazzi **denominou o curso d’água de Ribeirão Lambari.** Algum tempo depois, a Colonizadora Rio Branco **oficializou a denominação do córrego Lambari,** incluindo-o nos mapas cartográficos que caracterizam esta porção territorial oestina. Por muitos anos o lugar ficou conhecido por **Vilarejo do Lambari. O termo D’Oeste, foi acrescentado para diferenciá-lo de outro município existente no Estado de São Paulo**⁷⁰. [Grifo nosso].
- i) **FN Nova Mutum:** Em 1978, o paulista José Aparecido Ribeiro adquiriu terras de Jorge Rachid Jaudy para o **Projeto de Colonização Mutum. A denominação Mutum tem origem no nome da ave mutum, facilmente encontrada na região.** A exploração do cerrado estava trazendo novas perspectivas para a agropecuária. O projeto estabeleceu inicialmente duas etapas agropecuárias, e foi destinada uma terceira para a futura cidade de Mutum. Os primeiros moradores chegaram à região dia 6 de junho de 1978. A denominação original foi conservada e quem deu o nome

⁶⁸ Biblioteca IBGE: Histórico de Itaúba. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 28/08/2018.

⁶⁹ História do município de Jaciara. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br>. Acesso em: 10/02/2021.

⁷⁰ Biblioteca IBGE: Histórico de Lambari D’Oeste. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

<p>à fazenda, ao projeto, e à cidade foi o Sr. José Aparecido Ribeiro. Surgiram crises entre a população e a firma colonizadora. Assim, não se optou pelo nome de Mutum, dado pela firma, mas pelo de Nova Mutum, dando a entender que o progresso escapava das mãos da empresa⁷¹. [Grifo nosso].</p>
<p>j) FN Tangará da Serra: Inspirados pelo canto macio, cheio, vivo e sonoro do pássaro Tangará (uma das aves brasileiras mais famosas) foi que os primeiros visitantes da região aliaram o nome do gracioso pássaro à majestosa Serra de Itapirapuã e batizaram a localidade como Tangará da Serra.⁷² [Grifo nosso].</p>
<p>k) FN Torixoréu: O Distrito de Paz criado em 1934 quando então foi rezada a primeira missa pelo Padre João Douroure. Em 1937 foi concluída a construção da primeira igreja da vila, construída pelos próprios habitantes da região. Nos idos de 1943, por Decreto Lei foi alterado o nome de Baliza de Mato Grosso para Torixoréu, que para os índios Boróros significa “Pedra Preta”⁷³. [Grifo nosso].</p>
<p>l) FN Itanhangá: A denominação do município tem origem na sabedoria popular. Em tupi-guarani Itanhangá significa pedra de fogo. Antigos moradores juram que era muito comum avistarem bolas de fogo nas áreas acidentadas próximo ao perímetro urbano. Daí deu no que deu⁷⁴. [Grifo nosso].</p>

Fonte: Construção própria

Na rede de enunciados dispostos no Quadro 5, podemos apreender algumas regularidades da língua decorrentes das formas como as bases enunciativas se conduzem ao referencial histórico da natureza. Os elementos da flora local adquirem pertinência nesse movimento de condução, como veremos a seguir.

Em (a) Acorizal, o formativo -al articula-se à base de origem indígena acori, nome que designa uma espécie de vegetação local abundante no município de onde surgiu o topônimo Acorizal. A partir da regularidade da língua constituída pela noção de quantidade, o nome expõe um referencial produzido pelo foco na vegetação da localidade, cujo nome conserva as pertinências na relação com os espaços nomeados. De outro modo, em (b) Araputanga, a noção de quantidade também permeia sentidos para a constituição do nome da cidade “A denominação é devida a grande quantidade de mogno⁷⁵ existente na região”, mas como vemos, essa relação não se marca especificamente por uma unidade particularizante como ocorre no nome Acorizal.

⁷¹ Cidades. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-mutum/historico> > Acesso em 29/04/2021.

⁷² Sobre a cidade. Disponível em: < <https://tangaradaserra.mt.gov.br> > Acesso em: 29/04/2021.

⁷³ Biblioteca IBGE: Histórico de Torixoréu. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 28/08/2018.

⁷⁴ Itanhangá e a reforma agrária violentada. Disponível em: < <https://www.boamidia.com.br/mt-itanhangá> > Acesso em 01/08/2021.

⁷⁵ Cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009, p. 173) define a palavra araputanga como “mogno-brasileiro”. Trata-se de uma árvore com madeira de cor avermelhada “que se distribui desde a América Central até a região do Centro-Oeste brasileiro. Para Ferreira (2008, p. 32) araputanga é madeira nobre e protegida por lei que, no entanto, está em franco processo de extinção.”

Em (c) Guarantã do Norte e (e) Itaúba, os nomes de elementos da natureza “guarantã” e “itaúba” adquirem pertinência tendo em vista as perspectivas de resistência e imponência das árvores, que configuram uma identidade para a população dessas localidades, visto que o “povo da/desta região” é colocado como ponto de pertinência para a formação do nome, conforme podemos ver em (c) dá a entender que o povo da região é resistente, rijo, nobre, e em (e) os pioneiros queriam indicar que o povo desta região tinha uma postura decidida, firme, dura na luta como a itaúba nas matas.

Em (d) Guiratinga, podemos observar que o nome indígena se constitui como pertinente para a localidade tendo em vista a mobilidade de sentidos da expressão descritiva em língua portuguesa “garça branca” - “ave que por sua abundância na nascente do rio que ali passava originou, o até então conhecido rio Garças.” Essa expressão possui uma capacidade designativa expansiva que se agrega às diversas nomeações locais, iniciando pela nomeação do Rio Garças e incidindo sobre as demais nomeações locais (Barra do Garças, Alto Garças, (MT) e Aragarças (GO).

Conforme *Dicionário Tupi Antigo* (2013), Guiratinga é um topônimo registrado em Mato Grosso, ou seja, podemos dizer que o acontecimento que cria o nome para a localidade produz uma dispersão de sentidos que se deslocam do funcionamento descritivo da fauna para os sentidos que constituem um território nessa unidade federativa. A forma traduzida⁷⁶, em tupi, se articula ao campo enunciativo do português à medida em que a pertinência enunciativa produziu uma motivação no presente do enunciar, tendo em vista os referenciais históricos da fauna que se fundamentaram pela FN garça branca.

Navarro (2020, p.260) diz que a tradução foi utilizada, por exemplo, no “atual município baiano de Aiquara (de a’y + kûara, “toca da preguiça”). Com efeito, tal localidade chamava-se, até 1915, Preguiça, nome de um mamífero da família dos bradipodídeos, encontrado nas matas tropicais e equatoriais da América”. Assim, vemos que o nome já em funcionamento em língua

⁷⁶ Em momentos anteriores, o procedimento de tradução foi realizado inversamente. No trabalho a *Toponímia Brasileira* de Levy Cardoso (1961), em que foram observados alguns topônimos, em sua ancestralidade, o autor apresenta o fato de que alguns topônimos em línguas indígenas, ao adentarem à cartografia nacional, receberam as devidas traduções para o português. À título de exemplo podemos vislumbrar o *Rio da Água Verde*, em Mato Grosso, apresentando na *Carta Geral de Mato Grosso*, elaborada por Marechal Cândido Rondon e pelo general Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, nela o rio *Anhanazá* que possui étimo parici (*aiana* – verde e *zá* – rio) foi traduzido, primeiramente, como Rio Verde e, mais tarde, passou a figurar nos mapas como Rio da Água Verde. (Idem, p. 382)

portuguesa é traduzido em língua indígena por especificação como “toca da preguiça”. No caso, de Guiratinga, não se traduz o nome atual da cidade, mas a expressão pertinente de ser enunciada como o nome oficial, tendo em vista o seu funcionamento no campo enunciativo local.

Em (f) Jaciara, podemos observar que o nome oficial do município tem inspiração no nome próprio feminino extraído da lenda da índia Jaciara, apresentada na obra de Humberto de Campos *A Serpente de Bronze*. O município recebe o nome, a partir de um concurso proposto pelos fundadores representantes da empresa Colonizadora Industrial Pastoril – CIPA. Nessa proposta, a lenda adquire pertinência social a partir da associação que se faz às características da localidade perspectivadas pelas belezas naturais, conforme o enunciado: “No livro, a vitória régia, planta aquática, era descrita como a alma de *Jaciara – a Senhora da Lua*, que no entender de Coreolano transfundia a beleza da paisagem e os encantos da natureza local.”

Jaciara é um nome que, ao ser enunciado, abre uma nova perspectiva de sentidos para a memória local. Nessa enunciação, Jaciara não significa o nome de uma personalidade, não é um referente para que se aponte no mundo, mas é um nome que se torna pertinente para significar exaltação à beleza da cidade. Podemos dizer que a relação do referencial da natureza torna-se pertinente no acontecimento de enunciação que perspectiva os sentidos da lenda para a cidade. Como pode ser observado na ocorrência, a partir do estabelecimento do nome de origem indígena, a identificação se desloca para o esquadramento urbano da cidade, onde os logradouros também passam a ser nomeados pelos referenciais indígenas. Encontramos, na atualidade, os nomes Rua Potiguaras, Avenida Pagé, Rua Iracema etc.

Em (g) Matupá, a palavra matupá se constituiu em um campo de pertinências para a caracterização do padrão de urbanização da cidade. O município, emancipado em 04 de julho de 1988, trata-se de uma cidade planejada e idealizada por ação da Colonizadora Agropecuária do Cachimbo, através do *Projeto Urbanístico da cidade de Matupá*. Este projeto levou em consideração os referenciais históricos que agregassem à perspectiva ecológica de integração da natureza ao desenvolvimento urbano da cidade, conforme podemos observar no enunciado “expressiu o padrão urbanístico a se adotar.”

Nessa ocorrência, vemos que há uma ampliação da perspectiva etimológica que se desloca de uma memória descritiva da botânica, contraída na articulação “mato denso”, para as articulações de sentido contraídas pela FN mato abençoado por Deus, instituídas por uma

memória da relação de proteção divina do Criador (Deus) com a sua criação. Em seguida, a enumeração dos referenciais que sustenta as pertinências para a nomeação relaciona as perspectivas de integração do natural pelas “condições de ecologia, florestas e rios fossem valorizados, ao urbano tradições de viver na cidade.”

Os sentidos do nome “Matupá” adquirem pertinência pelas convergências da memória primitiva que se tem do espaço e que se pretende manter na atualidade. Essas convergências incidem na perspectivização que se faz de Matupá como “Cidade Floresta não apenas cidade jardim, capaz de ser o polo do processo de ocupação da região.”

Observamos que as FNs “cidade floresta” e “cidade jardim” constituem-se por construções linguísticas que possuem dois substantivos em sua estrutura. De acordo com Dias (2018, p. 46), esta configuração escapa aos moldes da noção clássica da ciência da linguagem, em que se toma um substantivo isoladamente como sintagma nominal. Nas FNs, em questão, vemos que os substantivos “floresta e jardim” agregam-se ao sintagma nuclear “cidade” como convergentes, introduzindo novas informações sobre o substantivo nuclear.

Esses convergentes estão articulados às FNs sem a presença de outras unidades como as preposições, muito características nas estruturas designativas de cidades (cidade das águas, capital do médio norte, celeiro nacional da produção etc.), em que as preposições inserem perspectivas de localização ou especificação. Também são estruturas que se diferem das FN constituídas por substantivo + convergentes adjetivais como (cidade alta, cidade feliz, cidade industrial), em que os convergentes adjetivais conferem uma qualificação ou avaliação sobre o sintagma nuclear.

Podemos dizer, então, que a articulação de dois substantivos “cidade floresta” e “cidade jardim” colocam em igualdade nomes constituídos por referenciais distintos. Através dessas duas FN, concordamos com Dias (2016, p. 40) ao afirmar que “as razões enunciativas que sustentam a conformação de um nome como designador sócio-histórico são formadas pelo referencial e pela pertinência enunciativa”. Assim, transpõe-se a ideia clássica de que há certos espaços com vocações predefinidas para cada termo que preenche o sintagma.

Assim, observamos que a integração do nome Matupá na nomeação oficial do município funciona pelos sentidos que criam a identificação para a localidade, ou seja, “Matupá” significa “cidade floresta”.

Em (h) Lambari D’Oeste, o nome lambari se articula pela perspectiva do acontecimento fundante da localidade, a descoberta do peixe lambari em um córrego da região, de cujas margens, mais tarde, surgiria a primeira vila. A nomeação do município se forma pela dispersão de enunciados que toma como centro o referencial da designação constituído na seguinte cena que funda a memória local: “em certa ocasião, ao derrubar uma árvore sobre um riacho encontrou enorme quantidade de peixes (lambaris).” Essa memória se perpetua no processo que registra e insere na cartografia o nome do córrego Lambari e segue significando no gesto de transformação espacial e desenvolvimento urbano da localidade, pela formação do Vilarejo do Lambari e, mais tarde, na emancipação do município de Lambari D’Oeste, ocorrido em 20 de dezembro de 1991, através da Lei Estadual n. 5.914. Vimos que, na constituição do nome oficial, agrega-se a enunciação do Estado, no que concerne às políticas territoriais, a partir da inserção do locativo *D’Oeste* para distinguir cidades homônimas.

Em (i) Nova Mutum, o nome mutum é associado ao Projeto de Colonização Mutum, conforme vimos no enunciado – “A denominação Mutum tem origem no nome da ave mutum, facilmente encontrada na região.” Na formação do nome, podemos observar que o nome mutum é suprimido do projeto e articulado ao convergente *Nova*.

Sobre a significação desse convergente, Zattar e Rodrigues (2018, p. 74) nos dizem que ele:

funda uma nova memória e passa a significar um marco histórico-social na ruptura das relações entre a população e a colonizadora, mas o interessante desse litígio é que, mesmo com a renomeação do município o memorável da existência da ave na localidade se mantém. (ZATTAR; RODRIGUES, 2018, p. 74).

Como vemos, a articulação entre Nova e Mutum não se sustenta pela pertinência de oposição entre os sentidos instrumentais novo/velho e distinta de outras formações nominais que articulam esse tipo de convergente, para atender a uma demanda da distinção de homônimos. Na FN Nova Mutum, a distinção é particular e se materializa pelo efeito dos modos de colonização dessa localidade e da ruptura como o Projeto Mutum como pode ser observado

em um trecho do recorte (i) “não se optou pelo nome de Mutum, dado pela firma, mas pelo de Nova Mutum, perspectivando que o progresso escapava das mãos da empresa.

Em (j) Tangará da Serra, o nome do pássaro tangará vai constituir pertinências para o nome oficial, a partir dos referenciais históricos do acontecimento de fundação do município que relata a chegada dos primeiros visitantes à Serra de Itapirapuã. A nomeação do município de Tangará da Serra foi constituída pelos dizeres desses visitantes, a partir de referenciais locais, como o pássaro *tangará* e do referencial geográfico *da serra*, habitat desse pássaro.

Diferentemente de outros nomes da fauna e da flora que constituíram referências para os nomes da localidade, pela noção de quantidade e abundância dos elementos naturais presentes, como ocorre com o nome Nova Mutum – “que tem origem no nome da ave facilmente encontrada na região”⁷⁷ – as pertinências do nome “tangará” se perspectivam tendo em vista o referencial sonoro do cantar do pássaro, ao qual foi apreciado pelos fundadores, conforme traz o enunciado: “Inspirados pelo canto macio, cheio, vivo e sonoro do pássaro Tangará [...] aliaram o nome do gracioso pássaro à majestosa Serra de Itapirapuã e batizaram a localidade como Tangará da Serra.”

Ainda no Quadro 5, apresentamos um nome que toma como foco de pertinência a perspectiva geográfica das elevações em planícies. Em (l) Torixoréu, o nome é constituído pela palavra de origem bororo, que significa o morro Torixoréu, localizado nos limites do lugar onde a cidade foi fundada.

A palavra “torixoréu” e muitas outras foram apresentadas na obra *Contribuição do Bororo à Toponímica Brasileira*, de autoria de Carlos Drumond (1965), em que o autor destaca a grande participação dos Bororos no contingente populacional indígena na região Centro-Oeste e também sobre as contribuições dessa língua nas nomeações geográficas da região.

Drumond (Idem) apresenta a respectiva etimologia para o nome torixoréu:

TORIXORÉU - Tóri; xó; réu - Morro nas proximidades da atual cidade de Torixoréu (à margem esquerda do alto Araguaia). **Xoréu** (txorêu, tsereo, sereo) significa "escuro", "preto", "sujo" (de **xó**, "preto", "escuro", "sujo",

⁷⁷ Biblioteca IBGE: Histórico de Nova Mutum. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 28/08/2018.

"denegrado", e o sufixo **réu** "aquele que" "o"). **Torixoréu**: morro preto. (Idem p. 58). [Grifos do autor].

A formação nominal Torixoréu se constitui pela condensação de enunciados que relacionam os referenciais de nomeações geográficas indígenas aos referenciais que sustentam pertinências para as etapas de transformação político-administrativa da localidade: “Nos idos de 1943, por Decreto-Lei foi alterado o nome de Baliza de Mato Grosso para Torixoréu, que para os índios Boróros significa ‘Pedra Preta’.”

Conforme elencado no *Plano de Desenvolvimento de Educação de Torixoréu (2015-2025)*, o referido decreto que oficializa o nome “Torixoréu” para a localidade também alterou a denominação do município de Lageado para Guiratinga, ou seja, estes nomes são oficializados tendo em vista os suportes das leis de padronização.

Finalmente, em (k) Itanhangá, o nome fundamenta-se pela supressão de Itanhangá-Tapurah, assentamento que dá origem à localidade, criada em 1994, e que pertencia ao município de Tapurah. O nome tem origem, fundamentalmente, na enunciação popular que toma como foco a perspectiva de um fenômeno avistado pelos primeiros moradores da localidade, como vimos no enunciado: “era muito comum avistarem **bolas de fogo** nas áreas acidentadas próximo ao perímetro urbano.” [Grifo nosso]

Conforme a etimologia dada por Orlando Bordoni e Silveira Bueno (apud FERREIRA, 2008, p. 99), o nome Itanhangá significa *itá* pedra + *nhangá* demônio, fantasma, pedra do demônio ou pedra dos fantasmas. Podemos observar que a narrativa que constitui o acontecimento que nomeia a localidade recupera algo da etimologia da palavra à qual se relaciona, no entanto, o sentido não é diretamente associado à etimologia, mas à perspectivação de dispersão do fenômeno avistado pelos primeiros habitantes da localidade. Nesse caso, Itanhangá passa a significar a expressão explicativa desse fenômeno.

Após observar as formações nominais constituídas por referências dos elementos da natureza, podemos dizer que os nomes indígenas se apresentam nessas formações como nomes já absorvidos pelo léxico da língua portuguesa e que estão em funcionamento designando aspectos da geografia e da natureza brasileira, mas que são perspectivados de acordo com as enunciações que nomearam lugares em Mato Grosso, sejam perspectivas locais, da relação dos habitantes com a terra ou afetados pela enunciação oficial dos decretos de padronização de nomes geográficos no Brasil.

4.4 Homenagens e dispersões: nomes próprios de pessoas, etnônimos e nomes comuns

No quadro 6, apresentaremos ocorrências para observar as perspectivas de sentidos nas formações nominais articuladas pelo referencial histórico das homenagens e dispersões. Veremos que essas formações nominais são expostas pelos sentidos de agregabilidade a outros gestos de designação constituídos por pertinências enunciativas que se sustentam na atualidade. Observaremos os seguintes nomes: Tapurah, Nova Ubitatã, Tabaporã, Nova Xavantina, Campo Novo do Parecis e Juara.

Quadro 6- Perspectivações – homenagens e dispersões

- | |
|--|
| <p>a) FN Nova Ubitatã: A localidade foi fundada pelo sr. Manoel Pinheiro. Foi também Manoel Pinheiro quem denominou o núcleo de Ubitatã. Formando o patrimônio de Ubitatã. Segundo os moradores mais antigos da localidade, a denominação é referência à Fazenda Ubitatã, em cujo território desenvolveu-se o núcleo que deu origem ao atual município. Outra corrente afirma que a origem do nome é homenagem à cidade de Ubitatã, localizada na região centro-oeste do Estado do Paraná. Vieram de lá, os primeiros colonos que habitaram esta região conforme afirmação de pioneiros. Dentre as famílias mais antigas nomeiam-se os Feijó, Setter e Ross, dentre outros. A empresa que colonizou parte da área da antiga Fazenda Ubitatã foi a COMIPIL - Comércio de Imóveis Pinheiro Ltda, cujo principal acionista era o sr. Manoel Pinheiro. O município de Nova Ubitatã foi criado em 19 de dezembro de 1995, através da Lei Estadual nº 6.691. O termo "Nova" serve para diferenciar do já existente paranaense.⁷⁸. [Grifo nosso].</p> |
| <p>b) FN Tapurah: O nome Tapurah se deve a José Tapurá, chefe da tribo indígena iránxe. Este cacique participou ativamente do primeiro encontro do povo iránxe do Rio Cravari com o povo iránxe do Escondido. [...] Tapurá morava na região oeste do Rio Sangue e a colonização de Tenuta na margem direita. A amizade indígena desse chefe representava o reconhecimento ao valor dos povos indígenas. A família Tenuta prezava o cacique, assim, deu o nome dele à nascente colonização. Para designar modernidade, os tempos de progresso, se usou o estratagema da linguagem telegráfica, onde o “h” como última sílaba significa acento agudo. (FERREIRA, 2008, p. 221). [Grifo nosso].</p> |
| <p>c) FN Tabaporã: Cidade Bonita. Este é o nome Tabaporã na linguagem tupi. Trata-se da junção das duas palavras pela genialidade do poeta Carlos Drummond de Andrade, para denominar um projeto de colonização rural e urbana próximo a Juara, de José Pedro Dias, o Zé Paraná, e seu sócio Isaías Apolinário. O mineiro Drummond, Poeta Maior do Brasil, sugeriu a denominação da futura cidade atendendo solicitação de seu amigo Hermano Moisés, genro de Isaías. Num encontro em São Paulo, Hermano disse a ele que o sogro estava colonizando uma área em Mato Grosso, mas que a mesma ainda não tinha nome. “Encontre um nome bonito pra aquilo!”, pediu Hermano. Drummond, de imediato o atendeu. Assim, em 17 de agosto de 1984, exatamente três anos antes de sua morte, o Poeta inscreveu</p> |

⁷⁸ Biblioteca IBGE: Histórico de Nova Ubitatã. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 28/08/2018.

seu nome na história da colonização de Mato Grosso, ao denominar de Tabaporã – uma vila que surgia nos confins amazônicos⁷⁹.

d) FN Nova Xavantina: A denominação de Xavantina provinha do **nome dado ao povo primitivo da região – o xavánte. No entanto, a denominação xavánte foi dada pelos segmentos da vida nacional.**⁸⁰[Grifo nosso].

e) FN Campo Novo do Parecis: Primeiramente a localidade foi chamada de **Campos Novos, denominação que se confundia com a estação telegráfica de Rondon**, na região de Vilhena. Aos poucos, o nome foi mudado para **Campo Novo** e em 1981, foi feita doação de 293 hectares de terras para formação de um patrimônio, com essa denominação. A Lei nº 5.315, de 04 de julho de 1988, criou o município, já com o nome atual de **Campo Novo do Parecis**⁸¹. [Grifo nosso].

f) FN Juara: Dentre os pioneiros da cidade há controvérsia em relação ao topônimo **Juara**. Uma das versões é de que sua origem vem da língua tupi, significando **“moça bonita”, sendo a mais bem aceita**. A outra versão é atribuída a José Olavo Giraldes Gonçalves, antigo diretor da Sibal, que teria juntado as palavras Juruena e Arinos, numa referência geográfica e formado a palavra **“Juarinos”**, mais tarde simplificado para **Juara**. (FERREIRA, 2008, p. 107). [Grifo nosso].

Fonte: Construção própria

Em (a) Nova Ubitatã, o nome Ubitatã integra a formação nominal pela gradação de pertinências enunciativas que significam nos nomes Fazenda Ubitatã, núcleo Ubitatã e Patrimônio de Ubitatã. Essas designações expõem a relação dos primeiros colonos provindos do município de Ubitatã, no estado do Paraná. Segundo a história do município, o nome Ubitatã “é de origem tupi-guarani e significa madeira dura, e foi escolhido devido à exuberância de suas matas ricas em espécies como peroba, jacarandá, cedro.⁸²”

Assim, observa em alguns nomes hídricos, que se deslocaram para Mato Grosso, tendo em vista o processo colonizador, que o nome Ubitatã também segue o mesmo movimento e integra a formação nominal Nova Ubitatã por condensar as enunciações do deslocamento dos pioneiros para esta localidade. O termo “Nova” é acrescido ao nome para distingui-lo do

⁷⁹ **Drumond para sempre em Mato Grosso.** Disponível em: <http://www.boamidia.com.br> Acesso em: 12/04/2021.

⁸⁰ Biblioteca IBGE: Histórico de Nova Xavantina. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

⁸¹ História da cidade. Disponível em <https://www.camponovodoparecis.mt.gov.br> Acesso em: 10/05/2021

⁸² In: SPERANÇA, A. et al. **Ubitatã: História e Memória.** Ubitatã: PR. Edição do autor, 2008.

município paranaense. Conforme disposto nas orientações para a oficialização de nomes, o município mais antigo permanece com o nome original.

Em (b) Tapurah, está em funcionamento a perspectivação do nome próprio José Tapurá, chefe da tribo *iránxe*, que participou do início das atividades colonizadoras daquela localidade e é homenageado na nomeação da Colonizadora Tapurah. O nome foi escolhido pelos seus representantes, em reconhecimento a este cacique: “A amizade indígena desse chefe representava o reconhecimento ao valor dos povos indígenas. A família Tenuta prezava o cacique, assim, deu o nome dele à nascente colonização.”

Ao tomar o nome Tapurah, enquanto formação nominal, compreendemos que esta estrutura articula o nome de origem Tapurá a uma unidade que agrega sentidos de atualização para o nome, conforme o enunciado – “Para designar a modernidade, os tempos de progresso, se usou o estratagema da linguagem telegráfica, onde o “*h*” como última sílaba significa acento agudo.” Embora a letra “*h*”, ao final de palavra, não constitua valor fonético na língua portuguesa, ela produz distinção no campo enunciativo, dados os referenciais que permeiam o funcionamento dessa unidade na linguagem tecnológica, que sustentam pertinências para a FN, na contemporaneidade.

Podemos dizer que a apresentação do nome oficial Tapurah, pela grafia que se distingue do nome próprio original, pode também significar a distinção pelos modos de regulação oficial do Decreto-Lei n. 5901 de 1943 e Lei Complementar n. 46, de 21 de agosto de 1984, que proibiam a inserção de nomes de pessoas vivas em designações de topônimos. Assim, o novo nome constituído pela diferença gráfica significa pela ancoragem em novas determinações de sentidos.

De acordo com Gelinski e Fernandes (2018, p. 285), a partir de uma análise discursiva, pode-se compreender o atravessamento do discurso colonizador no nome Tapurah, enquanto o nome Tapurá, mantém a relação do indígena em seu espaço natural, ou seja, “Tapurah e Tapurá se historicizam diferentemente em suas formas, mesmo sendo as mesmas pronúncias.” (Idem).

Em (c) Tabaporã, a enunciação que cria o nome para a cidade, se apresenta por uma perspectivação que atualiza os sentidos do nome da habitação indígena para designar um novo espaço, transformado pela colonização moderna. A composição do nome *taba*, que se origina do tupi *tawa*, designa povoação, aldeia de ameríndios + *porã*, *poranga*, que significa bonito,

belo, formoso: aldeia bonita, casa bonita⁸³, e se perspectiva por uma designação que se dispersa do referencial primitivo para o urbano, que atualiza a significação como “Cidade Bonita”. Credita-se à criação do nome ao poeta Carlos Drummond de Andrade, que mantinha relações de amizade com os colonizadores dessa região de Mato Grosso. O nome da localidade está inserido na primeira demarcação político-administrativa da localidade como gleba Tabaporã, instituída no ano de 1986.

Em (d) Nova Xavantina, o nome é formado pela articulação do convergente *nova* acrescido do etnônimo *xavánte*⁸⁴ + formativo [-ina]. Os povos xavánte possuem a autodenominação *A'uwe* ou *A'uwe uptabi* “gente de verdade”. Apesar de muitas referências afirmarem que a etimologia do etnônimo “xavánte” seja desconhecida, vemos que os seus sentidos se constituem historicamente:

[...]Sabe-se que se trata de um nome dado pelos portugueses no século XVI para designar vários povos que viviam no cerrado ao norte de Goiás, entre os rios Tocantins e Araguaia. Esta denominação atualmente refere-se a três grupos distintos: os Oti-Xavánte, os Opayé Xavánte e os Akwen Xavánte (Giaccaria e Heide, 1972; Flowers, 1983a; Maybury-Lewis, 1984) [...]. (GUGELMIN, 2001, p. 11)⁸⁵.

O processo de fundação do município se inicia com a Villa Xavantina que, mais tarde, é transformada em distrito Ministro João Alberto. Xavantina se constitui como o marco da Expedição Roncador-Xingu, fincado no dia 14 de abril de 1944.

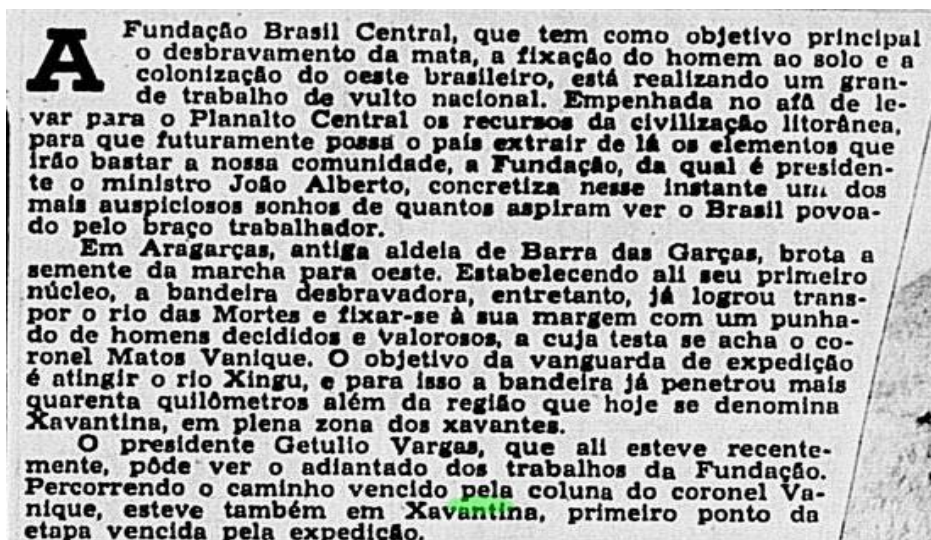
Em um recorte do jornal *A Noite*, de 1945, podemos observar que Xavantina é referida como “primeiro ponto de etapa vencida pela expedição”, no processo que marca as atividades da expedição no interior do movimento Marcha para o Oeste.

Vejamos o recorte:

⁸³ In: (FERREIRA, 2008, p. 218).

⁸⁴ O nome está grafado de acordo com lista elaborada para a grafia de nomes tribais brasileiros. (1953). Revista de Antropologia, vol.2, n. 2, dezembro, 1954.

⁸⁵ De acordo com o Instituto Socioambiental, esses grupos não compartilham características históricas ou sociológicas em comum, por isso, não devem ser confundidos. As relações de semelhança se mantêm apenas no nome “xavante” atribuído por não-índios para distinguir dos demais *Acuen*, particularmente, em relação aos “xerente”, do qual se separaram por volta de 1820 ainda na Província de Goiás.



Fonte: Jornal A Noite – Rio de Janeiro – ano 1945.

Com o desenvolvimento da região, nasce o povoado de Nova Brasília, defronte ao distrito Ministro João Alberto, separado pelos limites do Rio das Mortes. Afirma-se que, por questões de conveniência, houve a divisão no estabelecimento de dois distritos, mas que pertenciam ao mesmo território. Assim, quando se efetiva a criação do município de Nova Xavantina, o acontecimento se configura pelo conflito político entre as duas localidades:

Quando a região progrediu e chegou o momento da criação do município, as duas sedes distritais lutaram pelo nome. Apaziguaram-se os ânimos com a escolha de nome conciliador. **De Nova Brasília se tomou o termo Nova, e se lhe agregou o de Xavantina.** O município com nome de Nova Xavantina foi criado a 3 de março de 1980, pela Lei Estadual n. 4.176. [Grifo nosso].

A denominação “nova”, de Nova Xavantina, não nasceu por diferenciação de algum município denominado Xavantina, mas por razão interna de uma povoação, que fundiu duas outras anteriores. (FERREIRA, 2008, p.147). [Grifo nosso].

O nome Xavantina vai aparecer também como nome do município de Xavantina, estado de Santa Catarina, criado como distrito em 23 de agosto de 1956 e elevado à categoria de município, com mesmo nome, em 13 de dezembro de 1963. A história de fundação dessa localidade pode se relacionar com a história de Nova Xavantina (MT), conforme histórico apresentado no site oficial do município, o nome Xavantina (SC) teria dupla origem:

Existem duas versões de origem do Topônimo Xavantina. Nome dado às indiazinhas pertencentes às tribos de índios Xavantes e homenagem a um

colonizador, Sr. Possan, proprietário do primeiro automóvel, que possuía terras em Nova Xavantina, cidade do Mato Grosso⁸⁶.

Ambas as cidades possuem memórias fundacionais distintas, mas carregam as marcas daquilo que as une, ou seja, a retomada de um nome que significou, anteriormente, em outro lugar e que se atualiza como pertinente nas enunciações fundantes do novo município.

Cabe ressaltar que o nome Xavantina já figurava como nome oficial do município localizado em Santa Catarina, desde 13 de dezembro de 1963, ou seja, anterior à oficialização do nome Nova Xavantina, em Mato Grosso, ocorrida em 1980. No entanto, conforme os relatos históricos, o convergente adjetival Nova não se fundamenta pela perspectiva de distinção de municípios homônimos, mas, por retomar o próprio movimento de emancipação político-administrativa que funde os nomes de duas localidades que constituíram o novo território.

Em (e) Campo Novo do Parecis, a fundação do município e a composição do nome têm a formação histórica intimamente ligada à frente de trabalho da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso e Amazonas (1907), liderada por Marechal Cândido Rondon. Os serviços de linha telegráfica seguiram tanto pelo Oeste quanto ao Leste da localidade posicionada que funda o município.

Santos (2017) faz uma reflexão sobre as memórias dos indígenas Paresi⁸⁷ que atuaram juntamente à comitiva de Rondon em Mato Grosso. Os “guias paresi” auxiliavam a comissão fornecendo acampamento em suas aldeias e alimentação. A relação entre os indígenas e a atuação da Comissão Rondon podem promover a caracterização desses povos como “índios de Rondon”, numa alusão à diferenciação entre selvagens e não selvagens “Enquanto outros indígenas eram considerados selvagens, sem contato, os Paresis demonstravam ser calmos e não agressivos, pelo contrário, buscavam ser passivos.” (Idem, p. 177).

O convergente “do Parecis” que integra a formação nominal Campo Novo do Parecis é atribuição dada aos povos *Halíti*, encontrados por Rondon na localização do planalto

⁸⁶ História. Disponível em: < <https://www.xavantina.sc.gov.br> > Acesso em: 28/08/2021.

⁸⁷ O nome está grafado de acordo com lista elaborada para a grafia de nomes tribais brasileiros. (1953). **Revista de Antropologia**, vol.2, n. 2, dezembro, 1954.

denominado Parecis. Este nome de origem etimológica desconhecida teria sido atribuído por conquistadores espanhóis no século XVI.

Assim, na FN Campo Novo do Parecis há uma rede de atualização dos nomes que se constituíram para a localidade pela distinção ao nome da estação telegráfica Campos Novos, articulando sentidos da memória de constituição das linhas telegráficas em Mato Grosso e dos povos indígenas que mantiveram em uma relação de proximidade com o líder de trabalho da comissão.

Como ressaltamos no item 3.1, desta seção, o referencial histórico das homenagens, comumente é constituído a partir de perspectivas que indicam a relevância histórica e social de personalidades que fazem parte da memória local ou nacional, em que o nome próprio de pessoas passa a ser a unidade designativa dessa localidade. Na seção 4.2.3 vimos que as perspectivas filiadas ao referencial das homenagens se ampliam no campo enunciativo, tendo em vista a atualidade do dizer de cada nome no acontecimento da enunciação que se expõe a outros referenciais como (o colonizador, o empresarial, da amizade etc.).

Em (f) Juara, observamos um quadro de dispersões entre os referenciais que mobilizam sentidos para o nome. A primeira perspectiva advém do significado do nome de origem indígena como “moça bonita”, e a segunda perspectiva se mantém pela observação da formação nominal que aglutina os nomes hídricos “Juara e Arino”. Nesse conflito de referenciais, a primeira perspectiva se destaca no âmbito da pertinência enunciativa, como pode ser observado no enunciado (f) – “Dentre os pioneiros da cidade há controvérsia em relação ao topônimo Juara. Uma das versões é de que sua origem vem da língua tupi, significando “moça bonita”, sendo a mais bem aceita.”

Ao longo das análises, temos visto que a pertinência enunciativa de um dizer se apresenta por uma “demanda do presente” (DIAS, 2018b, p. 27), de significar algo de determinado modo, ou seja, aquilo que é dito evoca uma relação com recortes da memória e faz movimentar as formações nominais que se articulam na constituição de unidades nominais ou de enunciados.

Vimos que os sentidos da predicação “moça bonita”, que justifica a adesão da população ao nome Juara, vão ser mobilizados em outros momentos, e em enunciados cujos dizeres marcam a identidade local, como pode ser encontrado em um trecho do Hino Municipal⁸⁸:

Juara, moça menina,
És o espelho do Nortão,
O milagre que germina,
Neste pedaço de chão,
Vejo teu perfil seguro,
Na gravura de teus moços,
Na grandeza que o futuro,
Promete ao Mato Grosso. [Grifo nosso].

Nesse recorte, podemos dizer que as formações nominais: “Juara, moça menina/ O milagre que germina/Na gravura de teus moços/ na grandeza que o futuro, promete ao Mato Grosso”, se relacionam com um campo de pertinências que perspectivam a recém fundação por analogia à “moça”, pela juventude e perspectivas futuras de desenvolvimento e progresso.

De acordo com Cavichioli (2018, p.48), “dar significado ao nome Juara de moça bonita é descrever a região como local que prospera, que evidencia uma futuridade para residir e prosperar com seus familiares”. Nessa afirmação, a pesquisadora associa o imaginário da nomeação “pelas condições de produção de aparição do nome” (Idem). Podemos dizer que essa relação temporal se fundamenta pela articulação dos referenciais históricos e da pertinência enunciativa. Ao entrar em funcionamento nas enunciações fundacionais, o nome Juara adere às novas predicações que agregam as razões enunciativas contraídas pela articulação entre a memória e o presente de constituição das formações nominais.

4.5 Síntese dos modos de articulação em formações nominais de cidades

A partir de agora, pretendemos destacar quais foram as articulações contraídas pelas formações nominais observadas nos enunciados analisados nos itens anteriores. Começamos pelas ocorrências em que incidem articulações internas ao nome (intranominais), que se apresentam em nomes articulados a um formativo (sufixo), como ocorre em Acorizal, Sapezal, Araguaiana e Araguainha.

⁸⁸ Disponível em <https://www.juara.mt.gov.br>. Acesso em: 16/01/2022.

Pela abordagem enunciativa, os sufixos são compreendidos como formativos que se articulam em bases diversas, a partir da regularidade de uma determinada visão social:

especificamente, a articulação é mobilizada pelo processo social de construção do sentido, ancorada nas formas conhecidas e repetidas na língua (como os formativos) e atualizada nas realizações linguísticas, quando falamos ou escrevemos, motivadas pela maneira como tornamos pertinente essa fala ou escrita (informando, protestando, denunciando, solicitando etc.). (DIAS, 2021, p. 7, no prelo).

O funcionamento dos formativos, em articulação, tendem a apresentar novas perspectivas para palavras já existente e, assim, constituem um novo nome. A esses novos nomes observa-se uma movimentação de sentidos tendo em vista diferentes referenciais.

Recapitulamos alguns enunciados para exemplificar ocorrências das articulações intranominais:

Quadro-7 Articulações intranominais em nomes próprios de cidades – perspectiva de quantidade

Acorizal	Nome proveniente da árvore da família das Gutíferas (Platonia insignis), também denominada "bacuri", "uacuri" ou simplesmente " acori " abundante no município , de onde surgiu o topônimo ACORIZAL.
Sapezal	Sapé é uma espécie de capim da família das gramíneas, conhecido pelas propriedades de se cobrir ranchos. No dizer da língua Tupi é um capim brilhante, que ilumina, que "alumia". Ou seja, designa lugar de muito sapé .

Fonte: Construção própria

De acordo com Cegalla (2008, p. 102), o sufixo al “forma substantivos com ideia de coleção, agrupamento”, como ocorrem em substantivos comuns como cafezal, laranjal etc. Ao observarmos os enunciados descritivos que apresentam os nomes Sapezal e Acorizal, podemos dizer que essa regularidade também se apresenta na qualificação enunciativa dos nomes comuns sapê e acori pelo referencial de quantidade ou agrupamento desses elementos.

No entanto, do ponto de vista enunciativo podemos observar que o funcionamento dos formativos adquirem esta significação não por uma visão instrumental de acoplagem de sentidos. Para exemplificar essa afirmação, vejamos que a perspectiva de quantidade não se mantém, por exemplo, para palavras como “medicinal”, que se constitui como um adjetivo pelo referencial da propriedade/característica curativa de determinada substância ou, ainda, “superficial”, que tem suporte em um referencial histórico de medida, profundidade etc.

Nos casos das articulações intranominais em nomes próprios de cidades, observamos que as FNs contemplam as pertinências considerando a relação que os nomes mantêm com aquilo que designam: Acorizal - “acori” abundante no município e Sapezal designa lugar de muito sapé.

Quadro-8 Articulações intranominais em nomes próprios de cidades – perspectiva de origem

Araguaiana	Termo híbrido formado pelo topônimo “Araguaia” e pelo sufixo “ana”. Araguaia é topônimo de origem geográfica, em referência ao Rio Araguaia.
Araguainha	O nome é uma referência ao rio Araguainha, afluente do Araguaia.

Fonte: Construção própria

Nos nomes Araguainha e Araguaiana, observamos que a articulação entre a base formante Araguaia e os sufixos -inha e -ana mantém como referencial os aspectos geográficos das localidades, especificamente o Rio Araguaia e Rio Araguainha. Em Araguainha, a articulação do sufixo -inha se constitui, primeiramente, pela pertinência de nomear um rio afluente do Araguaia e em Araguaiana há uma relação de pertencimento ao território banhado pelo Rio Araguaia.

Nos casos expostos acima, podemos observar que os formativos não são unidades de acoplagem de sentidos, como se estes fossem dados à priori, mas são unidade que se agregam às bases formantes por condensar enunciados pertinentes à atualidade do dizer, por estarem sempre expostos a novos sentidos.

Assim, o olhar enunciativo sobre as articulações intranominais nos oportuniza observar para além dos processos morfológicos envolvidos na constituição de palavras em uma língua mostrando como a significação das formas se fundamenta na linguagem.

Um segundo modo de apreender as articulações nas formações nominais pode ser observado pelas articulações que ocorrem externamente ao nome (internominais). Essas articulações podem ser apreendidas em nomes constituídos por grupos nominais, em nosso caso, temos construções nominais constituídas pela regularidade de um nome especificador + convergente adjetival, como ocorre nos nomes: Alto Araguaia, Alto Paraguai, Alto Taquari, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Nova Xavantina.

Quadro-9 A perspectivação do adjetivo alto

FN	Convergência Nascentes-X	Perspectivas
Alto Araguaia	nascentes do Rio Araguaia	localização
Alto Paraguai	nascentes do Rio Paraguai.	
Alto Taquari	nascente do Rio Taquari	

Fonte: Construção própria

Quadro-10 A perspectivação do adjetivo nova

FN	Convergência Nova-X	Perspectivas
Nova Mutum	Surgiram crises entre a população e a firma colonizadora. Assim, não se optou pelo nome de Mutum, dado pela firma, mas pelo de Nova Mutum, dando a entender que o progresso escapava das mãos da empresa.	Ruptura com o projeto colonizador
Nova Ubiratan	O município de Nova Ubiratã foi criado em 19 de dezembro de 1995, através da Lei Estadual nº 6.691. O termo "Nova" serve para diferenciar do já existente paranaense.	Distinção de homônimos/regulamentadora
Nova Xavantina	Quando a região progrediu e chegou o momento da criação do município, as duas sedes distritais lutaram pelo nome. Apaziguaram-se os ânimos com a escolha de nome conciliador. De Nova Brasília se tomou o termo Nova, e se lhe agregou o de Xavantina. O município com nome de Nova Xavantina foi criado a 3 de março de 1980, pela Lei Estadual n. 4.176.	Aglutinação de dois povoados

Fonte: Construção própria

Nas formações nominais dispostas nos Quadros 9 e 10 podemos observar que a convergência do adjetivo “Alto” e “Nova” agregam diferentes perspectivas de sentido que se materializam pelas convergências das FNs (nascentes – x e Nova-x), dada a entrada desses adjetivos em enunciados que atualizam os seus sentidos. Podemos dizer que, pela abordagem enunciativa, a significação dos nomes não se assenta nas noções instrumentais desses adjetivos

(alto – medida/nova – oposição à velha) etc., pois a constituição das nominalizações foram favorecidas pela mobilidade de sentidos que indicam as razões enunciativas para a mobilização das formas, tendo em vista a relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas.

Quadro-11 A perspectivação de nomes de pontos cardeais

FN	Convergência X – Pontos cardeais	Perspectivas
Guarantã do Norte	Em 13 de Maio de 1986, pela Lei nº 5.008, foi criado o município de Guarantã do Norte. Adotou-se o termo do Norte para diferenciar a cidade mato-grossense de outra, denominada Guarantã, no Estado de São Paulo.	Regulamentadora
Ipiranga do Norte	A denominação original do município é Projeto Ipiranga, tendo surgido de um projeto de colonização dentro do município de Tapurah. Com o passar dos tempos o nome foi alterado para Ipiranga do Norte, mantendo o nome original e acrescentado o termo "do Norte", para diferenciá-lo de município homônimo e localizá-lo geograficamente em Mato Grosso.	
Lambari D'Oeste	A denominação Lambari surgiu a partir de 1956, através de Luíz Vitorazzi, um dos fundadores da localidade. Este utilizou-se de todos os recursos para dar conforto e alimento aos seus familiares e, em certa ocasião, ao derrubar uma árvore sobre um riacho encontrou enorme quantidade de peixes (lambaris), municiou-se da melhor maneira possível, e pescou o que pode. A partir dessa época o sr. Luíz Vitorazzi denominou o curso d'água de Ribeirão Lambari. Algum tempo depois, a Colonizadora Rio Branco oficializou a denominação do córrego Lambari, incluindo-o nos mapas cartográficos que caracterizam esta porção territorial oestina. Por muitos anos o lugar ficou conhecido por Vilarejo do Lambari. O termo D'Oeste foi acrescentado para diferenciá-lo de outro município existente no Estado de São Paulo.	

Fonte: Construção própria

Na rede exposta no Quadro 11, observamos a convergência (X-Pontos cardeais) que articulam os nomes de origem indígena guarantã, ipiranga e lambari e os nomes de pontos cardeais (do Norte, D'Oeste).

Os nomes de cidades compostos pela convergência de pontos cardeais foram analisados por Souza e Velozo (2018, p. 86) e, segundo as autoras, esses nomes (pontos cardeais) “evocam, em princípio, o referencial da orientação/localização constituídos por um memorável de enunciações que remetem ao modo como o espaço geográfico foi dividido e significado.” Outro apontamento realizado pelas autoras também nos diz sobre o marco histórico distintivo de cidades homônimas.

Queremos acrescentar à essa reflexão, que o traço distintivo nas nomeações de Guarantã do Norte, Ipiranga do Norte e Lambari D’Oeste traz como referencial a perspectiva regulamentadora da Lei Complementar nº 46, de 21 de agosto de 1984, incorporada ao texto da Lei Complementar de 1 de novembro de 1967, que fixam as normas sobre repetição de topônimos de cidades e vilas:

Art. 9º - Visando a eliminar a repetição de topônimos de cidades e vilas, são estabelecidas as seguintes regras:

I - **quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, promover-se-á a alteração do topônimo**, ficando com a denominação original a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito;

II - no caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que o possuir há mais tempo; (BRASIL, 1984). [Grifo nosso].

Nessas três formações analisadas, podemos demonstrar que as razões enunciativas para a mobilização do traço distintivo têm como fundamento a legislação que padroniza os nomes de lugares no Brasil. A pertinência enunciativa, nesses casos, se sustenta por outros determinantes da enunciação que se projetam na relação dos nomes com enunciados que normatizam a criação de cidades no Brasil. Como podemos ver nos enunciados: a) Adotou-se o termo do Norte para diferenciar a cidade mato-grossense de outra, denominada Guarantã, no Estado de São Paulo; b) O nome foi alterado para Ipiranga do Norte, mantendo o nome original e acrescentado o termo "do Norte", para diferenciá-lo de município homônimo e localizá-lo geograficamente em Mato Grosso; c) O termo D’Oeste, foi acrescentado para diferenciá-lo de outro município existente no Estado de São Paulo.

Quadro-12 A perspectivação de nomes religiosos

FN	Convergência Nomes religiosos-X	Perspectivas
----	------------------------------------	--------------

São Félix do Araguaia	A denominação de São Félix foi dada no dia 20 de novembro de 1942, por ocasião da visita do bispo D. Sebastião Thomas Câmara ao incipiente povoado. A invocação a São Félix provinha do sofrimento do povo na conquista de uma terra povoada por nações indígenas, região de tensão social. Tomaram São Félix por padroeiro, acreditando que os protegeria contra os índios xavante , que habitavam a região e faziam incursões sobre o nascente povoado, pois não admitiam a ocupação de seu território [...].	Proteção divina das cidades
São José do Xingu	As primeiras famílias a se estabelecerem na região e a formarem o núcleo de povoação que deu origem ao município vieram de outros estados, especialmente do sul brasileiro, numa supremacia de mais de oitenta por cento. A 19 de maio de 1974, chegaram as primeiras mudanças, nesta data comemora-se o dia de São José. (FERREIRA, 2008, p. 208).	
Bom Jesus do Araguaia	Bom Jesus do Araguaia é o teu nome Que os homens eleitos a ti conduz Não deixando o poder subir a cabeça Reconheçam o bom exemplo de Jesus. ⁸⁹	

Fonte: Construção própria

Como temos demonstrado nas análises, a organização dos nomes nas formações nominais é estabelecida pelas enunciações das quais os nomes participam. Nos casos observados no quadro 12, a rede enunciativa (Nomes religiosos-X) dá visibilidade a uma prática social de nomear localidade brasileiras pelo lugar de dizer religioso dos fundadores/moradores desses lugares - que tomam como pertinentes as homenagens a São Félix, pela proteção contra as investidas dos índios xavantes no território; a São José, pelo marco histórico da chegada dos primeiros moradores do povoado coincidir com o dia de São José tornando-o padroeiro local; e a Jesus Cristo que, predicado como Bom Jesus, é tomado como padroeiro pelo bom exemplo para a população/gestores da cidade - ao passo que a convergência com os nomes hídricos de

⁸⁹ Hino e Brasão de Bom Jesus do Araguaia. Disponível em: <https://camarabomjesusdoaraguaia.mt.gov.br/o-munic%C3%ADpio/simbolos-e-hinos>>. Acesso em: 20/11/2020.

origem indígena se constitui pelas pertinências em indicar a localização dessas cidades às margens dos rios Araguaia e Xingu.

Migrando o nosso olhar para as FNs constituídas por unidades únicas, percebemos que essas unidades de sentido agregam em sua formação a relação com enunciados descritivos que mobilizam os referenciais históricos que rememoram os acontecimentos fundantes das cidades, como ocorre nas FNs: Apiacás (incide a convergência dos nomes Rio Apiacás, Serra dos Apiacás e o povo indígena Apiaká); Araputanga (a relação sinonímica mogno/araputanga, dada pela abundância desse tipo de madeira na localidade); Aripuanã (pela localização da cidade às margens do Rio Aripuanã); Canarana (pelo referencial religioso que remete o nome Canarana à cidade de Canaã); Guiratinga (pela abundância da ave/garça branca na localidade); Itaúba (analogia entre as qualidades da madeira itaúba com a identidade da população local); Itanhangá (nome dado a um fenômeno sobrenatural avistado pelos primeiros moradores); Itiquira (referência ao rio homônimo); Jauru (referência ao Rio Jauru); Jaciara (analogia entre a beleza natural da cidade e a personagem de mesmo nome na obra de Humberto de Campos); Juara (dispersão de referenciais entre a predicação “moça bonita” e a perspectiva que aglutina os nomes hídricos Juruena e Arinos); Juruena (pela localização da cidade às margens do Rio Juruena); Juína (pelo empreendimento colonizador do Projeto Juína, que toma parte do nome do Rio Juína Mirim); Matupá (pela pertinência da vegetação nativa, que se busca preservar na urbanização da cidade); Paranaíta (tomado do nome do Rio Paranaíta que faz divisa com o município); Paratinga (pela atividade de exploração garimpeira no Rio Paranatinga que proporciona a chegada dos primeiros moradores da Corruptela de Baixo); Poxoréu (pela localização da cidade às margens do Rio Poxoréu), Tabaporã (junção de dois nomes indígenas *taba* e *porã*, que etimologicamente tem o significado de casa bonita e é perspectivado como cidade bonita para designar a cidade); Torixoréu (localização próxima ao Morro Torixoréu), Cotriguaçu (Siglonimização do nome da Cooperativa dos Triticultores de São Miguel do Iguaçu e Tapurah (Homenagem a José Tapurá).

Desse modo, as análises empreendidas puderam nos mostrar que, pela abordagem enunciativa, a significação dos nomes não se assenta em noções instrumentais, etimológicas e gramaticais, pois concebemos os nomes como objetos sociais e enunciáveis que captam sentidos dados em coletividade pelos falantes no espaço de enunciação. Vimos que, a constituição das nominalizações foram favorecidas pela mobilidade de sentidos que indicam as

razões enunciativas para a mobilização das formas, tendo em vista a relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas.

CAPÍTULO V

NOMES DE CIDADES: IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA

[...] as palavras da história são nomes. Um nome identifica. Não classifica. (RANCIÈRE, 2014, p. 53)

No capítulo anterior, procuramos estabelecer um percurso de análise para demonstrar como as formas da língua são mobilizadas nas formações nominais de cidades tendo em vista um quadro disperso de perspetivações de sentidos. O nosso olhar, naquele momento, foi direcionado para a construção dos nomes em enunciados que dizem sobre os acontecimentos fundacionais das localidades. A partir da disposição desses enunciados, em redes enunciativas, conseguimos visualizar algumas regularidades que nos possibilitaram a compreensão das razões enunciativas que mobilizaram essas formas.

Neste segundo momento, direcionaremos o nosso olhar para a dinâmica das relações históricas e sociais, que afetam a enunciação de nomes próprios de cidades para identificá-las, oficialmente, como uma unidade do território mato-grossense, estabelecendo as relações dos indivíduos com a cidade. A nossa compreensão de memória é orientada pela definição de Dias (2018, p. 93), para quem ela é a “instância daquilo que já significou em outros campos de enunciação”.

O recorte apresentado, neste capítulo, apresenta o processo de nomeação da cidade de São José do Xingu-MT, e a observação das formações nominais designadoras que se configuraram para essa localidade como Povoado do Bang Bang e São José do Bang Bang. Estes nomes se apresentam pela tensão histórica constitutiva da identificação social que coloca um nome em língua inglesa (Bang-Bang) em disputa com um nome de origem em língua indígena (Xingu).

Veremos também que a enunciação desses nomes se articula com os dizeres sobre a localidade, apresentados em espaços populares e oficiais de dizer. Assim, pretendemos observar o movimento de identificação social que os enunciados contraem, articulando sentidos para os nomes nos espaços enunciativos, em que cada nome presentifica pertinências enunciativas ancoradas em distintos suportes referenciais de sentido.

5.1 Do Bang Bang ao Xingu: sentidos em convergência e em descontinuidade

a) Povoado do Bang Bang/São José do Bang Bang

Para iniciarmos a nossa reflexão, tomaremos um recorte do texto histórico do município de São José do Xingu. Este documento é composto por enunciados que dizem sobre a fundação e seu o processo de nomeação, segundo a primeira divisão político-administrativa, se inicia com a criação do distrito, seguindo até a última divisão territorial de emancipação, conforme as respectivas leis.

Vejam os recortes 1 e 2:

R1- História do Município: [1.1] A colonização do núcleo que deu origem ao município de **São José do Xingu** deu-se a partir da fixação da **nova fronteira agrícola brasileira, o Estado de Mato Grosso, na década de setenta**. Os incentivos fiscais permitiram que novas áreas fossem povoadas, aumentando o contingente populacional estadual e criando novas unidades de colonização. [1.2] O núcleo original de povoamento surgiu na **Fazenda Bang Bang**, que tinha este nome em função dos inúmeros casos resolvidos à bala. Consta na história oral pelos mais antigos moradores que qualquer pendenga se resolvia em tiros. **Lembrava os filmes de "bang-bang"** - daí o nome que se deu ao lugar: **Povoado do Bang Bang**. [1.3] Com o passar dos tempos, a comunidade incorporou o nome do santo, ficando **São José do Bang Bang**. Não ficava bem o nome do orago ao lado de lembranças desagradáveis que a palavra "bang-bang" sugeria. No início da década de noventa, optou-se pela alteração da denominação. Em 20 de dezembro de 1991, através da lei estadual nº 5.904, foi criado o município de **São José do Xingu**. [1.4] **A comunidade optou por deixar o nome do santo protetor no nome da localidade, São José, e acrescentar "do Xingu", em homenagem ao rio Xingu, que passa a 42 quilômetros da sede municipal e ao Parque Nacional do Xingu, que faz divisa com o município.** [Grifo nosso].

R2- Formação Administrativa: Distrito criado com a denominação de São José do Xingu, pela lei estadual nº 4295, de 26-05-1981, subordinado ao município de Luciara. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o distrito de São José do Xingu figura no município de Luciara. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de São José do Xingu, pela lei estadual nº 5904, de 20-12-1991, desmembrado do município de Luciara e São Félix do Araguaia. **Sede no antigo distrito de São José do Xingu (ex-povoado)**. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2001. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 2 distritos: São José do Xingu e Santo Antônio do Fontoura. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.⁹⁰[Grifo nosso].

⁹⁰ História do município. Disponível em <https://www.saojosedoxingu.mt.gov.br/Municipio/Historia-do-Municipio/> Acesso em: 15/10/2020.

Como ressaltamos no capítulo histórico, o processo de ocupação e desenvolvimento do estado de Mato Grosso, nas décadas de 70 e 80, do século XX, produziram significativas transformações nas áreas rurais e urbanas em todo território. O plano de interiorização do país, simbolizado pelo movimento Marcha para o Oeste¹, contribuiu, sobretudo, para a fundação de municípios constituídos a partir das políticas de integração de terras, que permitiram a vinda de colonos de várias regiões do país. A Expedição Roncador-Xingu, que oportunizou a criação do Parque Nacional do Xingu, também foi crucial para o surgimento de novos núcleos populacionais que deram origem às muitas cidades do estado de Mato Grosso.

Associado a este quadro, surge ao Nordeste do estado o município de São José do Xingu, que se inicia com a instalação do Povoado do Bang Bang, renomeado, mais tarde, como São José do Bang Bang. Esses três nomes se articulam no processo constitutivo da localidade e se ancoram em referenciais históricos que constituem a memória local. A enunciação desses nomes se relaciona à essas memórias, a partir de uma demanda do presente do enunciar que articulam esses nomes no acontecimento de enunciação.

Podemos dizer que os enunciados que dizem sobre a fundação do município são perspectivados pelos referenciais históricos da colonização. As demandas do presente para enunciar a localidade se articulam com o primeiro nome que determina a espacialidade e a caracterização político-administrativa como “núcleo”. Extraímos o primeiro recorte do texto para observar essas perspectivas na FN:

[SE 1.1] - A **colonização do núcleo** que deu origem ao município de **São José do Xingu** deu-se a partir da fixação da **nova fronteira agrícola brasileira**, o Estado de **Mato Grosso**, na **década de setenta**. Os **incentivos fiscais** permitiram que **novas áreas fossem povoadas**, aumentando o contingente populacional estadual e criando **novas unidades de colonização**[...]

Quadro13 - Rede enunciativa origem do município

Eixo enunciativo	Referenciais	Pertinência enunciativa
Colonização do núcleo	(1) Desenvolvimento agrícola de Mato Grosso	Nova fronteira agrícola, brasileira, o Estado de Mato Grosso, na década de setenta.

	(2) Condições de acesso às terras de Mato Grosso.	Incentivos fiscais/ Novas áreas povoadas/novas unidades de colonização
--	---	---

Fonte: Construção própria

No Quadro 13, as pertinências enunciativas que sustentam sentidos para a colonização do núcleo se relacionam com as perspectivas que a fazem significar como parte do processo de desenvolvimento econômico da unidade federativa Mato Grosso, predicada por “nova fronteira agrícola brasileira” e, também, por “novas áreas povoadas/novas unidades de colonização”, que posicionam a criação da localidade em relação ao processo de desenvolvimento territorial e populacional de Mato Grosso.

Na SE [1.1] retomamos a FN “década de setenta”, que exprime uma localização temporal não apenas como um marco cronológico, mas também a temporalidade de “um antes” que produz o efeito de continuidade do enunciado na relação com outros enunciados. Nesse caso, articulam-se os enunciados de colonização do núcleo com os acontecimentos de transformação de Mato Grosso, que ocorreram nesse período. Assim, a FN década de setenta se constitui como um referencial histórico temporal perspectivado pelos sentidos dos movimentos de colonização e desenvolvimento no Estado.

Dessa forma, vemos que os sentidos que funcionam na colonização do núcleo, que dá origem ao município de São José do Xingu, não são inaugurais, pois “o enunciado comporta inexoravelmente uma reivindicação de pertinência dessa relação, constituída no recorte do memorável pelo qual o nome é tomado na história frente aos referenciais do tempo enunciativo.” (DIAS, 2016, p. 48).

Os referenciais históricos de colonização também se constituem como um marco enunciativo para a nomeação oficial da localidade. Conforme apresentado no R2 (p. 110), o nome São José do Xingu é oficializado pela Lei estadual nº 4295, de 26-05-1981, que cria o distrito. Dez anos após a sua instalação, o distrito alcança a emancipação e é elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 5904, de 20-12-1991, permanecendo com o mesmo nome.

Vejamos o recorte 2 do texto:

R2-Distrito criado com a denominação de São José do Xingu, pela lei estadual nº 4295, de 26-05-1981, subordinado ao município de Luciara. Em

divisão territorial datada de 1-VII-1983, o **distrito de São José do Xingu** figura no município de Luciara. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. **Elevado à categoria de município com a denominação de São José do Xingu**, pela lei estadual nº 5904, de 20-12-1991, desmembrado do município de Luciara e São Félix do Araguaia. **Sede no antigo distrito de São José do Xingu (ex-povoado)**. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2001. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 2 distritos: São José do Xingu e Santo Antônio do Fontoura. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. [Grifo Nosso].

Seguindo a leitura desse recorte que diz sobre a formação administrativa, nos chama a atenção no enunciado “Sede no antigo distrito de São José do Xingu (ex-povoado)”, o aposto constituído pela expressão (ex-povoado), funciona na perspectiva enunciativa como um convergente posicional por se relacionar ao elemento anterior por uma unidade explicativa.

No entanto, a oposição estabelecida entre a articulação de “ex-povoado” com o nome São José do Xingu, sobrepõe-se a existência do primeiro nome da localidade “Povoado do Bang Bang”, pois conforme o texto histórico, as nomeações primitivas da localidade foram: “Povoado do Bang-Bang” e “São José do Bang-Bang”.

As primeiras nomeações do povoado demonstram a relação dos primeiros habitantes com as condições de convivibilidade e das práticas sociais compartilhadas entre a população, naquele momento. A partir daí percebemos que há uma identificação social da população com a expressão “Bang-Bang”, que passa a integrar as formações nominais designadoras dessa localidade.

Vejamos essas relações nos recortes a seguir:

R1- [1.2] O núcleo original de povoamento surgiu na **Fazenda Bang Bang**, que tinha este nome em função dos inúmeros casos resolvidos à bala. Consta na história oral pelos mais antigos moradores que qualquer pendenga se resolvia em tiros. **Lembrava os filmes de "bang-bang"** - daí o nome que se deu ao lugar: **Povoado do Bang Bang**. [Grifo nosso].

R2- O primeiro proprietário da **Fazenda Bang Bang** foi o Sr. Mauro Pires Gomes, entre 1983 e 1985, começou com o desmatamento na área. Muitos trabalhadores vieram nesta época para o município atraídos pelas empreiteiras de trabalho, e assim, aumentando o movimento de pessoas na cidade. **Muitas brigas aconteceram neste período, um verdadeiro Bang Bang**. Algumas pessoas dizem que o nome da Fazenda vem em decorrência destes acontecimentos, mas o Sr. Mauro Pires **já havia nomeado a Fazenda como Bang Bang, pois o nome já fazia parte do nome da cidade, São José do**

Bang Bang. O Sr. Mauro Pires veio a falecer em 17 de Abril de 1985, vítima de acidente aéreo⁹¹.

R3- BANG-BANG. Primitiva denominação de São José do Xingu, nordeste de MT, vizinho ao Parque Nacional do Xingu. **O termo Bang-Bang é alusão ao som forte e súbito da detonação de arma de fogo, notadamente revólveres.** A melodia furiosa, irascível e colérica, **violentava** a razão nas constantes **desavenças** motivadas por **disputas** pela posse do solo nos primeiros tempos de ocupação do lugar, quando o **uso de armas** tornou-se comum e banal na solução dos problemas com terras e venda ilegal de madeira. Prevaleceu por muitos anos a lei do mais forte, do semblante severo e fel na garganta[...]⁹². [Grifo nosso].

R4-São José do Xingu é o nome oficial da cidade organizada em torno de uma serraria, nos anos 1970, e que, **por causa do grande número de mortos em brigas, no passado recente, foi popularmente batizada de Bang-Bang.** Hoje, no parque, todos se referem a ela simplesmente como **Bang.**⁹³ [Grifo nosso].

Dos recortes dispostos acima, vamos mobilizar alguns enunciados que tematizam o nome “Povoado do Bang Bang”. Ao tomarmos a formação desse nome, pelo conceito de formação nominal, buscaremos, em primeira instância, observar as razões enunciativas da convergência de enunciados que se condensam na forma desse nome.

A seguir apresentamos uma rede enunciativa para observar os enunciados que participam dessa confluência na FN Povoado do Bang Bang.

Quadro 14: Constituição da unidade nominal Povoado do Bang Bang

Rede de enunciados descritivos	Inúmeros casos resolvidos à bala
	Qualquer pendenga se resolvia em tiros
	Lembrava os filmes de bang-bang
	Alusão ao som forte e súbito da detonação de armas de fogo, notadamente revólveres
	Muitas brigas aconteceram neste período, um verdadeiro bang bang.
Condensação	Grande número de mortos em briga ↓
Unidade nominal em posição temática	Povoado do Bang-Bang

Fonte: Construção própria

⁹¹ Fazenda Bang-Bang. Disponível em: www.fazendabang-bang.com.br/Acesso em: 30/04/2019.

⁹² Disponível em < <https://portalmatogrosso.com.br>> Acesso em: 30/04/2019.

⁹³ Anais do Senado Federal – outubro de 1996.

No capítulo IV, vimos a constituição de nomes que se deram pela apreensão de articulações internominais e intranominais, agora veremos uma ocorrência de articulação subnominal.

As articulações subnominais ocorrem pela condensação de enunciados descritivos ou definidores em uma unidade nominal “que adquiriu uma estabilização social na relação entre os referenciais históricos e a pertinência enunciativa, ao ponto de se condensar em um nome”. (DIAS, 2018a, p.121). Essa dimensão articulatória leva em consideração as relações de sentidos socialmente configuradas, em que enunciados descritivos sustentam pertinências enunciativas que determinam os nomes.

No Quadro 14, observamos a constituição da FN Povoado do Bang Bang, que toma o nome da língua inglesa (Bang-Bang) em sua formação, vemos que este nome integra enunciados que produzem sentidos socialmente pertinentes para os moradores que assemelham o cotidiano violento do povoado às cenas dos filmes de faroeste: “muitas brigas aconteceram neste período, um verdadeiro bang bang”, “lembrava os filmes de bang-bang” etc. Nesse sentido, considera-se que o nome Bang Bang “resume uma história enunciativa da percepção das entidades expressas nos enunciados descritivos. Essa percepção das entidades e situações advém da constituição do seu sentido na história. (Idem, p. 120).

A partir dos enunciados dispostos em rede podemos perceber que há uma relação entre a memória cinematográfica dos “filmes de bang-bang” com a atualidade do acontecimento enunciativo que nomeia o povoado; o histórico de enunciações populares, que faz alusão ao cenário caótico dos filmes, se constituiu como socialmente pertinente para a população. Assim, observamos que os enunciados que constituem a unidade nominal do povoado possuem adesão com dizeres constituídos em outro lugar, as cenas do cotidiano local são perspectivadas pelos moradores em analogia à memória cinematográfica norte-americana.

A expressão bang-bang, de etimologia inglesa, é apresentada no dicionário *Houaiss da língua portuguesa* (2009, p. 254), adaptada ortograficamente como *bangue-bangue*, vejamos:

bangue-bangue s.m. (1975) **1.** Troca de tiros; tiroteio **2** m.q FAROESTE (CINE LIT) **3.** Troca de insultos, acusações etc.; altercação. GRAM pl.:bangue-bangues. ETIM ver *bangue*

bangue s.m 1. Ruído estrepitoso, repentino e de breve duração, estouro, fragor. *Interj.* Imita o som de uma pancada, disparo, explosão etc. ETIM ing. *bang* ‘pancada, explosão violenta’

Ao relacionar os enunciados do Quadro 14 com as acepções apresentadas pelo dicionário compreendemos como a expressão “bang-bang” adquire nominalidade, integrando enunciados que constituem temáticas pertinentes para a sociedade.

Inicialmente, a expressão passa a ter existência social e linguística, por meio de um nome que pertence à língua inglesa, em seguida, através das relações linguísticas articuladas a enunciados que dizem sobre a produção cinematográfica, passa a designar um estilo de filme, na relação que faz com “faroeste” (nome atribuído à região ocidental do continente norte-americano), mais tarde, a disseminação desses filmes, no cenário internacional, se constitui como um acontecimento específico que produz o movimento migratório do termo para outros espaços. Por fim, a assimilação de referenciais dos sentidos da expressão, convergem para a nomeação de lugares, ou seja, há um movimento de sentidos que produz uma história enunciativa para a expressão “bang-bang” e à medida que ela vai sendo enunciada, ocorre uma atualização temporal de sentidos.

Nesse movimento nos perguntamos, como a expressão Bang-Bang produz sentidos ao integrar enunciados em língua portuguesa?

Enunciar nomes de outras línguas no espaço de enunciação do Brasil, que toma a língua portuguesa como língua oficial, significa dizer que os falantes de língua portuguesa estão, de algum modo, afetados por esta relação com a língua inglesa e demais línguas que se encontram distribuídas de forma desigual neste espaço. A desigualdade na distribuição de línguas trata-se, antes, de uma divisão política que institui a disputa pela palavra e o litígio entre as línguas em convivência nesse espaço.

Para Guimarães (2005a, p.16), o político ou a política é:

caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que lhe seja negada.

Dessa forma, a expressão em língua inglesa, quando enunciada no espaço de enunciação do português do Brasil, mostra a força do litígio que há nesse espaço, ou seja, a inclusão do termo em inglês no sistema linguístico do português demonstra fortemente essa divisão. Nesse sentido, falar português é estar afetado por estas divisões que caracterizam o espaço de enunciação da língua portuguesa, espaço constituído pelas relações entre falantes e línguas, em que a Língua Portuguesa convive com as demais línguas que se articulam no espaço. Nesse caso, a enunciação se dá pelo agenciamento específico da língua, em que línguas e falantes são tomados por agenciamentos enunciativos configurados politicamente.

Dias (2016, p. 37) acrescenta que o funcionamento político no espaço de enunciação toma esse espaço como “um lugar de identificação dos enunciados, no qual os falantes enunciam, tendo em vista uma pertinência na relação com enunciados de outros falantes.” Isso significa que as pertinências enunciativas também são construtos dessa divisão política. Quando uma expressão como “bang-bang”, por exemplo, entra em funcionamento nos enunciados, a enunciação dessa expressão adquire pertinência por se relacionar a outros termos e expressões em funcionamento no uso presente da língua portuguesa.

Dessa maneira, quando se enuncia a expressão “bang-bang” como nome para um lugar no Brasil, este nome não produz sentido de forma isolada, pois faz parte de um acontecimento de enunciação, cujo acontecimento supõe a articulação entre o termo e o enunciado do qual faz parte e a articulação do enunciado do qual ele faz parte com outros enunciados, esse movimento produz uma retomada ou atualização dos sentidos sociais para esse nome.

Adiante, podemos visualizar como o nome do povoado é formado na enunciação, pela articulação dos referenciais sociais que adquire pertinência articulados aos referenciais históricos da expressão “bang-bang”:

Quadro 15 - Rede enunciativa Fazenda Bang-Bang e Povoado do Bang Bang

Eixo enunciativo	Referenciais em convergência	Pertinência
Cenas do cotidiano local	Conflitos armados/ Memória cinematográfica	Fazenda Bang-Bang
		Povoado do Bang Bang

Fonte: Construção própria

A rede exposta nos mostra que, pela nomeação, é possível observar um recorte do memorável que se tem do povoado, através de nomes que agregam perspectivas da sociedade. Como vimos, a expressão “bang-bang” aglutina um conjunto de falas que dizem sobre os modos conflituosos de vida dos primeiros moradores do povoado. Os fundamentos em que se apoiaram essas relações sociais foram determinantes para a produção de sentidos na constituição do nome “Povoado do Bang Bang”.

Seguindo a trilha da história de fundação do município, encontraremos enunciados que dizem sobre o processo de renomeação desse povoado, ao qual outros nomes são agregados à sua estrutura, como “São José do Bang Bang”.

Vejamos o recorte a seguir:

R1- [1. 3] Com o passar dos tempos, a comunidade incorporou o nome do santo, ficando **São José do Bang Bang**. Não ficava bem o nome do orago ao lado de **lembranças desagradáveis que a palavra "bang-bang" sugeria**. No início da década de noventa, **optou-se pela alteração da denominação. Em 20 de dezembro de 1991**, através da Lei estadual nº 5.904, **foi criado o município de São José do Xingu**.

O nome “São José” integra a formação nominal ao adquirir pertinências constituídas na relação da Igreja católica com a fundação do povoado, no dia 19 de março de 1974, de acordo com o calendário católico neste dia é comemorado o dia de São José.

Nesse sentido, vemos que o enunciado “a comunidade incorporou o nome do santo, ficando São José do Bang Bang” expõe as vozes de uma comunidade que cultiva a religião, por tomar São José como padroeiro da localidade. Os sentidos de determinação do nome São José passam a incidir sobre o nome “Bang-Bang”, indicando uma relação de referenciais em contraste, sendo que “São José” agrega referenciais de religiosidade, paz e proteção e “Bang-Bang” agrega referenciais da memória local do povoado marcada por episódios de violência.

Na rede enunciativa exposta no Quadro 16, explicitaremos os fundamentos do contraste entre os referenciais na formação do nome São José do Bang Bang:

Quadro 16 - Rede enunciativa São José do Bang Bang

Eixo enunciativo	Referenciais	Pertinência enunciativa
-------------------------	---------------------	--------------------------------

Renomeação do povoado	1) Religiosidade da população	São José
	2) Memória de fundação do povoado	Bang-Bang

Fonte: Construção própria

Podemos dizer que, isoladamente, São José e Bang Bang são nomes que não possuem articulação de sentidos, no entanto, as relações linguísticas que articularam os nomes sustentam pertinências para as suas convergências na FN. As relações de sentidos foram contraídas não na somatória das unidades, mas na relação dos nomes com os dizeres sobre o povoado, pois ambos dizem algo sobre ele e o identificam de tal modo.

Vemos que na sequência de [1.3], enuncia-se que população deliberou por um novo nome na emancipação político administrativa do município, conforme dito no enunciado: “No início da década de noventa, optou-se pela alteração da denominação”. As razões enunciativas para a alteração da denominação decorreram pela desidentificação popular com a expressão “Bang-Bang”, conforme pode ser apreendido no enunciado “Não ficava bem o nome do orago local ao lado de lembranças desagradáveis que a palavra "bang-bang" sugeria.”

Embora o nome São José do Bang Bang seja silenciado no texto de formação administrativa, percebemos que a identificação social da população com este nome agregou uma “força enunciativa” que o manteve em funcionamento nas enunciações sobre a localidade.

A desidentificação do nome São José do Bang Bang, contraída pelas perspectivas de sentidos em descontinuidade, ou seja, pelo conflito de sentidos na articulação entre “São José” e “Bang Bang”, constituem um cenário favorável para que o nome São José do Xingu seja evocado como a identificação oficial. Ademais, o nome São José do Xingu também encontra respaldo nos decretos vigentes, que orientavam o não uso de nomes estrangeiros nas nomeações de cidades.

Vemos então que, por força dos decretos, a enunciação oficial produz uma divisão enunciativa de funcionamento para os dois nomes, em que o nome “São José do Bang Bang” se constitui como uma marca da identificação local, que se vincula à memória de fundação do povoado. Efetivamente, o nome “Bang-Bang” se marca no enunciado pela memória de “lembranças desagradáveis”, da qual pretende se desvincular.

Assim, podemos considerar que há uma relação de sentidos que não é empírica, pois enuncia-se aquilo que se pode enunciar e ao enunciar constrói-se condições para se falar das coisas. Desse modo, enunciar São José do Bang Bang, como nome oficial, passa a não significar aquilo sobre o que se fala.

b) São José do Xingu

Como vimos, a memória de enunciações dos nomes Povoado do Bang Bang e São José do Bang Bang apontam uma reconfiguração da designação que elas rememoram projetando outros sentidos. Como pudemos observar nos enunciados, esses sentidos foram articulados em descontinuidade, dado o conflito entre os referenciais históricos.

Dessa forma, ao retomarmos esses aspectos na análise da formação nominal “São José do Xingu”, percebemos que essa FN condensa um cruzamento de espaços de enunciação, nas quais a memória histórica da cidade e do território se articula com outros referenciais que presentificam as pertinências enunciativas para o nome. Vejamos essas relações no recorte a seguir:

[1.4] A comunidade optou por deixar o nome do santo protetor no nome da localidade, São José, e acrescentar "do Xingu", em homenagem ao rio Xingu, que passa a 42 quilômetros da sede municipal e ao Parque Nacional do Xingu, que faz divisa com o município.

A atualização do nome São José do Xingu mantém os sentidos da relação do povoado com a Igreja católica acrescidos aos sentidos de pertencimento ao território “do Xingu”, os aspectos relativos à configuração territorial que circunda “o rio Xingu” e o “Parque Nacional do Xingu” participam como elementos da pertinência enunciativa do nome.

Assim, a articulação do nome pode ser apreendida conforme relações apresentadas no Quadro 17:

Quadro 17 - Rede enunciativa São José do Xingu

Eixo enunciativo	Referenciais	Pertinência Enunciativa
-------------------------	---------------------	--------------------------------

Oficialização do nome	Relações de sentido entre Igreja (São José) território (do Xingu) e Estado (lei n. 5.901)	São José do Xingu
-----------------------	---	-------------------

Fonte: Construção própria

Conforme *Dicionário Ilustrado TupiGuarani*⁹⁴, “a etimologia do nome “Xingu” é desconhecida, “estudiosos acreditam que a tradução seria “Casa dos Deuses”, sem a certeza de qual seria sua verdadeira raiz subjacente”. Já Antenor Nascentes (1952) apresenta a etimologia que se constitui por “xin” (tin, tsin ou txin) + “gu” “gua”, que significa grande quantidade de água que escoar por uma ponta.

Sobre a questão da etimologização de palavras indígenas, Navarro (2013, p. 537) nos diz que, na elaboração do *Dicionário Tupi Antigo*, foram selecionados cerca de 2.000 topônimos e antropônimos, conforme suas respectivas etimologias, no entanto, muitas palavras não puderam ser etimologizadas por inúmeros fatores, uma delas são as modificações na composição das palavras que impossibilitam a aproximação com a sua raiz.

No entanto, podemos dizer que, apesar da inexistência de um saber sobre a descrição etimológica, o nome Xingu se constitui como um marco enunciativo no estabelecimento de nomes de lugares no Brasil. Este nome passa a integrar a nomeação de diversos lugares, através do referencial hídrico Rio Xingu, que tem o início de seu percurso no estado de Mato Grosso e aflui no Rio Amazonas, percorrendo uma extensão de aproximadamente 2.700 Km⁹⁵.

Em Mato Grosso, o nome Xingu integra as formações nominais São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu, nomes de municípios do estado do Pará São Félix do Xingu, Xinguará e Vitória do Xingu. Todas essas localidades se relacionam com o hidrônimo, tendo em vista as pertinências enunciativas que se constituem pelas perspectivas de localização e das relações históricas, políticas e territoriais que se configuram entre o rio e as cidades que vão surgindo em seu entorno.

Como podemos ver, a relação entre o município de São José do Xingu e o Parque Indígena do Xingu se esbarra na questão da territorialidade, mas também apresenta outros

⁹⁴ Versão on-line.

⁹⁵ **Povos Indígenas no Brasil:** 2001-2005. Editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p.-211

pontos de convergência, por exemplo, ao compartilharem os referenciais históricos que sustentam pertinências para a nomeação de ambos, pelo hidrônimo Rio Xingu.

O nome Xingu também se desloca para outras regiões do Brasil, nomeando localidades por novas perspectivas, como ocorre na nomeação do município Novo Xingu, localizado no estado de Rio Grande do Sul, em que “O nome Xingu é oriundo da vontade do colonizador (Dr. Herrmann Mayer) em homenagear a região do Xingu no Mato Grosso, onde esteve estudando os Índios de lá e onde a boa relação tida com eles o fez prestar-lhe essa homenagem”⁹⁶.

Dessa forma, podemos considerar que o nome de origem indígena “Xingu” integra as formações nominais da qual faz parte, por se constituir como um marco enunciativo no estabelecimento de nomes próprios de lugares brasileiros, visto que este nome não funciona pelo movimento de descrição etimológica, mas pelas “razões enunciativas para a sua estabilização como uma unidade temática” (DIAS, 2018a, p. 117).

Assim, a FN São José do Xingu constitui um nome que refunda o povoado como distrito e, posteriormente, como município, por tomar outros referenciais que constituíram pontos de pertinência na constituição do sentido do nome. E essa constituição se dá como diferenciação entre o nome antigo “São José do Bang Bang” e o novo nome “São José do Xingu”.

5.2 A identificação social em enunciados

a) Modos de dizer a cidade em enunciados diversos

Em nosso percurso, analisamos enunciativamente os sentidos dos nomes que compõem a FN São José do Xingu demonstrando a diversidade de perspectivas pelas quais podemos abordar a identidade semântica de uma cidade. Como vimos, até aqui, os nomes São José do Xingu e São José do Bang Bang, mesmo que, constituídos por tomadas de posição enunciativa distintas, mantiveram uma estreita relação nas enunciações sobre o município. Embora o nome São José do Bang Bang não tenha sido oficializado, adquiriu força no movimento enunciativo, tornando relevante enunciá-lo em associação ao nome oficial São José do Xingu.

⁹⁶ Biblioteca IBGE. Histórico de Nova Xingu. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>>. Acesso em: 20/05/2021.

Assim, nos interessa, nesta última parte do texto, compreender os fundamentos da significação desses nomes tendo em vista a observação de construções extraídas de documentos oficiais e textos midiáticos, em que apreendemos as razões enunciativas das articulações que relacionam os nomes às identificações e os tipos de determinações que se agregam a esses nomes.

A seguir apresentamos algumas ocorrências para iniciar a nossa reflexão.

Quadro 18: Identificações enunciativas

a) Trecho de discurso Deputado Carlos Bezerra, no Congresso Nacional: “Vimos os Caiapós matando trabalhadores, em São José do Bang-Bang, no Mato Grosso[...]”. ⁹⁷ [Grifo Nosso].
b) Notícia sobre os Povos Indígenas do Brasil: A FUNAI e os fazendeiros da região do Xingu foram responsabilizados, ontem, pelo índio Megaron (Txukahmãe), pelo massacre ocorrido na semana passada em São José do Bang-Bang, em Mato Grosso[...] . ⁹⁸ [Grifo Nosso].
c) Comunicado sobre as datas em que o índio Watovi Kajabi se encontrava em Brasília. Os Tuxcarramães, massacraram 11 pessoas civilizadas na região de S. J. Bang-Bang-Xingu e o referido índio se encontrava na região ⁹⁹ . [Grifo Nosso].
d) “São José do Bang Bang, corrutela do Xingu ” ¹⁰⁰ . [Grifo Nosso].
e) Os índios na guerra dos miseráveis: Na cidade de São José do Bang-Bang índios marginalizados e peões desempregados dividem a miséria ¹⁰¹ . [Grifo Nosso].
f) É “imminente” um conflito armado entre cerca de 30 fazendeiros e seus peões e cinco nações indígenas do Norte do Parque Nacional do Xingu. A previsão foi comunicada, por ambas as partes, ontem, ao presidente da FUNAI, cuja visita não conseguiu superar o impasse pela posse de terras naquela região. Ele esteve reunido com os fazendeiros da localidade de São José do Xingu – conhecida pelos habitantes da região como São José do bang-Bang[...] ¹⁰² . [Grifo nosso]
g) Em 1978, a demarcação do PIX é oficializada e a BR-80 passa a delimitar o perímetro norte do Parque, ficando a terra ocupada por uma parte dos Metyktire fora dos limites. A parti desse momento, Raoni e seu sobrinho Megaron, tomando atitudes que alternavam ações de diplomacia e de luta e apoiados por todos os povos xinguanos , iniciaram uma longa trajetória para recuperar o território perdido e ameaçado pelo avanço das fazendas de pecuária do município de “ São José do

⁹⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. Seção I. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, ano XXXVI, n.7. 13 de março de 1981. p. 511.

⁹⁸ Povos Indígenas no Brasil. **Aconteceu**. Especial 6. São Paulo, abril de 1981.p.17.

⁹⁹ Memorando 018/DGO80 RODRIGUES, José Godinho (Brasília, 1980-016). Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br>. Acesso em 19/01/2001.

¹⁰⁰ Peão conta como foi a chacina no Parque do Xingu. O Popular. In: (CEDI) – **Povos Indígenas no Brasil**, 1980.

¹⁰¹ Coleção de Recortes de Jornais sobre a política Indigenista. (1980). Centro de Referência Virtual. Disponível em: < <http://docvirt.com>.> Acesso em 10/06/2021.

¹⁰² Povos Indígenas no Brasil. **Aconteceu**. Especial 6. São Paulo, abril de 1981. (p.17)

Xingu, na época conhecido como Bang-Bang”, atribuído ao grau de violência e de assassinatos dos peões que abriam as fazendas e aos caos de governança da frente colonizadora.¹⁰³ [Grifo nosso].

Fonte: Construção própria

Da rede exposta anteriormente, podemos captar as seguintes formações nominais:

- a) “em São José do Bang-Bang, no Mato Grosso”
- b) “em São José do Bang-Bang, em Mato Grosso”
- c) “na região de S. J Bang-Bang-Xingu”
- d) “São José do Bang-Bang, corrutela do Xingu”
- e) “na cidade de São José do Bang-Bang”
- f) “localidade de São José do Xingu – conhecida pelos habitantes da região como São José do bang-Bang”
- g) “São José do Xingu, na época conhecido como Bang-Bang”

Em (a) e (b), as articulações realizadas pela preposição “em” e pela contração “no” posicionam São José do Bang Bang em relação ao nome “Mato Grosso”, ou seja, indicam que o nome faz parte dessa unidade federativa. A identificação contraída, nessa articulação, diz respeito a apresentação desse nome como efeito de nome oficial da localidade, pois são nomes, em texto do *Diário Oficial do Senado* e depois replicado em forma de um enunciado-notícia.

Já na ocorrência (c), a FN S. J Bang-Bang-Xingu expõe uma articulação distinta, que restringe o sentido de localidade para regionalizado, pelo determinante (na região) e pela articulação que se faz através do aposto explicativo (-Xingu). Essa aposição integra a localização de S. J. do Bang Bang posicionando-a em relação à região de integração do Xingu. A divisão regional não diz respeito a uma divisão geográfica do Estado, mas de uma divisão entre territórios contíguos em face das práticas econômica, política e sociais que os unem.

Na ocorrência (d) o sentido de integração de “São José do Bang-Bang” a região do Xingu, se dá por uma predicação que o qualifica como “corrutela do Xingu”. Essa identificação expõe a designação “corrutela” que caracteriza a primeira configuração urbana da localidade.

Nessas ocorrências observamos que as articulações entre o nome e os seus determinantes identificam “São José do Bang Bang” como o nome que está significando para a cidade. O acontecimento de produção dos enunciados nas ocorrências (a), (b), (c) e (d) e dos

¹⁰³ Almanaque Socioambiental. Parque Indígena do Xingu: 50 anos/Instituto Socioambiental (ISA) – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. (p.64).

seus sentidos se configura pelas pertinências do nome no presente do dizer, nos modos como a enunciação sustenta o nome “São José do Bang Bang” para a localidade.

Na ocorrência (e) observamos uma sustentação da identificação pela especificação urbana (na cidade). Esse determinante expõe como o sujeito se coloca em relação ao local pela projeção de sentidos de urbanização.

Nas ocorrências (f) e (g) observamos que os enunciados funcionam pela memória do litígio entre os nomes São José do Xingu e São José do Bang-Bang, contraído no processo de fundação da localidade. Em (f), a primeira articulação especifica a (localidade de São José do Xingu) expondo o nome “São José do Bang Bang” como marca da identificação popular, conforme o enunciado: conhecida pelos habitantes da região como São José do Bang-Bang. Do mesmo modo, em (g) podemos observar essa divisão entre nome oficial e nome popular, no entanto, o sujeito se afasta das condições que produziram o litígio entre os nomes. Podemos observar essa articulação de sentidos pelo convergente temporal (na época), que no enunciado se articula ao acontecimento de demarcação das terras do Parque Indígena do Xingu, em 1978.

Desse modo, ambos os enunciados se cruzam nos espaços de enunciação oficiais e populares de dizer. A apresentação do nome da localidade não ocorre pela escolha de um ou de outro nome, mas pela memória da cidade na qual foi produzida essa mudança na nomeação.

A seguir veremos como as identificações se constituem na textualidade dos mapas.

b) Modos de dizer a cidade em mapas

Quanto à constituição dos mapas, a visão que se configura pelo domínio referencial científico da cartografia, pode nos dizer que estes objetos não são construídos por uma prática individual. Esta ciência, que se ocupa do conjunto de técnicas necessárias para “a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização”¹⁰⁴, pode se sustentar, por exemplo, pela pertinência de representação de espaços físicos (relevo, clima, hidrografia e biodiversidade), e de aspectos humanos (divisão política, aspectos econômicos e históricos, formação demográfica, rodoviária e topográfica), sendo que, nesse âmbito, os elementos que compõem o mapa cooperam com a constituição de unidades significativas.

¹⁰⁴ Cartografia. In: Dicionário Cartográfico: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/07/2021.

De acordo com Oliveira (1993, p. 322), o mapa significa:

2. Lençol de brim utilizado pelos marinheiros portugueses nas macas. *Consultar Curso de Cartografia moderna* (Histórico) Cf, carta 3. Representação gráfica, geralmente numa superfície plana e em determinada escala, das características naturais e artificiais, terrestres ou subterrâneas, ou ainda, de outro planeta. Os acidentes são representados dentro da mais rigorosa localização possível, relacionados, em geral, a um sistema de referência coordenadas. Igualmente uma representação gráfica de uma parte ou total da esfera terrestre.

Podemos ver na acepção 1 que, etimologicamente, o nome “mapa” tem origem vinculada aos modos primitivos de registrar as informações cartográficas em pedaços de tecido, *mappa* de etimologia latina significa lenço, pedaço de tecido¹⁰⁵, que passa a ter a função de uma representação gráfica.

Deslocando-nos do espaço da representação para o espaço da significação, associamo-nos à compreensão desse objeto, à concepção desenvolvida por Guimarães (2005a)¹⁰⁶, que nos diz que os mapas são unidades de significação constituídas por relações linguísticas nos acontecimentos de linguagem, que se dão nos espaços sociais de dizer. Como unidades de significação, o mapa produz sentidos na relação com um acontecimento, que é distinto de outros acontecimentos, por se configurar pelos recortes de mundo que estão historicamente fundamentados nos nomes. Essa tomada se distingue das posições que concebem os sentidos do mapa como descrição, narração e instrução.

Enquanto documentos oficiais, os mapas são textos que articulam dizeres que são legitimados e autorizados pelos lugares constituídos nos espaços sociais ocupados pelas instituições do Estado e seguem a legislação específica tal como estabelecida no Decreto-lei n. 243 de 28 de fevereiro de 1967:

Art.2º As atividades cartográficas, em todo o território nacional, são levadas a efeito através de um sistema único - o Sistema Cartográfico Nacional - sujeito à disciplina de planos e instrumentos de caráter normativo, consoante os preceitos deste decreto-lei.

Parágrafo único - O Sistema Cartográfico Nacional é constituído pelas entidades nacionais, públicas e privadas, que tenham por atribuição principal executar trabalhos cartográficos ou atividades correlatas¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Dicionário Michaelis. Versão eletrônica.

¹⁰⁶ Definição no capítulo I, (p. 19).

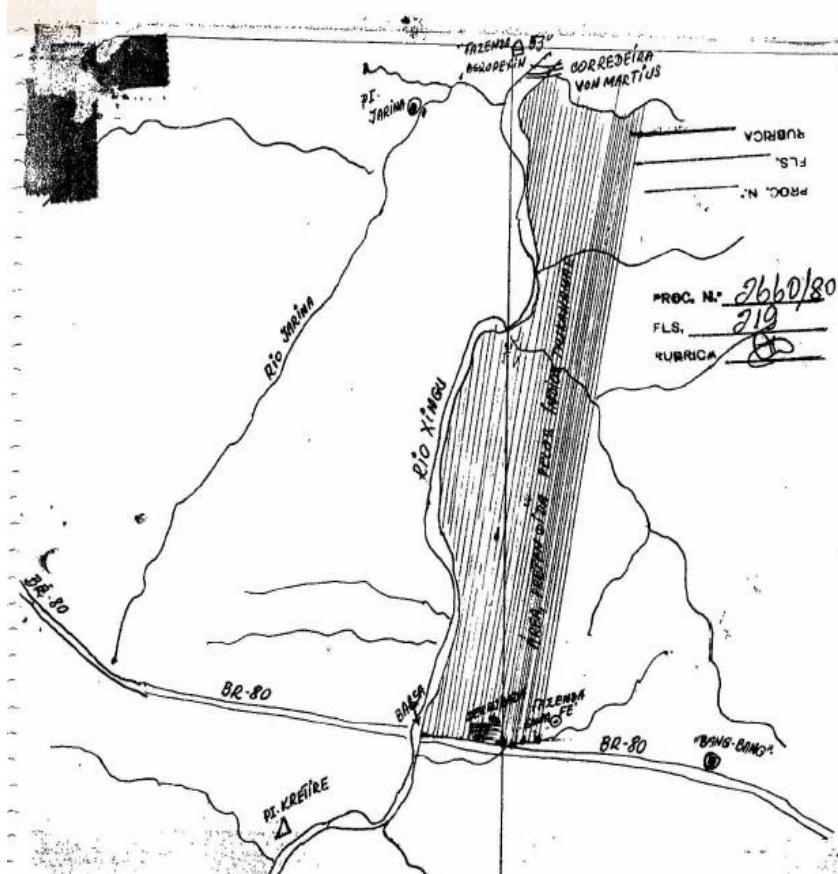
¹⁰⁷ Sistema Cartográfico Nacional. Disponível em: < geoftp.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/05/2021.

Assim, é a partir desses lugares oficiais que também se dão o registro de nomes nos mapas, que se apresentam como enunciados no texto. E os nomes não são legendas, mas unidades de linguagem que relacionam estas cidades com as suas histórias.

Como vimos anteriormente, o processo de nomeação da cidade de São José do Xingu foi marcado pela disjunção da identificação social entre dois nomes, nos primeiros anos de sua constituição. As articulações de sentidos que fundamentam a significação desses nomes, no processo, demonstraram que as pertinências sociais que sustentaram esses nomes advêm das relações sociais compartilhadas na primitividade de constituição da localidade, marcada pela memória de sua fundação.

Assim, observamos que, mesmo com o ato de oficialização do nome São José do Xingu, no ano de 1981, o nome “Bang-Bang” acabava por sobrepujá-lo nas enunciações sobre a cidade. A seguir, veremos o exemplo de alguns mapas em que o litígio entre os nomes também avança para essa textualidade.

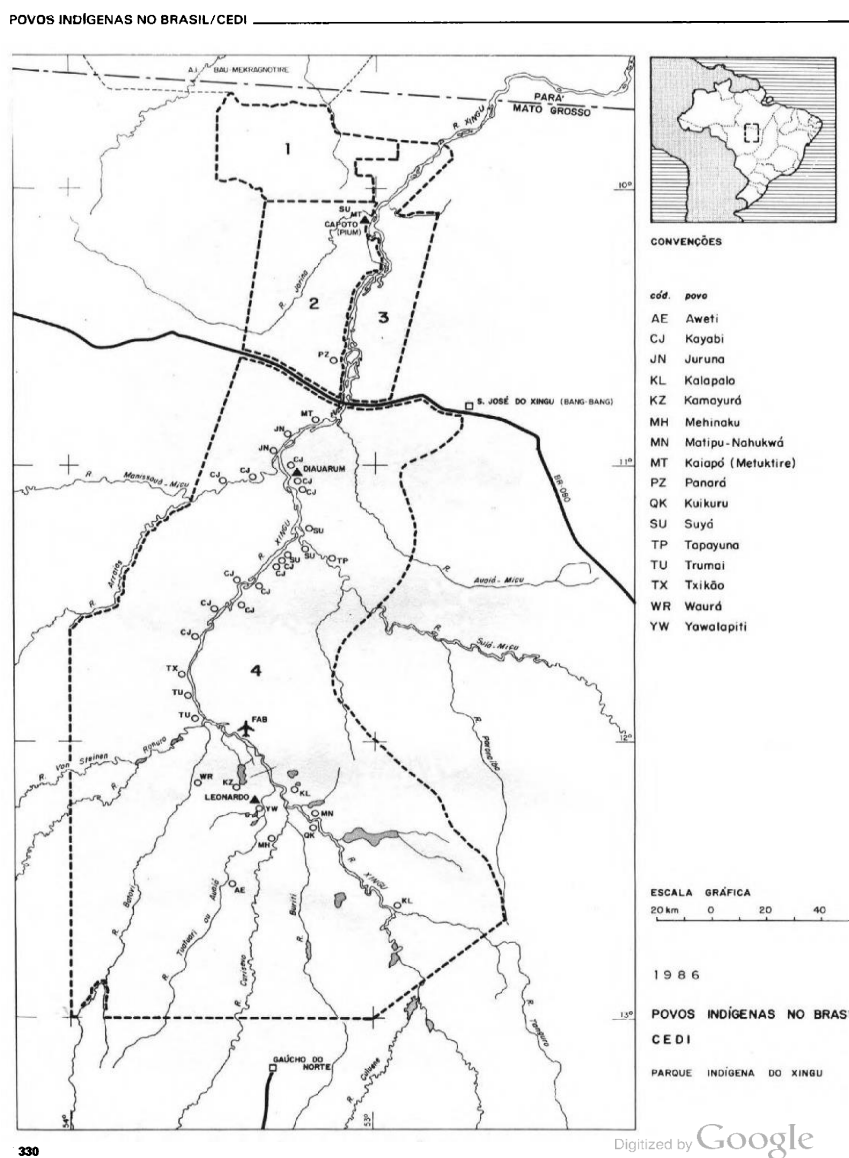
Mapa 1: Croqui da área pretendida pelos índios Txukahamãe (1980)



Fonte: Instituto Socioambiental

E1- “Do rio Xingu, tomamos a BR-80, a direita, em direção ao **lugarjo denominado São José do Xingu, mais conhecido como Bang-Bang** [...] Seguimos a pé para “Bang-Bang” para **contatar o responsável pela derrubada.**”¹⁰⁸

Mapa 2: Parque Indígena do Xingu (1986)



Fonte: Povos Indígenas no Brasil – 85/86

Ao realizarmos a leitura dos mapas acima, observamos que no mapa 1, a localidade de São José do Xingu é referida como BANG-BANG e no mapa 2 como S.J do Xingu (BANG-BANG).

¹⁰⁸ Fundação Nacional do Índio. **Relatório sobre derrubada próximo do PI-KRETIRE- PQXIN.** 10/06/1980.

Assim, questionamos: se pela abordagem cartográfica, os mapas são objetos com funções representativas, instrutivas ou descritivas, como poderíamos apreender uma localização que se apresenta pela articulação de dois nomes? Quais as demandas do presente tornariam pertinentes a exposição do nome das cidades pelos modos como foram apresentados nos respectivos mapas?

Essas questões nos direcionam a compreender o nome de cidade tal como Guimarães (2005a, p. 63) nos diz:

o nome não é um selo para um objeto, mas é, de algum modo, a construção de um objeto pelo que o nome designa. A construção de um objeto deve ser aqui entendida como uma divisão do real pela linguagem que a ele está exposta e que assim o identifica simbolicamente.

Assim, ao tomarmos os mapas como textos em acontecimentos de linguagem, devemos levar em consideração que o acontecimento temporaliza, sendo que o tempo desse acontecimento não é cronológico. Se observarmos o mapa 1, a datação é de 1980, ou seja, anterior à oficialização do nome São José do Xingu; e o mapa 2, datado em 1986, posterior à oficialização desse nome. Se estivéssemos realizando uma análise em que a proposta objetivasse dizer sobre a intenção de nomear, poderíamos dizer que o elaborador do mapa optou por um dos nomes pela motivação que o determinou em tal escolha. No entanto, vemos que a inserção do nome “Bang-Bang” não foi motivada pela tomada individual, mas por relações de sentidos sociais, pelas formas que foram mobilizadas para tornar este nome pertinente de ser enunciado, nesse acontecimento.

Como vimos no E1 (p. 128), extraído do ofício que anexa o referido mapa, a pertinência se fundamenta pela articulação que contrai sentidos em convergência do nome Bang-Bang como mais conhecido. Essa articulação é recorrente nos enunciados que dizem sobre São José do Xingu, nos quais podemos perceber que a identificação desse nome é sempre afetada por essa demanda do presente em ressaltar que Bang-Bang é o nome pelo qual a comunidade se identifica.

Sendo assim, enuncia-se esse nome como localização, em um documento oficial, ou seja, “Bang-Bang” é o nome pelo qual a sociedade reconhece aquela localidade e se identifica, tornando-se pertinente enunciar-lo no mapa.

Na textualidade do mapa 2, podemos observar a disposição dos povos indígenas no Parque Indígena do Xingu, que é demarcado nos limites territoriais das cidades que compõem a unidade estadual Mato Grosso. Nesse mapa, a inserção da cidade de São José do Xingu se dá por uma expressão apositiva que apresenta o nome oficial do município em relação ao nome popular “S. José do Xingu (BANG-BANG)”.

Nesse caso, a apresentação do nome oficial articulado ao nome popular expõe a divisão política constitutiva da oficialização do nome desse município. Embora os dizeres oficiais especifiquem que o “Distrito criado com a denominação de São José do Xingu, pela Lei estadual nº 4295, de 26-05-1981, subordinado ao município de Luciara”. A enunciação oficial não sobrepõe ao funcionamento do nome popular no mapa, vemos que o lugar oficial insere o nome (BANG- BANG) e, nesse sentido, inclui a enunciação que foi excluída do processo de nomeação oficial dessa cidade.

Assim, ao tomarmos os mapas e seu enunciados fora da relação representativa, vimos que os nomes “Bang-Bang” e “S. J do Xingu (BANG-BANG)” se articulam ancoradas em dizeres já-enunciados que carregam traços da memória de constituição desses nomes em funcionamento em outros acontecimentos. Nessa medida, os mapas significam na articulação entre os domínios do plano discursivo (referencial histórico) e da pertinência enunciativa (textualidade). Os nomes inseridos nos mapas foram constituídos no espaço de enunciação em que estes se relacionam com a cidade pela sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito de fechamento da nossa pesquisa, propomos ressaltar alguns aspectos que mediaram as nossas reflexões e apontar os resultados apreendidos nos movimentos de análise, a partir da questão que apontamos no início desta tese: Como os nomes de origem indígena significam tendo em vista o movimento de filiação de sentidos aos referenciais históricos e às pertinências enunciativas que sustentam esses nomes na atualidade do dizer?

Ao mobilizar “nomes de origem indígena” que se articulam às formações nominais de cidade de Mato Grosso, nos foi cara a compreensão sobre a relação entre falantes e línguas no espaço de enunciação do Brasil. Assim, no percurso realizado no primeiro capítulo vimos que na historicidade da língua portuguesa tem-se as articulações com as línguas indígenas, que aqui já existiam e, por essa via, os nomes e as designações constituídas no espaço vão se dando pelo conflito mediado entre essas línguas. A imposição do português como língua oficial e o gesto de silenciamento das línguas indígenas não foram suficientes para apagarem os nomes e as designações do Tupi que ingressaram ao léxico do português. Nesse caso, essas entradas, mais do que empréstimos entre línguas, são marcadas pela relação entre os falantes e as línguas num espaço de enunciação que vai se configurando e modificando historicamente.

Vimos que no movimento de colonização moderna, no século XX, através de uma proposta governamental, buscou-se a constituição de uma unidade nacional. Desse modo, inicia-se no período do governo de Getúlio Vargas um movimento de fortalecimento de um ideal de “brasilidade” promovido através da coibição de línguas estrangeiras e uma retomada da imagem dos povos originários, como símbolo do ideal de progresso. Uma das ações para “prestigiar” os povos indígenas foi dada pelo decreto de padronização dos nomes geográficos do Brasil que, entre outras questões, orientava a inserção de nomes de origem indígena nas nomeações de cidades. Essa ação foi compreendida por alguns estudiosos da língua Tupi como uma marca do processo civilizatório em que “a memória dos primitivos íncolas perdurará com os nomes dos lugares onde a civilização ostenta seu triunfo.” (SAMPAIO, 1987, p. 41 apud NAVARRO, 2020, p. 267).

Em face da proposta nacionalista, desenvolveram-se também as políticas territoriais para integrar o Oeste brasileiro ao cenário nacional. Assim, moldou-se e efetivou-se a colonização de Mato Grosso, no século XX, possibilitando o processo migratório de pessoas

físicas e de empresas colonizadoras que se deslocaram de várias regiões do país para se assentar em suas novas terras. Nesse percurso, Mato Grosso apresentou um alavancamento na fundação de cidades/municípios, em que as marcas desse processo colonizatório encontram-se expostas nas nomeações desses lugares.

Após a historicização de nosso objeto, nos propusemos a observar, no capítulo seguinte, os distintos modos de compreender a significação de nomes próprios. Podemos dizer que, embora as abordagens apresentadas na primeira parte do texto sejam distintas, ambas procuraram demonstrar, dentro do seu quadro teórico, a estabilização de formas da língua ao se constituírem como “nomenclaturas”. Na Filosofia Clássica, vimos que os nomes foram tratados como elementos de transmissão da verdade, capaz de representar a essência do ser nomeado. Já na Filosofia da linguagem, a questão da significação era sustentada por uma relação intermediada por posições lógicas e veritativas. Ao adentrarmos os estudos linguísticos vimos, através da toponímia, que o foco do estudo se dá pela compreensão da motivação do signo toponímico, na intenção sobre o gesto de nomear lugares.

Ao final desse esboço, apresentamos o detalhamento da posição teórica em que localizamos o nosso trabalho na Semântica da Enunciação, que toma a significação exposta ao acontecimento de enunciação e ao funcionamento das relações linguísticas. Em nossa compreensão, a significação se distancia de abordagens que a consideram na relação direta da linguagem com o mundo, dada pela centralidade do sujeito, pelas relações lógicas ou intencionais de quem fala, que tomam o estudo dos nomes como palavra isoladas. Para nós, tornou-se relevante demonstrar como os nomes se constituem como unidades de sentido, na língua.

Nesse corpo teórico, o nome foi concebido como um objeto enunciável, em que os seus sentidos são observados em acontecimentos de linguagem. Vimos que a propositura de Eduardo Guimarães (2002), ao estabelecer a semântica do acontecimento, introduz a noção de que toda enunciação é um acontecimento. Sendo que, para ele, na enunciação, os falantes se posicionam nos espaços sociais em que eles atuam, o dizer não é constituído por um ato voluntário, individual, de vontade ou de intenção dos sujeitos, mas afetados pela divisão desses espaços.

Partindo para a abordagem relacional de Luiz Francisco Dias (2018), vimos que ela se articula, essencialmente, à noção de acontecimento, tomado como um construto histórico das divisões sociais dos espaços que constituem modos sociais ou pontos de vista sobre os

enunciados. Nesse sentido, este autor toma um ordenamento metodológico específico para explicar como os modos sociais afetam as formas de expressão observadas a partir das articulações intranominais, internominais e subnominais. Tal como posto em nosso detalhamento do objeto e do *corpus*, procuramos seguir o ordenamento metodológico pela abordagem relacional, em que tomamos os nomes de cidades como formações nominais expostas às relações de enunciados em redes enunciativas que expõem as redes de sentidos que afetam as articulações nessas formações.

Assim, no percurso de análise desenvolvido, nos capítulos IV e V, pudemos observar, através dos modos de articulação entre nomes indígenas e nomes da língua portuguesa, que as formas da língua representadas pelos nomes próprios de lugar podem se constituir tendo em vista as relações linguísticas subjacentes ao processo de constituição das formações nominais. No exercício de análise das formações nominais, que não pretendeu ser exaustivo, procuramos recortar os aspectos semânticos os quais nos proporcionaram relacioná-los aos conceitos teóricos e visualizá-los nos movimentos que conduziram a significação dos nomes pela dispersão de perspectivas e de referenciais. Assim, foi possível observar, por exemplo, que os nomes indígenas quanto integram as formações nominais significam a partir das relações de sentidos contraídas no acontecimento de enunciação, que mobilizaram as respectivas formas da língua.

Iniciamos as nossas análises por um recorte que observa a mobilidade de sentidos que movimenta os referenciais históricos aos quais o nome Canarana filia-se no processo de nomeação deste município. Nesse movimento, vimos que este nome, tomado pela observação das formações nominais, é perspectivado religiosamente pela qualificação enunciativa de um nome comum “planta canarana”. Observamos nos enunciados uma gradação de pertinências que se desenvolve por exclusão do referencial da natureza e do referencial religioso/católico. Assim, a perspectiva religiosa/protestante, que fundamenta a significação desse nome, se expõe em enunciados que articulam os sentidos dos processos colonizadores da localidade, visto que a pertinência enunciativa é contraída na enunciação por analogia fonética ao nome Canaã.

Demonstramos como outros nomes de origem indígena são perspectivados ao filiarem-se aos referenciais geográfico/hídrico. Observamos que estes nomes significam nas formações nominais para além da noção de um “situável”, pois são tomados nos acontecimentos frente ao tempo enunciativo. Em formações nominais, as quais são integradas pelo nome “Araguaia”, pudemos constatar que há diversas perspectivas como: a distinção de cidades homônimas, dada

pelas normas de padronização de nomes geográficos no Brasil; a dispersão do nome como pertinente para designar um espaço geográfico/político como “a região do Araguaia”; vimos também a pertinência do nome Rio Araguaia na relação de origem de seu afluente Rio Araguainha. Em outros nomes hídricos como Juína, Ipiranga e Iguaçu, observamos que a perspectivação se dá na relação desses nomes com os projetos colonizadores dos municípios, são nomes que se deslocam no espaço de enunciação pela incursão dos novos colonizadores vindos de outras regiões do país. Assim, a significação desses nomes se atualiza tendo em vista a mobilidade de sentidos entre os referenciais hídricos e colonizadores, a memória dos nomes antigos se expõe e é atualizada nos novos nomes.

Em seguida, observamos as formações nominais que se constituíram por nomes da fauna, flora e outros aspectos naturais, essa observação pode nos revelar que os sentidos nem sempre são descritivos, pois o gesto de enunciar esses nomes agregam outros dizeres que se constituem pertinentes socialmente, como é o caso observado na dispersão de perspectivas que se articulam na formação dos nomes “Canarana” e “Matupá”, em que outros referenciais como o religioso e o urbano passam a constituir pontos de convergência de sentidos. E mesmo em casos em que a história do nome expõe um fundo descritivo, como vimos na análise do nome Itanhangá, a descrição que nomeia o fenômeno sobrenatural e, por conseguinte, o nome da cidade, é configurada na enunciação demonstrando a relação de pertinência de tal fenômeno no acontecimento de fundação da localidade.

Por fim, nas formações nominais que se configuraram pelos referenciais das homenagens e dispersões, observamos que o quadro de pertinências também se amplia apresentando nomes que homenageiam personalidades que fazem parte da memória local, como ocorre em Tapurah. Em outro caso, o nome Tabaporã, que designa “casa bonita”, indica uma forma de marcar a identificação social pela analogia entre a moradia indígena com o processo de urbanização da cidade, assim, o nome próprio se constitui por um ponto de vista que ressignifica o nome nesse espaço como “cidade bonita”; e no nome Juara, a identificação se dá pelas predicções que perspectivam a recém fundação por analogia à “moça”, que revelam as perspectivas futuras de desenvolvimento e progresso que se tem para a localidade. Na oportunidade, observamos a articulação dos etnônimos (Xavante e Pareci) que marcam a identificação social nas formações nominais dos povos indígenas originários dos municípios de Nova Xavantina e Campo Novo do Parecis, sendo que esses etnônimos não possuem origem

nas línguas indígenas, mas são identificações atribuídas pelos representantes das expedições de incursão no Oeste brasileiro.

Para finalizar, no primeiro capítulo analítico, procuramos explorar os aspectos formais que expõem as dimensões articulatórias constitutivas dos nomes. Através da retomada de alguns enunciados, pudemos observar a ocorrência de articulações intranominais e internominais, que tecem novas significações para palavras já significadas. Assim, observamos em algumas formações que convergem relações com os formativos (sufixos) formando nomes derivados, e adjetivos e substantivos, formando grupos nominais, que a origem dessas formações tem a sua constituição histórica e social.

No último capítulo, partimos para a observação do funcionamento das formações nominais de cidades em enunciados diversos, em que pudemos apreender os movimentos de identificação social dos enunciados diante das razões enunciativas que sustentaram sentidos para os nomes. Recortamos os nomes constituídos no processo de fundação da cidade de São José do Xingu (Povoado do Bang Bang e São José do Bang Bang), pois os enunciados que apresentam esses nomes demonstraram conflito de identificações sociais tendo em vista as pertinências distintas que se presentificaram na atualidade do dizer desses nomes. A enunciação oficial promoveu a distinção entre os nomes São José do Bang Bang e São José do Xingu. Nesse movimento, o nome de origem indígena Xingu passa a significar na formação nominal (oficial) a reconfiguração do nome pela exclusão do Bang Bang perspectivado pelo afastamento da memória primitiva da localidade da qual pretendeu-se desvincular.

As análises das formações nominais de municípios mato-grossenses, que se configuram pela articulação de nomes de origem indígenas e nomes do léxico da língua portuguesa, demonstram que a significação desses nomes representa, historicamente, o recorte das experiências sociais em que os falantes constituem as regularidades, que se condensam nas formações nominais designativas. As formas que se articularam seguem padrões morfossintáticos, relativamente estáveis, na língua portuguesa, no entanto, a significação dessas formas não é constituída nessa linearidade, mas na enunciação tendo em vista a temporalidade de um presente do enunciar relacionado com a memória.

Desse modo, podemos dizer que o conceito de domínio de mobilização, que dá o tom ao nosso trabalho, agrega ao conceito de acontecimento de enunciação um modo de observar o

funcionamento dos nomes ao dar visibilidade às relações linguísticas subjacentes ao processo de constituição das formações nominais. Como vimos, essas relações são apreendidas no acontecimento de enunciação, no movimento que permite observar o que os nomes dizem e significam.

Ao final deste trabalho, esperamos que as reflexões propostas possam contribuir para os estudos relacionais da língua, sob o viés da Semântica da Enunciação, demonstrando as razões enunciativas para a configuração dos nomes próprios de cidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C. S. **O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus**: uma análise semântica e sociocultural. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da Enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.81.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Seção I. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, ano XXXVI, n.7. 13 de março de 1981. p. 511.
- CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- CAVICHOLI, V. **A relação semântica dos nomes dos municípios de Juara, Juína e Juruena**. (Dissertação de Mestrado). PPGL/UNEMAT. Cáceres, 2018.
- DELEUZE, G, GUATARRI, F. Mil Platôs. V. 2. Rio de Janeiro. Editora 34, 1997.
- DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: SP. Pontes, 1996.
- DIAS, L. F. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. (Org.). **História das Ideias Linguísticas**: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- DIAS, L. F. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: **Atlas dos nomes que dizem Histórias das Cidades Brasileiras**: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 33-49.
- DIAS, L. F. **Enunciação e Relações Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.
- DIAS, L. F. Identificações de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b. p. 23-45.
- DIAS, L. F. **O português brasileiro no cotidiano**: enunciação e ensino. 2021 (no prelo).
- DUCROT, O. Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação. In: **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988. p. 161.
- DICK, M. V. P. A. Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil. **Estudos Avançados**. 8(22), p. 435-436, 1994.
- DICK, M. V. P. A. **A estrutura do signo toponímico**. Disponível em <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 25/12/2020.

- DRUMOND, C. **Contribuição do bororo à toponímia brasileira**. Universidade de São Paulo (FFCL), 1965.
- FERREIRA, J. C. V. **Cidades de Mato Grosso: Origem e Significado de Seus Nomes**. (1998/2008).
- FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. (seleção, introdução e notas de Paulo Alcoforado). 2.ed. amp. e ver. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1986.
- FUNAI. **Relatório sobre derrubada próximo do PI-KRETIRE- PQXIN**. 10/06/1980.
- GELINJI, L. R, FERNANDES, W. O. Tapurah-MT: cidade, sujeito e memória. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 275-287.
- GUIMARÃES, E. **Terra de Vera Cruz, Brasil**. Cultura Vozes – 4, Rio de Janeiro,1992.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: **Letras. Língua e Literatura: Limites e Fronteiras**. UFSM. n.26, 2003.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2. ed, 2005a.
- GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 3. ed, 2005b.
- GUIMARÃES, E. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009.
- GUIMARÃES, E.. Breve reflexão sobre o espaço de enunciação relações de línguas na colonização portuguesa do Brasil. In: ZATTAR, N. DI RENZO, A. M. (Orgs). **Estudos da linguagem: língua, sujeito e história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 13-21.
- GUIMARÃES, E. Brasil Multilíngüe. In: **Cien.Cult**. vol. 57. n.2. São Paulo. Apr/June, 2005c. Disponível em: < cienciaecultura.bvs. b> Acesso em: 22/10/2018.
- GUIMARÃES, E. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.
- HERBELE, M, MACHADO, N. T.G. As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira. **Antares: Letras e Humanidades**. V.10, p.70, 2018.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Almanaque socioambiental**. Parque Indígena do Xingu: 50 anos/ – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

KARIM, T. M. **Dos nomes à história – o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso**. Tese de doutorado. IEL-UNICAMP. [s.n], 2012.

KARIM, T. M, SILVA, G. V, KARIM, J.M. O contorno linguístico de uma geografia: Mato Grosso e seus mapas: a constituição do Atlas Mato-Grossense a partir do acontecimento de nomeação. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso**. (Fase 2). Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 329-364.

LARA, F. C et al. Nomes em línguas indígenas: a construção da identidade nativa do ser mato-grossense. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso** (Fase 2). Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 153-177.

LEITE, Y. F. FRANCHETTO, B. SILVA, T. C (orgs). **Línguas indígenas: memórias de uma pesquisa infinda**. Rio de Janeiro: 7letras, 2021.

MARIANI, B. **A colonização linguística**. Campinas: pontes Editores, 2004.

MARIANI, B. Colonização Linguística e efeito de memória. In: **Línguas e Instrumentos linguísticos**. n.12. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. **Introdução às línguas indígenas brasileiras** (com suplemento sobre a técnica de pesquisa por Sarah Gudschinsky). Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1965.

MORENO, G, HIGA, T. C. S. (orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Entrelinhas, 2005.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. 1.ed. São Paulo, Global, 2013.

NAVARRO, E. A. **A toponímia indígena artificial no Brasil: uma classificação dos nomes de origem tupi criados nos séculos XIX e XX**. Revista Letras Raras. Campina Grande, v.9, n. 2, jun.2020. p. 252-267.

OLIVEIRA, C. de. **Dicionário cartográfico**. 4.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, R. S. **Linha do tempo da didática das línguas estrangeiras no Brasil**. Non Plus, n.7, 2015.

ORLANDI, E. P. Trajetos da História do Conhecimento Linguístico: A Gramática, O Estado, A Autoria. In: **Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias linguísticas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 123-164.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Terra à Vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PEREIRA, W. S. FERREIRA, M. A. A sufixação no processo de nomeação de cidades de Mato Grosso – Uma análise enunciativa. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 47-62.

PIQUÉ, J. F. **Linguagem e realidade**: uma análise do Crátilo de Platão. Letras. n.46. Editora UFPR, 1996. p.171-182.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém, Editora da Universidade do Pará, 1988.

Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. Editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p.211.

Povos Indígenas no Brasil. Peão conta como foi a chacina no Parque do Xingu. **O Popular**. (CEDI), 1980.

Povos Indígenas no Brasil. **Aconteceu**. Especial 6. São Paulo, abril de 1981.p.17.

PROENÇA FILHO, D. **Muitas línguas, uma língua**: a trajetória do português brasileiro. 1.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

PRUDENTE, C. M., ABBADE, C. M. Nomeação e renomeação do espaço: considerações sobre a tupinização da toponímia baiana. In: II Congresso Internacional de Linguística e Filologia – XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro. **Cadernos do CNFL, Lexicografia, Lexicologia, Fraseologia, Terminologia e Semântica**. V.20, 2016. p.116-126.

REVISTA DE ATUALIDADES INDÍGENAS. Ano 3, n. 15, mar/abr, 1979.

REVISTA DE ANTROPOLOGIA. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br>> Acesso em 31/05/2018.

RODRIGUES, J. G. (Brasília, 1980-016). **Memorando 018/DGO80**. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br>. Acesso em 19/01/2001.

SEABRA, M. C. T. C de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Orgs). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008, p. 1945-1952. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/>> Acesso em: 15/04/2021.

SANTOS, C. J. B. dos. **Geonímia do Brasil**: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios Fluminenses. Rio de Janeiro, 2008. Tese-Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO.

SANTOS, C. V., COELHO, R. A. S. **Minha Cidade tem História**. São José do Xingu. A capital do boi gordo. 1.ed. 2008.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SAMPAIO, T. M. G. **Línguas e memórias: o jogo significativo em composições musicais brasileiras.** (Dissertação de mestrado). Cáceres/MT: UNEMAT, 2014.

SEARLE, J. R. Proper Names. In: *Mind, New Series.* v. 67. n.266, p. 166-173. Apr, 1958. Disponível em: < <http://michaeljohnsonphilosophy.com/>>. Acesso em: 05/05/2020.

SILVA, P. P. C e. **Cuyaverá: Cuiabá, a lontra brilhante.** Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2017.

SILVA, A. C. O. **Para uma cartografia Imaginária.** Desfragmentação “As Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino. Tese de Mestrado – Universidade do Minho. Escola de Arquitectura. Outubro de 2013, (p. 16).

SILVA, G. V., ALVES, P. M., PRIA, A. D. O dizer da igreja católica nas nomeações de municípios/cidades de Mato Grosso: relações de convivência entre igreja e estado. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2).** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 133-152.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES, A. B. et al. **Território do Araguaia: entre a palavra poética e p gesto político.** Cáceres. Editora Unemat, 2017.

SOUZA, L. F. **Platão/Crátilo/Estudo e Tradução.** Dissertação. Universidade de São Paulo FFLCH, 2010.

SOUZA, T. N.; VELOZO, S. M. S. Nomes de cidades de Mato Grosso determinados por pontos cardeais. In: **Atlas dos Nomes que dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2).** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 83-115.

SPERANÇA, A. et al. **Ubiratã: História e memória.** Ubiratã: PR. Edição do autor, 2008.

SZUBRIS, E. B., PRIA, A. D. Por uma problemática da significação linguística. **Revista Ecos,** v. 29, p. 296-323, 2020.

SZUBRIS, E. B et al. Siglonimização das cidades mato-grossenses: Brasnorte; Colíder; Colniza; Confresa; Sinop e Cotriguaçu. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2).** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 117-131.

VILLAR, M de S. O dicionário Houaiss da língua portuguesa. In: **Revista da Academia Brasileira de Filologia.** Ano 1, N.1, Rio de Janeiro, 2002.

ZATTAR, N. RODRIGUES, M. L. M. O(a) novo(a) na nomeação de cidades mato-grossenses. In: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2).** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 63-81.

Sites consultados:

Arquivo do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br> Acesso em: 28/08/2018.

Araguainha comemora 57 anos com ações do Governo do Estado em infraestrutura. Disponível em: <http://www.mt.gov.br>. Acesso em 25/02/2021.

Cartografia. **Dicionário Cartográfico.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/07/2021.

Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 28/08/2018.

Centro de Referência Virtual. **Coleção de Recortes de Jornais sobre a política Indigenista.** (1980). Disponível em: <http://docvirt.com>. Acesso em 10/06/2021.

Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-mutum/historico>. Acesso em 29/04/2021.

Conheça Itiquira. Disponível em: <https://www.itiquira.mt.gov.br/sobre-itiquira>. Acesso em: 20/05/2021.

Dicionário Michaelis. Versão eletrônica.

História de Ipiranga. Disponível em: <https://ipiranga.pr.gov.br>. Acesso em: 10/02/2021.

História do município. Disponível em <https://www.saojosedoxingu.mt.gov.br/>. Acesso em: 15/10/2020.

História Pontal do Araguaia. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/historia-pontal-do-araguaia>. Acesso em: 15/01/2021.

História de Sapezal. Disponível em: <https://www.sapezal.mt.gov.br>. Acesso em 28/01/2021.

Itanhangá e a reforma agrária violentada. Disponível em: <https://www.boamidia.com.br> Acesso em 01/08/2021.

Métodos e outros documentos de referência. Disponível em: <http://geoftp.ibge.gov.br>. Acesso em 25/04/2021.

Portal do Mato Grosso. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br>. Acesso em: 30/04/2019.

Sistema Cartográfico Nacional. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/05/2021.

Sobre a cidade. Disponível em: <https://tangaradaserra.mt.gov.br>. Acesso em: 29/04/2021.

ANEXO 01 - Discurso do Deputado Carlos Bezerra

Março de 1981

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Sexta-feira 13 511

instalarem, sem qualquer amparo legal nas roças que até então eram habitadas pelos araras — as lutas entre índios e brancos se intensificaram:

— Quando cheguei aqui — conta um posseiro de nome Honório, paraibano e ex-lavrador no Paraná, hoje colono no Quilômetro 80 da Transamazônica — só fiz aproveitar esse punhado de roça e assentar. Todo esse mamão, banana, mandioca, era dos índios que tinham fugido daqui.

Assim, a selva Amazônica, antes terra sem limites que os índios habitavam, passou a ser, cada vez mais, domínio do homem branco. Conflitos se sucederam. E não apenas entre índios e posseiros. Em 1971, a FUNAI criou ali a primeira Frente de Atração, na altura do Quilômetro 75.

Mesmo a essa tentativa os índios reagiram, atacando-a diversas vezes, numa delas ferindo seis funcionários da FUNAI. Inúmeras outras tentativas foram empreendidas, inclusive por sertanistas como os irmãos Villas Boas e Chico Meirelles. Nenhuma delas obteve êxito.

Calcula-se que a própria Transamazônica passe hoje a menos de um quilômetro de onde outrora havia uma aldeia arara. Em 1974, quase 400 mil hectares de território indígena, ao Sul da Transamazônica, foram vendidos a uma empresa gaúcha de agropecuária, a Cotrijui, depois que a FUNAI informou não haver índios no local. Teriam sido os próprios funcionários da Frente de Atração, levados por interesses escusos, os responsáveis pela informação que acabou permitindo a abertura de um vicinal, no Quilômetro 120, até as proximidades do rio Iriri, portanto em território indígena. Mais uma ameaça à sobrevivência dos araras e, em consequência, origem de novos conflitos.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA — Nobre Deputado Adhemar Santillo, era nossa intenção, tão logo conseguisse espaço, abordar a grave situação dos índios Nhambiquaras, que habitam o Estado de Mato Grosso e o Território de Roraima. V. Ex^a, no seu discurso, mencionou uma declaração do Gen. Bandeira em que afirmava que a rodovia a ser construída não representava perigo nem prejuízo para aquela nação indígena — justamente esse General Bandeira, um dos principais responsáveis pela situação dos índios Nhambiquara. Foi na sua gestão que os Nhambiquaras foram retirados do seu *habitat* natural, o Vale do Guaporé, região de florestas, de muitos rios, de muita caça, de muito peixe, e desalojados para um campo estéril, um campo onde mourejam apenas os calangos e as lagartixas. E, com esta mudança, a nação Nhambiquara veio-se decaupando gradativamente até chegar a esta triste situação relatada por V. Ex^a ao se referir à fotografia estampada em um dos jornais do nosso País. Este regime instalado no País, após 64, não deixou ninguém ileso; triturou todo o mundo, triturou os operários dos grandes centros, triturou os camponeses e vem triturando amargamente toda a Nação indígena que habita o território nacional deixando vítimas, como o caso de Ângelo Cretã, lá no Paraná, e Santos Dias, o operário que sucumbiu em São Paulo. Tivemos em Mato Grosso o assassinato do índio Simão e do Padre Rodolfo Lukbein — o índio Simão da nação Bororo. A ambição, a voracidade dos grupos que apoiam este regime não tem medida. Para maior segurança, hoje eles controlam totalmente a FUNAI. Esta foi expurgada de todos os bons elementos que ali se encontravam, que defendiam com autenticidade e com idealismo a causa indígena. Todos os antropólogos ligados à causa indígena hoje foram afastados. E a FUNAI, hoje, é um triste espectro do que Rondon idealizou em matéria de defesa do índio. Cheguei a pedir, desta tribuna, a extinção da FUNAI e a criação de outro órgão, tal o descrédito a que chegou essa repartição, hoje totalmente dominada por coronéis da reserva. Aqui em Brasília, segundo informações que recebi, 17 coronéis reformados ocupam os principais postos de direção da FUNAI, com total insensibilidade e despreparo para o exercício da missão que está reservada à Fundação. Lá nos postos indígenas, nas ajudâncias, estão os sargentos e tenentes reformados. Militarizaram a FUNAI e assistimos, hoje, com o afastamento desses antropólogos, com a nova orientação dada à repartição, ao recrudescimento da violência dentro da área indígena. Vimos os Caiapós matando trabalhadores, em São José do Bang-Bang, no Mato Grosso; vimos os Caiapós brancos em uma fazenda no sul do Pará. A continuar essa política hedionda contra a nação indígena, essas atrocidades, sem dúvida, também continuarão a ocorrer. Que se estabeleça aqui quais são realmente, os responsáveis por esses atos lamentáveis que têm acontecido, como o de São José do Bang-Bang e a matança havida no Sul do Pará. O Ministério do Interior, a FUNAI, o Ministro Mário Andreazza, este Governo e este sistema que aí estão são os principais responsáveis por esse estado de coisas. finalizando, Sr. Deputado, quero parabenizá-lo pela oportunidade do seu

discurso. v. Ex^a traz à tribuna assunto realmente sério, grave. Era nossa intenção abordá-lo dessa tribuna, e V. Ex^a nos deu oportunidade, hoje, de apartá-lo. Agradeço a V. Ex^a o aparte a mim concedido.

O SR. ADHEMAR SANTILLO — Agradeço, sensibilizado, o aparte ao Deputado Carlos Bezerra, realmente um entendedor da matéria, o qual vem trazer subsídios valiosos ao pronunciamento que, a bem da verdade, não é apenas nosso. Estamos lendo parte dos documentos da Igreja e também notícias publicadas pela imprensa a respeito da situação do índio.

Diz ainda o referido documento:

“Os índios Galera e Sararé do grupo Nhambiquara, que a FUNAI está transferindo para uma reserva indígena, encontram-se em estado de saúde tão precário que, há poucos meses, um surto de gripe, decorrente do contato com os brancos, dizimou toda a população tribal na faixa dos 15 anos”. A transferência dos índios Nhambiquara se prende à necessidade de ceder suas terras a poderosos grupos econômicos.

Sr. Presidente, este documento dos bispos é de 1971, publicado nos jornais da época. Agora vamos fazer um relato da notícia atual, publicada no jornal “Folha de S. Paulo”, de domingo próximo passado, 8 de março de 1981:

Considerado pelos pesquisadores um povo “essencialmente igualitário”, onde quem lidera é “sempre o mais hábil e quem partilha mais” e cujo sistema político garante “a todos os homens acesso igual ao poder e às riquezas”, os índios nhambiquaras — tradicionais habitantes da região do Vale do Guaporé, no Mato Grosso — nos últimos setenta anos, têm vivido uma trajetória de miséria e de morte. O contato com a sociedade branca e o processo de ocupação ilegal de suas terras férteis e sagradas ocasionaram a morte de quase 20 mil indígenas, enquanto “o povo dos iguais” definiu, indefeso. Agora de uma nação outrora vigorosa, para quem “a alma é a imagem de outro no olho”, só restam 570 indígenas, espalhados em pequenos grupos entre Vila Bela de Mato Grosso, Vilhena — em Rondônia — e a chapada dos Parecís, expostos à gripe, sarampo, tuberculose, desidratação, desmatamento criminoso com agentes químicos desfolhantes, invasão de suas pequenas áreas não demarcadas pela FUNAI, e fome. Um povo errante, desanimado por tanto sofrimento, pressionado por fazendeiros, desassistido, sem esperança e com suas cavernas sagradas — “as moradas dos espíritos” — depredadas, invadidas e soterradas por tratores e máquinas, apesar de constituírem um dos maiores sítios arqueológicos existentes no País e ainda não pesquisadas.

Setenta anos depois do contato com a sociedade branca, a situação dos vários grupos nhambiquara — do norte, do campo e da mata — é tão crítica que os próprios indígenas consideram que seu fim como povo está próximo. Uma antiga crença nhambiquara vem sendo lembrada a todo instante pelos cacique. Ela diz: “quando a mão branca profanar a morada dos espíritos, o fim do mundo estará próximo.” E esta “profanação” vem se processando desde 1970 quando a Funai autorizou 22 empresas agropecuárias a se instalarem no Guaporé, nas terras não demarcadas dos índios, sob a alegação de que “ali não há índios”.

Um grave erro que acelerou a desintegração dos nhambiquaras. Pressionados pelo arame farpado, pelos pedes, tratores e desfolhantes a serviço das agropecuárias — inclusive o Tordon 101, o “agente laranja”, usado em larga escala na Guerra do Vietnã — os índios foram transferidos das terras férteis e do seu *habitat* natural para campos pedregosos com pouca água, sem possibilidade de pesca e caça, e de fertilidade quase nula. A partir daí, conheceram a miséria total e a fome endêmica a atacar principalmente os 167 nhambiquaras do campo em ruína.

VARIANTE

Não obstante a flagrante miséria da nação Nhambiquara, outro fator vem, agora, juntar-se aos demais que ao longo dos anos ocasionaram praticamente o fim deste povo cuja palavra-chave no dia-dia tribal é “partilhar”: a construção da variante de 490 quilômetros da rodovia BR 364 (que liga Cuiabá a Porto Velho), entre Pontes de Lacerda e Barracão Queimado, iniciada pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção — BEC, com financiamento do Banco Mundial e cujas obras estão incluídas no Projeto do POLONOROESTE.

A obra vai ser realizada, apesar de toda a reação do povo. Concedo, com prazer, o aparte ao Deputado Djalmá Bessa. Posteriormente, ouvirei, com muita satisfação, o Deputado Jerônimo Santana. Gostaria de ter oportuni-

ANEXO 02- Notícia sobre os Povos Indígenas do Brasil

Índio atribui matança a FUNAI e a fazendeiros

A FUNAI e os fazendeiros da região do Xingu foram responsabilizados, ontem, pelo índio Megaron (Txukahamãe), pelo massacre ocorrido na semana passada em São José do Bang-Bang, em Mato Grosso, e que vitimou 11 peões que trabalhavam no desmatamento daquela área. Megaron, o cacique Raoni e mais três representantes de nações indígenas estiveram reunidos mais de duas horas com o presidente da FUNAI, e ao final da reunião garantiram que “não determinaram a morte de ninguém, pois só queríamos meter medo e susto nos fazendeiros”. (FSP)

15

Índios e fazendeiros estão em pé de guerra

“É iminente” um conflito armado entre cerca de 30 fazendeiros e seus peões e cinco nações indígenas do Norte do Parque Nacional do Xingu. A previsão foi comunicada, por ambas as partes, ontem, ao presidente da FUNAI, cuja visita não conseguiu superar o impasse pela posse de terras naquela região. Ele esteve reunido com os fazendeiros da localidade de São José do Xingu – conhecida pelos habitantes da região como São José do Bang-Bang – levando a proposta de criar, entre os 40 quilômetros pleiteados pelos índios Txukahamãe, uma reserva florestal do IBDF na margem esquerda do rio Xingu e deixar o restante com os fazendeiros. Mas estes não concordaram e, durante uma acalorada reunião, pediram a reativação da BR-80, rejeitaram proposta para contornar a rodovia em 300 quilômetros, propuseram-se a construir sede para um comando militar e defenderam a emancipação dos índios como única forma de convivência pacífica. (JB)

Fonte: Povos Indígenas no Brasil. **Aconteceu**. Especial 6. São Paulo, abril de 1981.p.17.

Peão conta como foi a chacina no Parque do Xingu

Brasília - O peão Manoel de Souza, 30 anos, natural de Serrão, no Piauí, com cinco anos de Mato Grosso, já conhecido por muitas empreiteiras, não tinha a menor ideia do que poderia ocorrer quando ingressou no grupo de 17 homens que o "coto" Benedito Holanda, do Rio Grande do Norte, contratou para roçar 15 alqueires na fazenda de Luis Carlos Silva Lima. Depois de 20 dias na mata, ele foi o único que viu 11 de seus companheiros serem mortos, numa a bordunada, por 91 índios de cinco nações que habitam o norte do Parque Xingu.

Dos outros cinco sobreviventes, três estão a um muito distante do local, um ficou perdido dois dias na mata durante a fuga e o último, encontrado agonizante, foi socorrido a tempo e hoje está internado num hospital de Brasília. Ficou com o nome de Manoel, que escondido atrás de um barracão viu tudo, inclusive ler a notícia até São José do Bang Bang, currujeia do Xingu onde foram contratados.

O episódio em que se viu envolvido o peão piauiense, certamente acostumado com cenas de violência em seu difícil trabalho, configura toda uma situação que se desenvolve no interior do país desde o início do processo de colonização para "integrar os brasileiros". Sob este slogan, hoje, reparamos muitos corpos por uma única questão: a posse da terra.

A chacina do último fim de semana e consequência da improvisação. Como foi tratado o problema de terras do Xingu, quando saiu o Decreto nº 50.455 de 14 de abril de 1961, o ex-presidente Juscelino Kubitschek criou o Parque Nacional, e do processo de colonização do Mato Grosso iniciou no início dos anos 70 com abertura de estradas, a principal delas é a BR 080, que ligaria Brasília-Ananás e a estrada de São José do Bang Bang e a concessão de títulos de propriedade emitido com certezas negativas da Funai, assinados pelo então presidente do órgão, General Bandeira de Mello.

A concessão fundiária é tamanha que, desde então, existem mapas do Estado do Mato Grosso onde não ficaram reservas indígenas. No caso dos fazendeiros de São José do Bang Bang, todos possuem títulos de propriedade, adquiridos de boa ou má fé, mas que, no entanto, já se utilizam a área, produzem, pagam impostos e só admitem sair dela com uma justa indenização (o preço da terra pago por hectare e suas boniforras). Isto em último caso, porque estão dispostos a resistir a ordens.

Se dependesse da opinião do proprietário da gleba, não ocorreram as mortes, o advogado Luis Carlos Silva Lima, a colonização se daria como a dos Estados Unidos, onde o exército garantiu a frente da coroa inglesa, atropelando quem estivesse pela frente. Mas o atual presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, durante reunião esta semana com mais de 30 fazendeiros, derreados por este advogado, mostrou-lhe que estamos em outros tempos e assegurou-lhe que o exército brasileiro "não se prestará ao papel de acabar com os nossos índios".

Para evitar que os fazendeiros constituam sua própria polícia a atitude imediata tomada pela Funai e o Governo do Mato Grosso será a instalação, na próxima semana, de duas guardas da Polícia Militar do Estado, uma em cada margem do Rio Xingu. Há o temor, no entanto, de que isto não resolva o problema porque a PM do Mato Grosso não tem crédito junto à população pelas violências que cometeu.

Comparando a situação dos fazendeiros de Bang Bang, pequenos proprietários nas proporções de outras terras de 500 a 1.000 hectares, e as grandes S/As, constituídas com capitais estrangeiros e incentivos fiscais, um piloto que cante e já decolou de Curitiba transportando apenas uma garrafa de "chivas regal" para uma festa na fazenda de um conhecido deputado. E deu sua opinião sobre o que tem observado na colonização do Mato Grosso. "Isto aqui é só como a conquista do Oeste e só que feita por avião e onde o nosso general ataca com desfilantes e inseticidas".

queimadas em fazendas limitadas aos 3 milhões de hectares do parque nacional do Xingu.

Talvez tenha sido por este motivo que a Funai tenha levado aos fazendeiros uma proposta elaborada entre os Ministérios do Interior e da Agricultura para não ampliar a área em litígio como domínio do parque. Mas transformar os 120 mil hectares arroteados pelos índios Txucarramãe com o nome de "área de amortecimento" do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Propôs, também, um contorno de 300 quilômetros da BR 080, os fazendeiros também não aceitaram, da fazenda Santa Fé, limite da "área de amortecimento" que subiria até a corredeira Von Martius, a passaria junto ao Rio Jarina e reencontraria a estrada ao Norte.

Ocorre que os fazendeiros rejeitaram as propostas e pediram uma definição de que seia terra indígena. Acharam que é muito para o "peão indio", mas, como disse Jerônimo Alves dos Santos Lima, paulista, que controla o comércio em São José do Bang Bang posto de gasolina e empório, admitem desde que indenizados com a área de preservação do meio ambiente.

Eles alegam que se os Txucarramãe ganharem a terra que está a margem direita do Rio Xingu "será um prêmio pela morte dos 11 peões". E quem garante que depois não matam mais 20, para ganharem outra área, incluindo um fazendeiro, garantido que, depois do massacre, nenhum peão vacilará em apertar o gatilho contra índio. Ocorre que os peões que chegam em São José do Bang Bang de todos os lados do país, entre os sobreviventes havia um do Piauí, um mineiro, um baiano e um paraibano para trabalharem em empórios, lojas de bares de uma vila com 150 casas. E, por isso, não podem andar a pé, exceto com peixeiros. O que o fazendeiro quis dizer "em apertar o gatilho contra índio" é a contratação de inquiridos para garantir o trabalho dos peões.

FAZENDA AGROPEXIM
Como se deu com a fazenda Agropexim, que se situa à margem esquerda do Rio Xingu, área do parque em 1977, teve o de seus peões mortos num ataque comandado pelo cacique Agarrão e o proprietário, Ramez Rizk, foi indenizado em suas benfeitorias com Cr\$ 27 milhões. Os fazendeiros de Bang Bang pediram sair da área desde que sejam indenizados não só pelas benfeitorias, mas também pela terra.

Seu argumento é simples: se nós pagamos Cr\$ 25 mil de imposto territorial rural por alqueire, temos que receber o mesmo para sair, isto sem contar o que pagamos pelos títulos. Desta maneira o Governo terá que pagar, no mínimo Cr\$ 500 milhões para desapropriar a "área de amortecimento" que garantiu a perambulação dos Txucarramãe e de outras quatro nações indígenas que habitam o norte do Parque Xingu.

Foi o Governo que nos incentivou a trabalhar aqui, nos queremos uma definição. Não podemos sair daqui com uma mão na frente e outra atrás, resumiu o agrônomo paulista Mello Russo.

O mês de agosto, na crendice popular, e não só no Mato Grosso e, enquanto o presidente da Funai não retornar à área juntamente com o cacique Txucarramãe Raoni, que está em São Paulo, provavelmente isto ocorrerá na próxima semana. A PM de São Félix do Araguaia e a Polícia Federal que está na área deverão garantir a ordem.

Neste meio tempo, os peões estão desempregados porque as empreiteiras foram suspensas por temor dos índios que, neste mês, perambulam da aldeia Kretire pela área em litígio onde há caca abundante e colhem penas de arara para seu artesanato.

ANEXO 04- Peão conta como foi a chacina no Parque do Xingu.



Fonte: Coleção de Recortes de Jornais sobre a política Indigenista. (1980). **Centro de Referência Virtual**. Disponível em: < <http://docvirt.com>.> Acesso em 10/06/2021.

O ESTADO DE S. PAULO

Desprotegidos, índios podem ir à guerra no Xingu

Líderes indígenas protestam contra invasão da reserva por "um grande grupo de homens armados", pintam seus corpos de negro — a cor da guerra — e dizem que não aguentarão essa provocação por muito tempo

ULISSES CAPOZOLI
e ITAMAR MIRANDA

Enviados especiais

PARQUE NACIONAL DO XINGU — O Xingu, durante muito tempo um abrigo de índios que perderam suas terras para a conquista e ocupação do Brasil Central, já não oferece a mesma proteção do passado. Um conjunto de situações, cada uma com seu teor explosivo próprio, está se combinando, na região, para produzir uma bomba prestes a explodir. Ela terá o efeito de reviver os tempos em que conflitos entre os donos naturais dessas terras e os novos ocupantes, vindos do Sul e do Leste, eram resolvidos com mortos e feridos.

Há três semanas, líderes indígenas reunidos no Posto Diauarum, uma das três unidades administrativas da reserva, enviaram uma mensagem dura e urgente à Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília. O radiograma pede que a agência indígena tome "medidas urgen-

tes" para coibir provocações de invasores do parque, que ameaçam a integridade física tanto da reserva quanto de seus ocupantes: 4 mil índios divididos em 16 diferentes etnias. O documento enviado à Funai, o mais recente de uma longa série, refere-se especialmente à invasão de "um grande grupo de homens armados, ocupantes de sete barcos que, vindos de Marcelândia, um dos municípios que envolvem a reserva, transgrediram os limites do parque numa atitude ostensivamente provocativa". No mesmo dia en-

viaram uma carta à prefeitura municipal de Marcelândia pedindo que o prefeito local tome as medidas necessárias, advertindo: "Não vamos aguentar este tipo de provocação por muito tempo".

Os mais irritados com a situação atual do Xingu são as lideranças caiabís, nação numerosa até

meio século atrás, mas hoje reduzida a uma população estimada em 1.200 índios. Os caiabís dividiram com outras nações, como os jurunas e os crinatires, conhecidos como suiás, as terras que integram ou envolvem hoje a reserva.

Os repórteres do Estado acompanharam, há duas semanas, uma reunião tensa no posto Diauarum entre as lideranças indígenas. Os participantes do encontro chegaram ao posto durante a madrugada e com o nascer do Sol. Tinham seus corpos parcial ou inteiramente pintados de preto, a cor da guerra. Ioromu, líder caiabi de 70 anos, mergulhou no passado de suas memórias revivendo as

GOSTO DE
ESPETAR
CABEÇA DE
BRANCO EM
ESTACAS E
ANÍMAR AS
FESTAS

"conquistas dos brancos". Comoveu os mais jovens e ele próprio ficou alterado com suas lembranças. Com as armas depositadas sobre a mesa e decorado com um cocar de penas negras luzidas de matum, Ioromu disse aos mais jovens que não vê mais razões para a espera, conchamando-os a se preparar para a luta.

Os brancos, no longo relato de Ioromu, "só trouxeram dor e sofrimento" aos índios. Ele memorou os primeiros contatos com os brancos, quando os "garimpeiros e seringueiros escravizaram nosso povo e violentaram nossas mulheres". Expressando-se em sua língua — do tronco tupi-guarani, embora fale o português — Ioromu disse pausadamente o que, da mesma maneira foi repetido por seu tradutor, Aturi Kayabi: "Eu gosto muito de cabeça de branco, para espetar em estacas e animar nossas festas".

Homens-livro — Para quem acha exagerado o relato de Ioromu talvez seja conveniente considerar dois fatos básicos: que os índios são povos sem tradição escrita e por isso "os velhos são os nossos livros", como disse na reunião Takepeini Kayabi, um dos jovens.

O segundo argumento é que eles consideram a possibilidade de extinção de seus povos como um fato real e não como uma metáfora de linguagem. Exemplos disso não faltam. O primeiro deles é que os índios eram pelo menos 5 milhões à época em que Cabral aportou na costa da Bahia com sua esquadra de 13 caravelas e hoje estão reduzidos a 250 mil. Nações inteiras desapareceram abatidas pelas armas e doenças, enquanto, agora mesmo, outras agonizam. Os mais variados efeitos na reserva. A construção acelerada de moradias em São José do Xingu, na extremidade nordeste do

Parque, por exemplo, está levando à retirada de areia do leito do rio Xingu, junto à BR 080, que corta a reserva ao meio, no sentido leste-oeste. Esta é uma situação preocupante e capaz de criar uma fonte de atritos a qualquer hora, analisa o chefe do Diaurum e funcionário da Funai, Mairawe Kayabi.

São José do Xingu é o nome oficial da cidade organizada em torno de uma serraria, nos anos 1970, e que, por causa do grande número de mortos em brigas, no passado recente, foi popularmente batizada de Bang-Bang. Hoje, no parque, todos se referem a ela simplesmente como

Bang. Outros problemas são os esgotos urbanos de Marulândia, lançados em rios que cortam o parque.

Vivendo no limite leste da reserva, em terras já ocupadas por seus antepassados junto ao rio Suiá-Missu, os crincatires, ou suiás, são os que mais sofrem em relação aos seus vizinhos. Uma

fonte incômoda de atritos dos suiás é a fazenda Roncador-Jaú, um dos maiores empreendimentos agro-pecuários na bacia do Xingu. Seu proprietário decidiu abrir canais de drenagem de até 40 quilômetros nas terras que ocupa e, com isso, sujou o rio que abastece os suiás de água e peixes.

Os repórteres do Estado subiram o Suyá-Missu numa viagem que a remo duraria três dias e numa lancha voadora consome duas horas, para viver três dias com esses índios. Como os txucarramaes, eles usam botoque de madeira no lábio inferior e nas orelhas, dando-lhes, à primeira vista, um aspecto um tanto assustador.

A viagem foi feita sob uma das tempestades típicas que a esta época desabam no Alto Xingu. Encharcados e congelados pela chuva fomos recebidos pelo cacique Kuyussi Suyá, que nos ofereceu o calor de seu fogo, no abrigo de sua própria família, antes de nos transferir para a maloca ampla, fresca e aconchegante que serve de escola para as crianças da aldeia.

Rastro de pneus — Em dois barcos a motor subimos com o cacique e 18 guerreiros suiás até o Alto Suyá-Missu onde grupos crescentes, vindos até de Santa Catarina, vêm pescar, matar jacarés, pacas e antas. Na versão dos índios, também pintados de preto e armados para um possível confronto, os pescadores e caçadores recolhem do rio e abatem nas matas mais do que podem levar. Por isso, até antas já foram deixadas apodrecendo na beira do rio, junto ao rastro de pneus dos veículos que entram na área pela fazenda São José, de um fazendeiro de Sertãozinho, interior de São Paulo.

A malária e a disenteria, comuns com as primeiras chuvas da primavera no Xingu, preocupam Pichanha Juruna, agente índio de saúde que a Funai mantém no Diaurum. Como algumas fazendas estão atirando nos rios o gado que morre em suas terras, para impedir a propagação de doenças no restante do rebanho, Pichanha teme que os desarranjos intestinais venham a aumentar.

O cacique Kuyussi aponta irritado para o rio e para duas picapes de pescadores estacionadas à sua margem, além das árvores calcinadas da fazenda para prevenir:

"O fazendeiro vai reagir se invadirmos suas terras e roubar uma única cabeça de gado". E se pergunta: "Mas por que acham que têm o direito de invadir assim as terras que nos pertencem há séculos"? "Por que os brancos fazem isso com a gente?". (U.C.)